

LIBERDADE RELIGIOSA NO MUNDO

RELATÓRIO 2021

Sumário Executivo



Fundação AIS

ACN PORTUGAL

Relatório publicado pela Fundação Pontifícia Ajuda à Igreja que Sofre.

EM MEMÓRIA DE: Berthold Pelster, membro do Comité Editorial († 14 de Fevereiro de 2021).

O documento de 2021 é a 15.^a edição do *Relatório Liberdade Religiosa no Mundo* da Ajuda à Igreja que Sofre, produzido de dois em dois anos. O relatório é publicado em inglês, francês, alemão, italiano, português e espanhol.

Editora e Editora-Chefe: Marcela Szymanski

Presidente do Comité Editorial: Mark von Riedemann

Editoras Adjuntas: Irmina Nockiewicz, Ellen Fantini

Assistentes Editoriais: Pierre Rossi, Ravi Jay Gunnoo, Bartholomew Townsend

Directora de Produção (versão impressa e online): Irmina Nockiewicz

Comité Editorial: Carla Diez de Rivera, John Pontifex, Berthold Pelster (†), Maria Lozano (convidada)

Editores Regionais: Miriam Diez-Bosch, Paulina Eyzaguirre, Ellen Fantini, Oliver Maksan, Oscar Mateos, Rebecca Shah, Timothy Shah

Autores: Steven Axisa, Heiner Bielefeldt, Miriam Diez-Bosch, Paulina Eyzaguirre, Ivan Cigic, Andrew Bennett, Willy Fautré, Conn McNally, Ellen Fantini, Anna Lichtenberg, Maria Lozano, Oliver Maksan, Oscar Mateos, Piotr Mazurkiewicz, Johannes Mehlitz, John Newton, Irmina Nockiewicz, Marta Petrosillo, F. Borba Ribeiro Neto, José Carlos Rodriguez Soto, Benedict Rogers, Eva Sáenz-Diez, Chiara Verna, Mark von Riedemann.

Tradutores: Ravi Jay Gunnoo, Philippe Joas, Mercedes Lucini, Shahid Mobeen, Pierre Rossi, Sofia Söndergaard, Team Wort-Wahl.

Design da capa: João Sotomayor (Lisboa)

Designers: Grafos (Bruxelas), Michał Banach (Varsóvia)

Copyright e citações: Consultar os créditos de cada fotografia. Salvo especificação em contrário, todo o material é livre de ser citado, creditando-o da seguinte forma: “Religious Freedom in the World 2021”, Aid to the Church in Need International, Abril 2021. <https://acninternational.org/religious-freedom-report/>

Pedidos da imprensa: Contactar secretariado nacional local da AIS ou Maria Lozano na ACN International, press@acn-intl.org

Renúncia de responsabilidade

Foram feitos todos os esforços para assegurar que os mais altos padrões editoriais possíveis sejam cumpridos na produção do relatório Liberdade Religiosa no Mundo. No entanto, ao apresentar o relatório, a Ajuda à Igreja que Sofre reconhece que não poderia verificar independentemente e sem excepção todas as informações aqui contidas. O relatório recorre a múltiplas fontes e apresenta casos de estudo com o objectivo de esclarecer a natureza e gravidade das violações da liberdade religiosa. Deve ter-se o cuidado de não atribuir significado indevido aos casos seleccionados. Estes são apresentados como exemplos que ilustram a natureza da situação relativa à liberdade religiosa. Em muitos casos, outros exemplos seriam igualmente suficientes. As perspectivas ou opiniões expressas não são necessariamente as da Ajuda à Igreja que Sofre, mas as dos envolvidos na compilação dos vários documentos contidos no relatório.

Salvo especificação em contrário, todos os dados dos países, demografia religiosa e PIB per capita (PPC ajustada, para permitir a comparação entre países) provêm das últimas informações disponíveis em: Todd M. Johnson e Brian J. Grim, eds. *World Religion Database* (Leiden/Boston: Brill, 2020), www.worldreligiondatabase.org. Os números do índice GINI são os mais recentes disponíveis em www.databank.worldbank.org. Um indicador GINI mede a desigualdade na distribuição do rendimento e do consumo, um índice Gini de 0 representa uma perfeita igualdade, enquanto um índice de 100 implica uma perfeita desigualdade.

Índice

Prefácio do Padre Emmanuel Yousaf	4
Introdução do Dr. Thomas Heine-Geldern	5
Principais Conclusões	6
Análise Global	10
ANÁLISE REGIONAL	
África Oriental e Ocidental	17
Ásia Continental	22
Ásia Marítima	26
Médio Oriente e Norte de África	30
Países da OSCE	35
América Latina e Caraíbas	40
INFORMAÇÃO DE FUNDO	
“Um Bem Precioso”: o direito à liberdade religiosa ou de crença	8
África, um continente em risco de jihadismo transnacional	14
Uma janela para a alma: a ameaça “ <i>Sharp Eyes</i> ” da China à liberdade religiosa	24
Nacionalismo étnico-religioso: manipular a procura de uma identidade comum	28
Existe um único Islão? Factos sobre os ramos do Islão	33
“Perseguição educada”: a perseguição disfarçada de progresso	38
COVID-19: o impacto na liberdade religiosa em todo o mundo	44
CASOS DE ESTUDO	
Nigéria: o rapto em massa de crianças em idade escolar	16
Moçambique: violência em espiral fora de controlo	20
Paquistão: violência sexual e conversão forçada	34
Chile: a queima de igrejas	42
Tendências Globais da Liberdade Religiosa	46
Mapa	48
Infografia	51
Fontes	52

Prefácio

Padre Emmanuel Yousaf

Director Nacional da Comissão Nacional de Justiça e Paz, Paquistão

Durante mais de 45 anos, como sacerdote no Paquistão, tenho lutado em nome da nossa comunidade contra um pano de fundo de perseguição e discriminação.

Quando os cristãos que trabalham nos campos e fornos de tijolos não receberam a sua devida porção de trigo ou arroz, dirigi-me aos senhorios e proprietários dos fornos pedindo-lhes que dessem salários justos e pusessem fim a esta injustiça. Quando descobri que rapazes e raparigas da minha paróquia não recebiam a educação que mereciam, criei escolas e residências para estudantes. Trabalhei em comunidades rurais em que os Cristãos não eram respeitados devido à sua fé e fui proibido de entrar em lojas, restaurantes e cafés. Nesses lugares, os nossos fiéis não podiam tocar em copos ou outros utensílios alimentares utilizados pela comunidade dominante. E apoiámos raparigas oriundas de minorias religiosas que estavam particularmente em risco. Estas são crianças que, apesar de serem apenas menores, são raptadas, forçadas a converter-se e a casar, e que também sofrem violações e outros abusos. A situação destas raparigas demonstra que viver como uma minoria religiosa no Paquistão está a tornar-se cada vez mais um problema.

E, embora tenha havido algumas melhorias, as alterações às leis da blasfémia na década de 80 são exploradas por extremistas que utilizam abusivamente a legislação para aterrorizar as comunidades religiosas minoritárias. Estas famílias pobres e marginalizadas vivem com medo de serem acusadas de blasfémia, um crime que é punível com execução ou prisão perpétua. Estive envolvido em muitos casos, nomeadamente no de Ásia Bibi, que esteve no corredor da morte durante quase uma década, antes de a justiça finalmente ter vencido.

O caso de Salamat Masih e dos seus dois tios vai ficar na minha memória para sempre. Salamat foi acusado de escrever comentários blasfemos sobre o Profeta Maomé. Os dois tios também foram acusados. Não importa que Salamat tivesse apenas 12 anos e não soubesse ler nem escrever, não importa que o escrito ofensivo fosse manuscrito e usasse linguagem religiosa normalmente utilizada apenas pelo clero muçulmano. Apesar disso, os três foram acusados, mas, antes que algo pudesse acontecer, Salamat e os seus tios foram alvejados por três homens que brandiam espingardas automáticas. Um tio, Manzoor Masih, morreu dos ferimentos. O outro tio, Rehmat Masih, e o próprio Salamat ficaram gravemente feridos, mas sobreviveram pela graça de Deus.

Pior foi quando Salamat e o seu tio sobrevivente foram condenados à morte. Trabalhei incessantemente com o advogado da família para anular a sentença e acabámos por ser bem-sucedidos. Infelizmente, o juiz que os absolveu foi também assassinado a sangue-frio pelos extremistas. Nas décadas seguintes, trabalhámos arduamente para ajudar a reconstruir as vidas de Salamat, do seu tio, dos seus familiares e de 40 famílias da sua aldeia que fugiram na noite em que as acusações foram feitas pela primeira vez. Estou grato à Ajuda à Igreja que Sofre (AIS) pela sua ajuda às famílias em situação difícil e pelo seu apoio à nossa defesa dos falsamente acusados.

Estou igualmente grato à AIS pelo seu trabalho no domínio da liberdade religiosa. De facto, este *Relatório da Liberdade Religiosa no Mundo* não poderia ser mais oportuno. Quanto mais o mundo souber sobre actos de ódio e negligência religiosa, mais o mundo será capaz de fazer algo a esse respeito. Num mundo complexo e ferido, a melhor salvaguarda contra as respostas irreflectidas e ineficazes, bem como contra a ineficaz sinalização forçada da virtude, constitui uma reportagem clara e abrangente, complementada por uma análise perspicaz e equilibrada. É isto que o relatório da AIS está empenhado em disponibilizar. Seguem os casos de abusos da liberdade religiosa muito depois de as câmaras de televisão terem desaparecido e de a história ter seguido em frente. A AIS deve ser elogiada pela sua defesa exaustiva da liberdade religiosa, um direito humano fundamental não menos importante hoje do que no passado.



Introdução

Dr. Thomas Heine-Geldern

“Num mundo onde várias formas de tirania moderna procuram suprimir a liberdade religiosa, ou tentam reduzi-la a uma subcultura sem direito a uma voz na praça pública, ou usam a religião como pretexto para o ódio e a brutalidade, é imperativo que os seguidores das várias religiões unam as suas vozes para apelar à paz, tolerância e respeito pela dignidade e direitos dos outros”.

Papa Francisco

A 28 de Maio de 2019, a Assembleia Geral da ONU aprovou uma resolução que estabeleceu o dia 22 de Agosto como o Dia Internacional de Comemoração das Vítimas de Actos de Violência Baseados na Religião ou Crença. A proposta de comemoração foi apresentada pela Polónia com o apoio dos Estados Unidos, Canadá, Brasil, Egipto, Iraque, Jordânia, Nigéria e Paquistão. Esta resolução foi uma clara mensagem e mandato – e a cada 22 de Agosto um lembrete – de que os actos de violência baseados na religião não podem e não serão tolerados pela ONU, pelo estados-membros e pela sociedade civil.

Para além da resolução da ONU de 28 de Maio de 2019 e do “Apelo Global para Proteger a Liberdade Religiosa” de 23 de Setembro de 2019, no primeiro evento da ONU sobre liberdade religiosa organizado por um presidente dos EUA houve uma torrente de iniciativas a nível estatal. Incluindo as seguintes iniciativas: o início da Aliança Internacional para a Liberdade Religiosa pelos EUA, a criação de uma Secretaria de Estado para a Perseguição Cristã na Hungria e, talvez de maior destaque, o número crescente de países que instituem ou reactivam embaixadores para a liberdade religiosa e de crença em países como Dinamarca, Holanda, EUA, Noruega, Finlândia, Polónia, Alemanha e Reino Unido, entre outros.

Implicitamente, a protecção dos que sofrem violência baseada na religião é também um reconhecimento do direito humano fundamental à liberdade religiosa, uma aceitação da realidade sociológica da religião na sociedade e do papel positivo da religião nas culturas. Como escreveu o Papa Bento XVI sobre a violência anti-cristã no Iraque: “O direito à liberdade religiosa está enraizado na própria dignidade da pessoa humana cuja natureza transcendente não deve ser ignorada ou negligenciada”.²

Lamentavelmente, porém, apesar das importantes proclamações da ONU e da criação da função de embaixadores da liberdade religiosa, até à data a resposta da comunidade internacional à violência

baseada na religião, e à perseguição religiosa em geral, pode ser classificada como muito pouco e tarde demais. Embora seja impossível conhecer os números exactos, a nossa investigação sugere que dois terços da população mundial vivem em países onde ocorrem violações das liberdades religiosas de uma forma ou de outra, sendo os Cristãos o grupo mais perseguido. Será isto uma surpresa? Não, este fenómeno cresceu ao longo dos séculos, desde as raízes da intolerância, à discriminação, até à perseguição.

O *Relatório da Liberdade Religiosa no Mundo* da Ajuda à Igreja que Sofre (AIS) é o principal projecto de investigação da AIS e tem evoluído consideravelmente ao longo dos anos, passando de um pequeno folheto para uma publicação de aproximadamente 800 páginas, produzida por uma equipa mundial. Esta evolução deve-se ao facto de hoje em dia a discriminação e a perseguição com base em crenças religiosas ser um fenómeno global crescente. Entre os conflitos violentos, na Síria, Iémen, Nigéria, República Centro-Africana, Moçambique, para mencionar apenas alguns, estão aqueles que, manipulando as mais profundas convicções da humanidade, instrumentalizaram a religião na busca do poder.

O nosso envolvimento neste tema reflecte a nossa missão. Este relatório é não só um meio para melhor completar o nosso serviço à Igreja que sofre, mas também para dar voz aos nossos parceiros de projecto, aqueles que foram tragicamente marcados pelas consequências da perseguição. Este é o 22.º ano de publicação do *Relatório da Liberdade Religiosa no Mundo* desde que o nosso secretário italiano o publicou pela primeira vez em 1999. Lamentavelmente, não será o último.



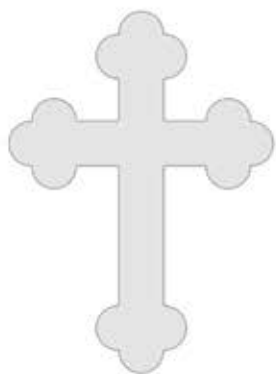
Principais Conclusões

A liberdade religiosa é violada em quase um terço dos países do mundo (31,6%) onde vivem dois terços da população mundial. Num total de 196 países, 62 enfrentam violações muito graves da liberdade religiosa. O número de pessoas que vivem nestes países é próximo dos 5,2 mil milhões, já que os piores infractores incluem alguns dos países mais populosos do mundo (China, Índia, Paquistão, Bangladeche e Nigéria). A classificação:

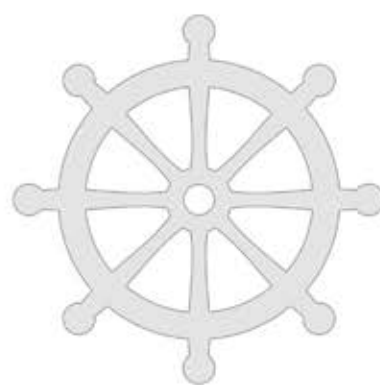
- O **Vermelho**, que indica perseguição, inclui 26 países onde vivem 3,9 mil milhões de pessoas, pouco mais de metade (51%) da população mundial. Esta classificação inclui 12 países africanos e 2 países onde estão em curso investigações sobre um possível genocídio: China e Mianmar (Birmânia).
- O **Laranja**, que indica discriminação, inclui 36 países, onde vivem 1,24 mil milhões de pessoas. Há ligeiras melhorias identificadas em 9 países, enquanto 20 estão a piorar.
- A classificação **“sob observação”** inclui países onde foram observados novos factores de preocupação emergentes com o potencial de causar uma deterioração fundamental na liberdade religiosa. Estes factores são identificados nos mapas de Análise Regional com o símbolo de uma lupa.
- Em todas as classificações ocorrem crimes de ódio** (ataques por preconceitos contra pessoas e bens religiosos).
- Os restantes países não são classificados, mas isso não significa necessariamente que tudo seja perfeito em questões relativas ao direito fundamental à liberdade religiosa

Durante o período em análise, houve um aumento significativo na gravidade das principais categorias de perseguição e opressão.

- As redes transnacionais jihadistas espalhadas ao longo da linha do Equador aspiram a ser “califados” transcontinentais.** O Daesh e a Al-Qaeda, com patrocínio ideológico e material do Médio Oriente, associam-se e radicalizam ainda mais as milícias armadas locais para estabelecer “províncias do califado” ao longo da linha do Equador, uma crescente violência jihadista que se estende do Mali a Moçambique na África Subsariana, às Comores no Oceano Índico e às Filipinas no Mar do Sul da China.
- O “ciber-califado”, em expansão global, é agora um instrumento estabelecido de recrutamento e radicalização online no Ocidente.** Os terroristas islamitas usam tecnologias digitais sofisticadas para recrutar, radicalizar e atacar. Embora não sejam capazes de neutralizar as comunicações terroristas online, as unidades antiterroristas conseguiram impedir ataques em vários países ocidentais.



3. **Minorias religiosas culpadas pela pandemia.** Os preconceitos sociais pré-existentes contra as minorias religiosas em países como a China, o Níger, a Turquia, o Egito e o Paquistão levaram a um aumento da discriminação durante a pandemia da COVID-19 através, por exemplo, da recusa do acesso a ajuda alimentar e médica.
4. **Governos autoritários e grupos fundamentalistas têm intensificado a perseguição religiosa.** Os movimentos de nacionalismo religioso majoritário, manipulados por governos e líderes religiosos associados, levaram à ascensão da supremacia étnico-religiosa em países de maioria hindu e budista na Ásia. Estes movimentos oprimiram ainda mais as minorias religiosas, reduzindo-as ao estatuto de facto de cidadãos de segunda classe.
5. **Violência sexual utilizada como arma contra minorias religiosas.** Num número crescente de países foram registados crimes contra raparigas e mulheres raptadas, violadas e obrigadas a mudar a sua fé através de conversões forçadas. As questões sobre o número crescente destas violações, que são frequentemente cometidas com impunidade, alimentam as preocupações de uma estratégia fundamentalista para acelerar o desaparecimento de certos grupos religiosos a longo prazo.
6. **As tecnologias de vigilância repressiva visam cada vez mais os grupos religiosos.** 626 milhões de câmaras de vigilância reforçadas com inteligência artificial, *scanners* de *smartphone* nos principais pontos de controlo de peões, cruzados com plataformas de análise de dados e associados a um sistema integrado de crédito social, garantem que os líderes religiosos e os fiéis adiram aos decretos do Partido Comunista Chinês.
7. **30,4 milhões de muçulmanos na China e em Mianmar (incluindo uigures e rohingyas) enfrentam uma perseguição severa** e a comunidade internacional só agora começou a aplicar o direito internacional para a impedir.
8. **O Ocidente tem menosprezado as ferramentas que reduzem a radicalização.** Embora os governos reconheçam que o ensino das religiões mundiais nas escolas reduz a radicalização e aumenta a compreensão inter-religiosa entre os jovens, um número crescente de países tem eliminado as aulas de educação religiosa.
9. **Perseguição educada.** O termo reflecte a ascensão de novos “direitos” ou normas culturais, que como afirma o Papa Francisco, remete as religiões “para a obscuridade silenciosa da consciência do indivíduo ou relega-as para os recintos fechados das igrejas, sinagogas ou mesquitas”. Estas novas normas culturais, consagradas na lei, resultam num profundo conflito dos direitos do indivíduo à liberdade religiosa e de consciência com a obrigação legal de cooperar com estas leis.
10. **Diálogo inter-religioso – um novo ímpeto do Vaticano.** O Papa Francisco assinou a declaração sobre “Fraternidade Humana pela Paz Mundial e a Vida em Comum” em conjunto com o Grande Imã Ahamad Al-Tayyib de Al-Azar, o líder do mundo muçulmano sunita; celebrou a primeira Missa católica de sempre na Península da Arábia; e no final do período em análise deverá visitar o Iraque, a sua primeira visita a um país de maioria xiita, para aprofundar o diálogo inter-religioso.



“Um bem precioso”: o direito à liberdade religiosa ou de crença

Dr. Heiner Bielefeldt

A liberdade religiosa ou de crença é um “bem precioso”. Esta expressão, que foi dita pela primeira vez no histórico caso Kokkinakis (1993),³ tornou-se uma das citações habituais na jurisdição do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos. O que o Tribunal salienta é que a liberdade religiosa, para além do seu significado óbvio para os seguidores de várias religiões, é indispensável para moldar uma coexistência respeitadora numa democracia moderna. Não é nem um luxo nem um privilégio. Para citar o Tribunal, a liberdade religiosa ou de crença é “um dos fundamentos de uma sociedade democrática”.⁴

Apesar da sua clara apreciação pelo Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, a liberdade religiosa ou de crença tornou-se uma vez mais uma questão controversa, sobretudo na Europa. Nos últimos anos têm surgido novas questões. Enquanto algumas delas dizem respeito a questões práticas sobre a melhor forma de implementar este direito humano, outras revelam um certo cepticismo no que diz respeito à contínua relevância da liberdade religiosa ou de crença numa sociedade secular moderna. Será que a liberdade religiosa ou de crença privilegia certas visões do mundo religioso? Qual é o seu alcance e onde estão os limites? Será que precisamos realmente de um direito humano que trate especificamente de questões de religião e crença? Não seria suficiente garantir a liberdade de todos para expressarem as suas várias opiniões, pontos de vista e convicções, incluindo as religiosas? Qual é a relação com outros direitos humanos? Qual é o papel da liberdade religiosa ou de crença no âmbito de agendas anti-discriminatórias mais vastas? Estas são questões de longo alcance.

A liberdade religiosa ou de crença goza do elevado estatuto de direito humano inalienável. Não só está consagrada nos instrumentos internacionais e regionais de direitos humanos, como também incorpora plenamente todos os princípios que definem conjuntamente a abordagem dos direitos humanos: universalismo, liberdade e igualdade. O principal objectivo dos direitos humanos é institucionalizar o respeito pela dignidade humana de todos. Contra um mal-entendido generalizado, vale a pena sublinhar que a liberdade religiosa ou de crença não protege as religiões ou sistemas de crenças em si mesmos; nem é o prolongamento directo de visões ou valores religiosos no quadro dos direitos humanos. Pelo contrário, pela

sua natureza de direito humano, a liberdade religiosa ou de crença protege os seres humanos contra todas as formas de coerção, intimidação e discriminação na vasta área das convicções e práticas religiosas ou relacionadas com crenças. Consequentemente, os titulares de direitos são seres humanos, como indivíduos e em comunidade com outros. Este enfoque consistente nos seres humanos, na sua dignidade, liberdade e igualdade, constitui um denominador comum, que liga a liberdade religiosa ou de crença a todos os outros direitos humanos.

No âmbito da rede mais vasta de direitos humanos, a liberdade religiosa ou de crença tem, ao mesmo tempo, um papel único a desempenhar. Representa uma dimensão crucial da nossa humanidade, nomeadamente, o facto de nós, seres humanos, podermos adoptar e acarinhar convicções profundas, que podem permear todos os aspectos das nossas vidas, tanto em privado como em público. Para citar a Declaração da ONU sobre a Eliminação de Todas as Formas de Intolerância de 1981, “a religião ou crença, para quem quer que a professa, é um dos elementos fundamentais da sua concepção de vida”. Apesar das sobreposições com a liberdade de opinião e de expressão, a liberdade religiosa ou de crença tem, assim, a sua própria aplicação distinta. Isto torna-a um direito humano indispensável e garante uma defesa crítica contra as tendências contemporâneas de marginalização e banalização. Além disso, a liberdade religiosa ou de crença abrange uma ampla variedade de manifestações práticas das convicções existenciais das pessoas, tais como a liberdade de culto em conjunto com outras, de exibir visivelmente a própria identidade religiosa, de cumprir as regras religiosas, de educar os próprios filhos em conformidade com as próprias convicções, de construir infra-estruturas que vão desde jardins de infância a cemitérios e muitos outros aspectos. Sem apreciar o papel específico da liberdade religiosa ou de crença, os direitos humanos não fariam justiça à condição humana. Na realidade, deixariam de ser totalmente humanos.

O facto de os vários direitos humanos partilharem o mesmo objectivo geral, nomeadamente, proteger a dignidade de todos os seres humanos, não exclui conflitos ocasionais. Lidar com as tensões que surgem entre diferentes preocupações em termos de direitos humanos é, na realidade, uma parte normal da prática dos direitos humanos. Seria, portanto, um grave mal-

-entendido ver a liberdade religiosa como um obstáculo a agendas mais amplas de direitos humanos, por exemplo, na área da não discriminação. Não só a liberdade religiosa ou de crença é indispensável para uma compreensão adequada dos direitos humanos em geral, como também contribui para uma compreensão adequadamente complexa das agendas da não discriminação. Se por vezes acrescenta um elemento de “complicação”, a principal razão é que os seres humanos são na realidade seres “complicados”. Como seres humanos, temos múltiplas necessidades, desejos, vulnerabilidades, identidades e opções criativas. A possibilidade de acarinharmos convicções existenciais, que permeiam o nosso ser mais íntimo e moldam as nossas percepções e prioridades, faz parte do que nos torna humanos. Tal como os direitos humanos seriam impensáveis sem liberdade religiosa, as agendas de não discriminação estariam incompletas sem acomodar o significado das visões e práticas religiosas.

A liberdade religiosa ou de crença, além disso, desempenha um papel importante nos debates em curso sobre a natureza secular do Estado moderno. A laicidade tornou-se uma característica marcante das democracias modernas. Em grande medida, ela também caracteriza a sociedade moderna. No entanto, se olharmos mais de perto, verificamos que o termo laicidade alberga significados muito diferentes. A natureza secular da Constituição pode representar a tarefa permanente de manter o espaço público aberto à diversidade religiosa e não religiosa na sociedade. No entanto, a laicidade também pode ser um substituto para as visões

do mundo pós-religiosas e anti-religiosas, que podem permeiar as instituições públicas e a vida pública. A fronteira entre estas formas abertas e restritivas de laicidade pode ser ténue e ninguém sabe exactamente onde ela corre. No entanto, ela existe. A liberdade religiosa ou de crença proporciona uma base sólida para se ter uma compreensão aberta e inclusiva das constituições democráticas seculares. Lembra-nos ainda que a laicidade só pode fazer sentido quando está ao serviço do respeito pela liberdade das pessoas em privado e em público. Esta é uma tarefa importante.

A realização da liberdade religiosa ou de crença nas nossas sociedades modernas, cada vez mais pluralistas, tornou-se uma tarefa difícil. Dada a inesgotável diversidade dos sistemas de crenças, convicções religiosas e morais, práticas individuais e comunitárias, a liberdade religiosa ou de crença tornou-se sujeita a muitas questões de longo alcance, que justificam um debate público profundo. De qualquer modo, as pessoas continuam a procurar um sentido último na vida, a acarinhar as suas convicções existenciais, a prestar culto juntamente com outros e a criar os seus filhos em conformidade com os valores que têm em alta estima. Viver juntos numa sociedade pluralista e democrática requer uma cultura de respeito, que não floresceria sem liberdade religiosa ou de crença. O direito à liberdade religiosa ou de crença continua certamente a ser “um dos fundamentos de uma sociedade democrática”, como nos recorda o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos. De facto, é um bem precioso.



© Joe Gratz (CC0 1.0)

Análise Global

Dr. Marcela Szymanski

Embora a perda de direitos fundamentais como a liberdade religiosa possa ocorrer subitamente, por exemplo através de conflitos e guerras, em muitos casos não acontece do dia para a noite, mas é, sim, frequentemente um processo de erosão que ocorre ao longo de anos. Tal como as telhas individuais de um telhado a serem fustigadas uma a uma, ou algumas de cada vez, por ventos cada vez mais fortes, o observador acaba por reconhecer que já não existe qualquer cobertura, e que está exposto aos ventos. Estes ventos assumem a forma de governos autoritários, redes terroristas transnacionais ou líderes religiosos fundamentalistas que incitam multidões prontas a fazer linchamentos.

As razões para a erosão do direito à liberdade religiosa são patentes, mas também podem ocorrer como consequência do atrito criado pela introdução de novas leis e regulamentos que, tendo identificado a religião como parte do problema, forcem gradualmente as identidades religiosas para fora do espaço público. O Estado, como guardião da lei, é obrigado a permitir ao indivíduo “manifestar a sua religião ou crença em público ou privado”, mantendo a esfera pública aberta para todas as religiões e para os sem religião. Sem estas protecções estatais, porém, o direito humano inalienável torna-se vulnerável e corre o risco de desaparecer.

Com base na nossa avaliação dos relatórios de país e das análises regionais, apresentamos um mapa que destaca onde as protecções à liberdade religiosa desapareceram quase todas (países a vermelho); onde estas protecções estão ameaçadas (países a laranja); e uma nova classificação, “sob observação”, onde novos factores emergentes de preocupação foram observados, potencialmente pondo em perigo o direito do indivíduo à liberdade religiosa.

Lamentavelmente, a retrospectiva confirma as observações acima referidas. Indícios sobre violações da liberdade religiosa observadas no nosso relatório de 2018 aceleraram e alargaram-se à situação actual, onde os ataques sistemáticos e flagrantes vêm de governos, seja da China ou da Coreia do Norte, e de grupos terroristas internacionais como o Boko Haram ou o Daesh e outros grupos fundamentalistas. Estes contextos têm sido exacerbados pela pandemia da COVID-19. Os Estados têm utilizado a insegurança para aumentar o controlo sobre os seus cidadãos, e os participantes não estatais têm aproveitado a confusão para recrutar, expandir e provocar crises humanitárias mais vastas.

O período de dois anos em análise, contudo, revelou também progressos significativos, especialmente no diálogo inter-religioso, bem como no papel cada vez mais importante dos líderes religiosos na mediação e resolução das hostilidades e da guerra.

Perseguição extrema (Mapa: países destacados a vermelho)

Perto de quatro mil milhões de pessoas vivem nos 26 países classificados como sofrendo as mais intensas violações da liberdade religiosa. Constituem pouco mais de metade (51%) da população mundial.

Quase metade destes países encontra-se em África. Na África Subsariana, as populações têm sido historicamente divididas entre agricultores e criadores de gado nómadas, sofrendo ocasionalmente surtos de violência resultantes de conflitos de longa duração por motivos étnicos e de luta por recursos, mais recentemente exacerbados pelas alterações climáticas, pobreza crescente e ataques de bandos criminosos armados. Apesar destes conflitos, na sua maioria, comunidades e diferentes grupos religiosos têm vivido juntos em relativa paz. Na última década, contudo, a violência irrompeu em toda a região com uma inimaginável ferocidade.

Este auge do conflito libertou a frustração reprimida de muitas gerações de jovens desfavorecidos que sofreram pobreza, corrupção e fracas oportunidades de educação e trabalho. Estas frustrações, por sua vez, alimentaram a ascensão de grupos armados, incluindo militantes islamitas, tanto locais como, mais recentemente, estrangeiros, grupos jihadistas transnacionais empenhados numa perseguição selectiva e sistemática de todos aqueles, tanto muçulmanos como cristãos, que não aceitam a ideologia islamita extrema. Nos últimos dois anos, os grupos jihadistas consolidaram a sua presença na África Subsariana e a região tornou-se um paraíso para mais de duas dezenas de grupos activos e cada vez mais cooperantes em 14 países, incluindo afiliados do Daesh e da Al-Qaeda. O desenvolvimento destes afiliados ocorreu num período de tempo alarmantemente curto e o padrão é familiar. Ataques de bandos criminosos locais, impulsionados por pregadores jihadistas salafitas, passam de ataques esporádicos e arbitrários a ataques ideológicos e específicos. Em certos casos, os esforços de um bando culminam numa distinção sinistra, a “afiliação” como província de um autoproclamado califado de uma rede islâmica transnacional (**ver Informação de Fundo sobre África**).

Milhões de pessoas fugiram das regiões em conflito, quer como deslocados internos, quer como refugiados para os países vizinhos. Foram relatadas graves violações dos direitos humanos, sendo as mulheres e as crianças frequentemente as vítimas. Milhões de pessoas na África Subsariana enfrentam a miséria com o abandono forçado dos campos e dos pequenos negócios tradicionais. A fome surge então, uma vez que grupos armados impe-

dem o acesso à ajuda humanitária, mulheres e crianças são escravizadas e os homens são recrutados à força para as fileiras dos extremistas. Como evidenciado no relatório de país, em países como o Burquina Faso, segundo a Organização Mundial de Saúde, no final de 2020, mais de 60% do território não estava acessível aos trabalhadores de ajuda humanitária.

Os governos são incapazes de abordar a questão ou em alguns casos aparentemente não estão dispostos a fazê-lo. Consideravelmente mais bem equipadas do que as forças armadas locais, as milícias jihadistas financiam as suas actividades através de raptos, pilhagens e tráfico ilícito de seres humanos, minerais preciosos e drogas. Só recentemente foram criadas forças de trabalho multinacionais para ajudar os governos locais (**ver *Análise Regional e Informação de Fundo sobre África***).

Enquanto a liberdade religiosa em África sofre de violência intercomunitária e jihadista, na Ásia a perseguição de grupos religiosos provém principalmente de ditaduras marxistas. Na China e na Coreia do Norte, que são os piores infractores na categoria vermelha, a liberdade religiosa é inexistente, tal como a maioria dos direitos humanos.

Na Coreia do Norte não são reconhecidos direitos humanos fundamentais e a perseguição visa qualquer grupo que desafie o culto da personalidade do Governo de Kim Jong-un, embora o tratamento dos Cristãos seja particularmente severo. O regime, a este respeito, pode ser definido como “exterminador”.

Na população chinesa de 1,4 mil milhões de habitantes, quase 900 milhões identificam-se como adeptos de alguma forma de espiritualidade ou religião, e o controlo do Estado é implacável. A vigilância em massa, incluindo a tecnologia de inteligência artificial refinada, um sistema de crédito social que recompensa e pune o comportamento individual, e a repressão brutal de grupos religiosos e étnicos, fazem cumprir a supremacia do Estado. Como revela a *Análise Regional*, “o Partido Comunista Chinês (PCC) tem um dos motores de controlo religioso mais difundidos e eficazes do Estado, actualmente em funcionamento em qualquer parte do mundo”. Isto é particularmente evidente através dos “campos de reeducação” em massa e dos “programas de reeducação” coerciva que afectam mais de um milhão de uigures, na sua maioria muçulmanos, na província de Xinjiang (**ver *Informação de Fundo sobre a China***). Embora existam aproximadamente 30 milhões de muçulmanos na China, incluindo cerca de 13 milhões de uigures que aderem a um ramo sunita do Islão (**ver *caixa de factos sobre os ramos do Islão***), em vez de tentarem proteger os outros crentes, alguns países muçulmanos sunitas cooperam com as autoridades chinesas, deportando de volta os uigures que neles procuram refúgio. De todos os países membros da ONU, apenas os Estados Unidos e o Canadá descreveram as acções da China como genocídio.

Ao longo do período em análise, Myanmar (Birmânia) evoluiu rumo ao pior crime contra a humanidade, o ge-

nocídio. Os ataques contínuos contra cristãos e hindus no estado de Kachin ocorreram à sombra de um ataque maciço e multifásico dos militares e outros grupos armados contra a população rohingya, maioritariamente muçulmana, no estado de Rakhine. Empurrados sistematicamente para o vizinho Bangladeche, calcula-se que um milhão de rohingyas estão a encontrar abrigo em campos sujeitos a doenças, miséria, abuso sexual e assassinato. Ao contrário da China, o Tribunal Internacional de Justiça ordenou ao Governo de Myanmar que implementasse medidas para prevenir o genocídio, enquanto prossegue uma investigação.

A par das restrições religiosas impostas por ditaduras marxistas e regimes militares, um grave desafio à liberdade religiosa na Ásia vem de movimentos de nacionalismo étnico-religioso cada vez maiores. Talvez o exemplo mais explícito seja a Índia, onde vive uma maioria hindu de quase 1,4 mil milhões de habitantes, embora com populações significativas de minorias religiosas, incluindo muçulmanos e cristãos. Com um sector económico com baixo desempenho e uma necessidade de reforçar os votos, o Partido Bharatiya Janata (BJP) no poder projecta uma visão cada vez mais nacionalista destinada a fazer eco na população maioritária, nomeadamente com a ideia de que a Índia é inerentemente hindu. A Índia não está sozinha. Esta tendência afecta milhares de milhões no continente asiático, predominantemente em contextos democráticos ou semidemocráticos que favorecem a ascensão do nacionalismo religioso maioritário no Paquistão de maioria muçulmana, no Nepal de maioria hindu e no Sri Lanka, Myanmar, Tailândia e Butão de maioria budista (**ver *Análise Regional da Ásia Continental e Informação de Fundo sobre nacionalismo étnico-religioso***).

Comum a todos os países destacados a vermelho, mas mais evidente no Paquistão, é o profundo impacto sobre os mais vulneráveis, mulheres e raparigas com a “religião errada” que são raptadas, violadas e obrigadas a mudar a sua fé, nas chamadas conversões forçadas. Enquanto minorias e, portanto, cidadãos de facto de segunda classe, têm poucas ou nenhuma hipóteses de justiça e reparação, apesar de serem vítimas de crimes puníveis ao abrigo do direito comum. Os direitos destas raparigas e mulheres são negados de forma tão abrangente que se tornam escravas, trabalhadoras do sexo e trabalhadoras manuais (ver Caso de Estudo do Paquistão e relatórios de país sobre a Nigéria e a Índia).

Casos graves de violação (Mapa: países destacados a laranja)

Nos 36 países onde a plena liberdade religiosa não é desfrutada, nem constitucionalmente garantida, vivem 1,24 mil milhões de pessoas. Estes países incluem 16% de todas as pessoas do mundo.

Os países que pioraram, entrando na classificação “laranja” durante o período em análise, são predominantemente aqueles que aprovaram leis desiguais no tratamento de grupos religiosos. As ilusões de novas liberdades no

rescaldo da Primavera Árabe (revoltas no Norte de África e nos países do Levante em 2010-2012) desvaneceram-se à medida que os governos aplicaram cada vez mais leis já de si restritivas para afirmar o seu poder, controlar a ideologia dominante e apertar o controlo sobre os líderes religiosos. Países como a Argélia, a Tunísia e a Turquia funcionam como “pseudo-democracias híbridas” que permitem processos eleitorais, mas controlam rigorosamente quem é elegível para concorrer a cargos, quanto tempo podem permanecer no cargo e a capacidade de modificar as leis de reeleição em seu benefício **(ver Análise Regional do Médio Oriente e do Norte de África)**.

Durante o período em análise, o presidente Erdogan pôs de lado o laicismo de Atatürk e introduziu uma política externa neo-otomana que posiciona a Turquia como potência sunita global. Tal como exemplificado pela conversão da Hagia Sophia em Istambul numa mesquita, o Islão é promovido em todos os aspectos da vida pública. A nível internacional, Erdogan tem prosseguido intervenções militares na Líbia, na Síria, no norte do Iraque e na guerra entre a Arménia e o Azerbaijão. A Turquia também tem procurado influência, com impacto na liberdade religiosa, na Albânia, Bósnia, Kosovo e Chipre **(ver relatórios correspondentes dos países e Análise Regional do Médio Oriente e do Norte de África)**.

Em mais de uma dezena de países que gozam de relações normais, mesmo amigáveis, com o Ocidente, não ser muçulmano comporta agora um risco mais elevado do que no período de análise anterior. Os Estados do Médio Oriente, Ásia do Sul e Central, e os antigos países soviéticos e países vizinhos aprovaram leis destinadas a impedir a expansão do que consideram ser religiões estrangeiras e também a excluir o “Islão não tradicional”. A liberdade

de culto é garantida, mas não a plena liberdade religiosa. Por exemplo, em alguns países, a apostasia da religião estatal ou maioritária é punível, por vezes com a morte. Em países onde a conversão da religião maioritária não é proibida por lei, ela é efectivamente proibida como consequência de fortes pressões sociais. Em muitos destes países, o proselitismo de pessoas pertencentes à religião estatal é ilegal. Como atesta a Análise Regional do Médio Oriente e do Norte de África, as leis contra a blasfémia silenciam os grupos religiosos minoritários; a tolerância social para com os Cristãos continua a ser reduzida; e, como inúmeros incidentes no Alto Egipto confirmam, a violência pode irromper a qualquer momento.

Um desenvolvimento positivo no período em análise é a aproximação entre Cristãos e Muçulmanos, liderada pelo Papa Francisco. Após o seu encontro com o Grande Imã Ahamad Al-Tayyib de Al-Azar, o líder do mundo sunita muçulmano, em 2019, os dois líderes religiosos reuniram-se novamente em 2020 nos Emirados Árabes Unidos para assinar em conjunto a Declaração de Abu Dhabi sobre a Fraternidade Humana. Esta visita papal aos Emirados foi marcada pela primeira celebração de uma Missa papal na Península Arábica. A visita do Papa Francisco ao Iraque em 2021, a sua primeira a um país de maioria xiita, irá, assim o esperamos, aprofundar o diálogo inter-religioso e ajudar a destacar a situação terrível das minorias religiosas no Iraque e não só **(ver relatórios correspondentes dos países e Análise Regional do Médio Oriente e do Norte de África)**.

A pandemia da COVID-19 alterou as práticas tradicionais em todo o mundo em áreas como os cuidados de saúde, a governação e a economia, muitas vezes com profundas implicações para os direitos humanos, incluindo a liber-



dade religiosa. Como revela a Informação de Fundo sobre a COVID-19, em áreas menos desenvolvidas do mundo, a doença não só revelou fragilidades subjacentes da sociedade, mas exacerbou fragilidades existentes resultantes da pobreza, da corrupção e de estruturas estatais vulneráveis. Grupos terroristas e extremistas islamitas, por exemplo em África, aproveitaram o facto de o Governo estar focado em resolver a pandemia para aumentar os seus ataques violentos, consolidar ganhos territoriais e recrutar novos membros. Os preconceitos sociais pré-existent contra comunidades religiosas minoritárias também levaram a um aumento da discriminação, por exemplo no Paquistão, onde organizações de caridade muçulmanas recusavam aos Cristãos e membros de grupos religiosos minoritários o acesso a ajuda alimentar e médica. No Ocidente, as medidas de emergência tomadas em resposta à pandemia tiveram impacto na liberdade de reunião e na liberdade religiosa, suscitando críticas e debates **(ver Informação de Fundo sobre a COVID-19)**.

Países sob observação (Mapa: destacados nos mapas de Análise Regional)

Foi introduzida uma nova categoria neste relatório, a categoria dos países “sob observação”, para os países onde foram observados novos factores emergentes que causam preocupação devido ao seu impacto na liberdade religiosa.

As provas para esta categoria são demonstradas de forma mais tangível através de um aumento dos crimes de ódio por preconceito religioso contra pessoas e bens. Estes vão desde o vandalismo contra locais de culto e símbolos religiosos, incluindo mesquitas, sinagogas, estátuas e cemitérios, até crimes violentos contra líderes religiosos e

fiéis **(ver Análise Regional da OSCE)**. Uma iniciativa das Nações Unidas para proteger locais de culto lançada em Setembro de 2019 não teve qualquer efeito em manifestações violentas na América Latina, onde participantes em manifestações anti-governamentais atacaram e destruíram símbolos religiosos e bens **(ver Caso de Estudo sobre o Chile)**.

No que o Papa Francisco definiu como “perseguição educada”, observamos o surgimento de novos “direitos”, novas normas culturais criadas de acordo com valores em evolução, que remetem as religiões “para a obscuridade silenciosa da consciência do indivíduo ou as relegam para os recintos fechados das igrejas, sinagogas ou mesquitas”. Por exemplo, no Ocidente, o direito à objecção de consciência por motivos religiosos para os profissionais de saúde em relação a questões relacionadas com o aborto e a eutanásia já não está significativamente protegido por lei. Aos licenciados de determinadas universidades confessionais é cada vez mais recusado o acesso a certas profissões. As disposições relativas ao direito dos grupos religiosos a gerirem as suas próprias escolas de acordo com o seu próprio ethos estão também em perigo em vários países. Estes novos direitos, consagrados na lei, resultam num profundo conflito dos direitos individuais à liberdade de consciência e de religião com a obrigação legal de cooperar com estas leis **(ver Informação de Fundo sobre “Perseguição Educada” e Um Bem Precioso: o Direito à Liberdade Religiosa ou de Crença)**. Esta dissonância já teve, e continuará a ter, um forte impacto em mais de 84% da população mundial que, segundo o Pew Research Center,⁶ se descreve como pertencendo a uma religião ou crença.

Papa Francisco num encontro inter-religioso na Planície de Ur, o local do nascimento de Abrão a 6 Março de 2021 no Iraque.



Fr. AmeerJajeOP@ACN

África: um continente em risco de jihadismo transnacional

Mark von Riedemann

A questão que se coloca a África não é se o continente é o próximo campo de batalha contra os militantes islâmicos, mas quando é que se perderão vidas suficientes e famílias deslocadas para levar a comunidade internacional à acção? Os números já vão nas centenas de milhares e nos milhões, respectivamente.

A África Subsariana está pronta para a infiltração das ideologias islamitas. Gerações de pobreza, corrupção, violência intercomunitária pré-existente entre pastores e agricultores sobre os direitos à terra (exacerbada pelas consequências das alterações climáticas), e estruturas estatais fracas tornaram-se um terreno fértil para os jovens

marginalizados e frustrados. Isto, por sua vez, tornou-se uma oportunidade de recrutamento para os extremistas que os perseguem com promessas de riqueza, poder e a queda de autoridades corruptas. Isto toca ainda mais no cerne da pessoa humana por uma profunda manipulação da religião. Extremistas islamitas testados em combate deslocaram-se para sul das planícies do Iraque e da Síria para se ligarem a grupos criminosos locais nos países subsarianos da Mauritânia, Mali, Burquina Faso, Níger, Nigéria, Norte dos Camarões, Chade, República Centro Africana, República Democrática do Congo, Somália e Moçambique (ver relatórios de país).

A violência é horrível. Rapazes forçados a entrar nas fileiras como crianças-soldado, violação como arma de guerra e decapitações em massa de homens, tanto muçulmanos como cristãos, que ousam recusar-se a juntar-se aos jihadistas. Uma investigação do Projecto de Dados de Localização e Eventos de Conflitos Armados revela que o número de pessoas mortas por grupos armados no Burquina Faso, Camarões, Chade e Mali entre Janeiro e meados de Abril de 2020 mais do que duplicou em relação ao mesmo período em 2019.⁷ E no Burquina Faso, em Fevereiro de 2020, 765 mil pessoas foram deslocadas por grupos terroristas, contra 65 mil nos 12 meses anteriores.⁸

Os militantes, em muitos casos mercenários com fins lucrativos ou combatentes locais que perseguem interesses locais, incitados por pregadores que aderem a uma ideologia de jihadismo salafita, atacam autoridades estatais, militares, policiais e civis, incluindo chefes de aldeia, professores (ameaçados por causa do currículo secular), líderes muçulmanos e cristãos, e fiéis. Os recursos financeiros destes grupos terroristas armados provêm principalmente de pilhagem, extorsão, tráfico de seres humanos e de droga e rapto.

Embora muçulmanos e cristãos sejam igualmente vítimas da violência extremista, com a crescente radicalização

Soldados ugandeses da Missão da União Africana libertam Kurtunwaarey do grupo terrorista Al-Shabaab, na Somália, a 31 de Agosto de 2014.

[©AMISOM / Tobin Jones(CC0 1.0)]

islamita os Cristãos tendem a tornar-se cada vez mais um alvo específico para os terroristas, eliminando o pluralismo social e religioso característico e a harmonia da região.

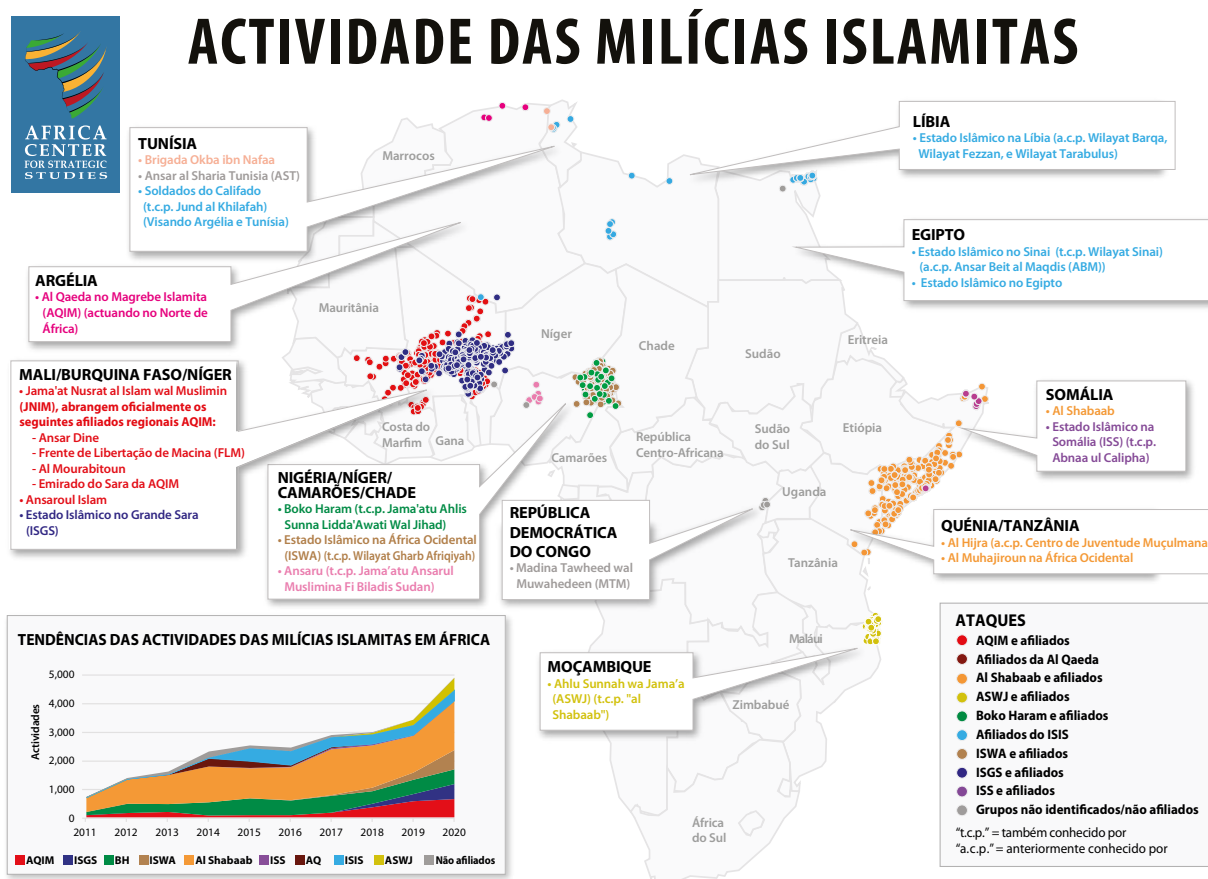
Segundo o Centro Africano de Estudos Estratégicos, a ameaça dos grupos islamitas militantes em África não é monolítica, mas compreende uma mistura em constante mudança de cerca de duas dezenas de grupos que actuam e cooperam cada vez mais activamente em 14⁹ países. Os grupos islâmicos mais activos na África Subsaariana incluem: Jama'at Nusrat al Islam Wal Muslimin (JNIM), uma coligação de afiliados islamitas como a FLM e a Al-Qaeda (AQIM), Boko Haram, Ansaroul Islam, Katiba Salaheddine, Jihad al-Islamiyya, Al-Shabaab na Somália, e o Estado Islâmico transnacional no Grande Sara (ISGS), África Ocidental (ISWA), África Central (ISCA) e Somália (ISS).¹⁰

Novo neste sinistro clube é Moçambique. O grupo jihadista Ansar al-Sunnah Wa Jama (ASW), alinhado com o Daesh, lançou uma insurreição na província maioritariamente muçulmana de Cabo Delgado, assumindo o controlo do porto de Mocímboa da Praia, uma infra-estrutura prioritária para o processamento das enormes reservas de gás natural descobertas ao largo da costa norte de Moçambique.¹¹ A partir de Moçambique, os jihadistas proclamam ter estabelecido “províncias do Califado” nas Comores, no

norte de Madagáscar e, através do Oceano Índico, até à Indonésia, Malásia e Filipinas (ver relatórios de país).

O Instituto Dinamarquês de Estudos Internacionais refere: “É amplamente aceite entre os estudiosos do jihadismo transnacional que as suas duas principais organizações, a Al-Qaeda e o Daesh, raramente iniciam novos conflitos. Em vez disso, exploram as queixas locais, estabelecem ligações com grupos marginalizados da sociedade e, a longo prazo, transformam o que inicialmente pode ter sido um conflito étnico, ou politicamente motivado, numa luta armada emoldurada por motivos religiosos”¹²

Numa entrevista de 24 de Fevereiro de 2020 à Ajuda à Igreja que Sofre, o Professor Olivier Hanne, islamólogo francês e autor do livro Jihad in the Sahel, foi questionado sobre a provável evolução da situação na região. Hanne afirmou: “Receio que nos próximos cinco anos a expansão territorial dos grupos terroristas armados continue. O tráfico de droga vai tornar-se mais organizado e aumentar. Depois de terem alargado o seu domínio sobre o Sara muçulmano, o próximo alvo serão os locais onde cristãos e muçulmanos vivem lado a lado ... nos próximos cinco anos, estes estados africanos precisarão do apoio do Ocidente se quiserem evitar uma catástrofe”.¹³



Actualização: Fevereiro de 2021

Observações: Informação compilada pelo Africa Center for Strategic Studies, este gráfico apresenta os ataques violentos envolvendo os grupos mencionados durante um período de 12 meses finalizando a 31 de Dezembro de 2020. A informação sobre os ataques ou mortes não pretende distinguir os agressores dos ataques. Os grupos listados servem exclusivamente para efeitos de informação e não devem ser considerados designações oficiais. Devido à fluidez de muitas milícias, as filiações puderam alterar-se.

Fontes: Armed Conflict Location & Event Data Project (ACLED); Daniel Byman; Thomas Joscelyn; Site Intelligence Group; The Soufan Group; Stanford University's Mapping Militants Project; Staffor; Terrorism Research & Analysis Consortium (TRAC); and Aaron Y. Zelin.

Nigéria: o rapto em massa de crianças em idade escolar

A 11 de Dezembro de 2020, combatentes do Boko Haram invadiram a Escola Governamental Secundária de Ciências em Kankara, raptando mais de 300 estudantes do sexo masculino.¹⁴ A organização terrorista reivindicou a responsabilidade pelo ataque citando a oposição do Boko Haram à educação ao estilo ocidental. A 18 de Dezembro, os militares nigerianos libertaram os estudantes raptados. O governador do estado Katsina da Nigéria, Aminu Masarithe, alegou que nenhum resgate tinha sido pago.¹⁵

A 17 de Fevereiro de 2021, atiradores com uniformes militares entraram na Escola Governamental de Ciências Kagara, em Rafi, estado do Níger, raptando 27 pessoas, incluindo estudantes, professores e os seus familiares.¹⁶ Foram libertados a 27 de Fevereiro.

A 26 de Fevereiro de 2021, cerca de 300 raparigas foram raptadas de um internato gerido pelo Governo na cidade de Jangebe. De acordo com fontes locais, “vieram em cerca de 20 motorizadas e levaram as raparigas raptadas para a floresta”.¹⁷ As raparigas foram libertadas a 2 de Março. O governador do estado de Zamfara, Bello Matawalle, recusou-se a pagar um resgate, mas mais tarde o presidente Buhari “admitiu que no passado os governos estaduais pagaram a raptadores ‘com dinheiro e veículos’ e exortou-os a rever a política”.¹⁸

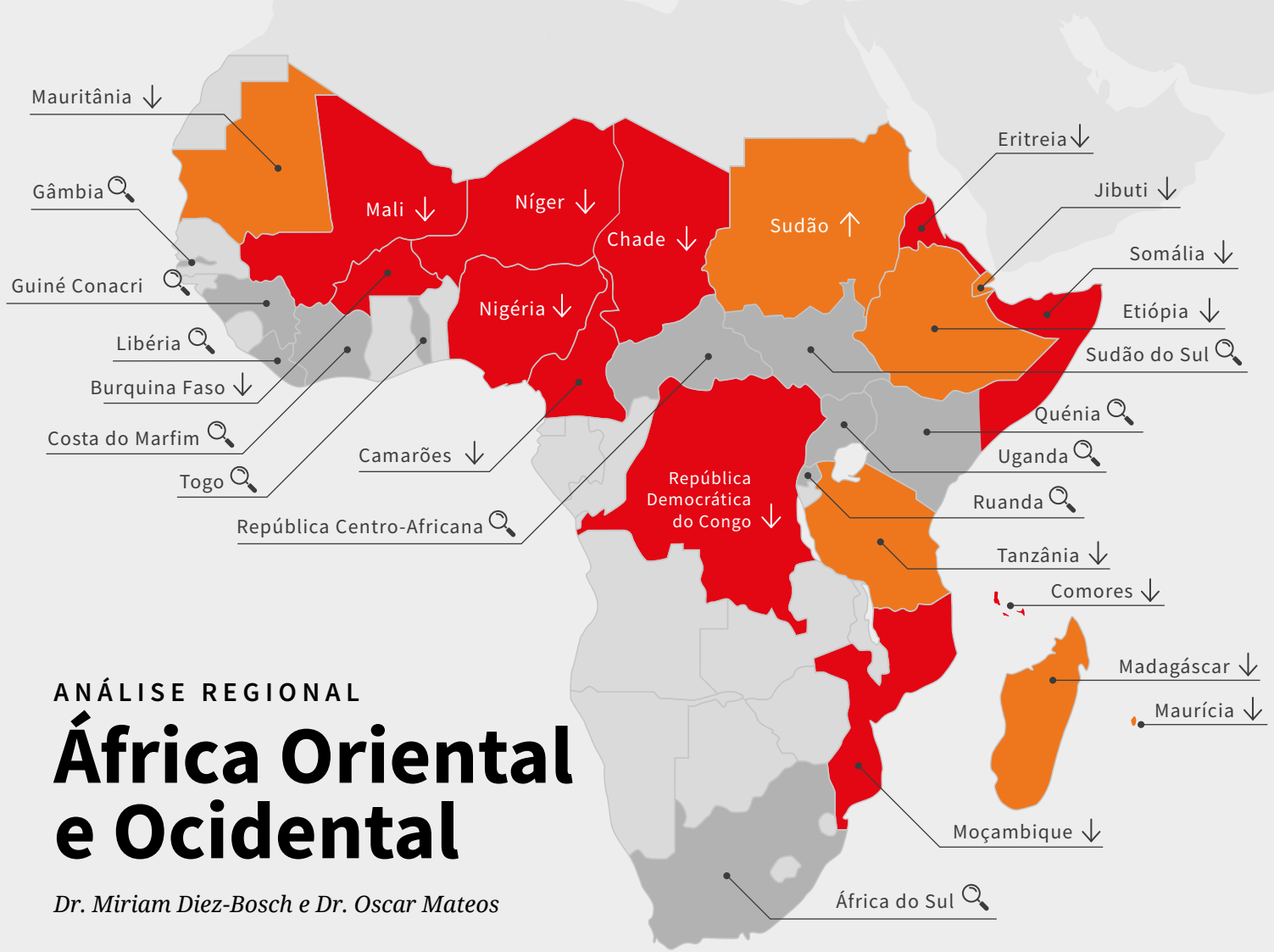
O ataque mais recente, o terceiro rapto em massa de estudantes em três meses, eleva o número total de raptados a mais de 600 desde Dezembro de 2020.¹⁹ As autoridades estatais afirmam que a motivação jihadista não é considerada como um elemento principal nos raptos. Segundo declarações, os ataques a escolas no noroeste “foram levados a cabo por ‘bandidos’, um termo vago para raptadores, ladrões armados, ladrões de gado, pastores fulani e outras milícias armadas”,²⁰ principalmente para obterem ganhos financeiros. No entanto, alguns observadores referem que a escalada dos raptos em massa indica uma cooperação entre militantes do Boko Haram e os fulani e que, de facto, estes ataques têm uma profunda componente religiosa.²¹ O sultão de Sokoto declarou: “Não se enganem, o rapto é um exemplo clássico dos fundamentos filosóficos do Boko Haram – que a educação ocidental é proibida. É por isso que os seus alvos estão sempre em internatos, especialmente escolas de ciências, consideradas ateias em termos de pedagogia”.²²

CASO DE ESTUDO

Uma das 300 alunas raptadas no noroeste da Nigéria reencontra-se com a sua família em Jangabe, no estado de Zamfara, a 3 de Março de 2021.

©AP Photo/Sunday Alamba





ANÁLISE REGIONAL

África Oriental e Ocidental

Dr. Miriam Diez-Bosch e Dr. Oscar Mateos

Os países da África Oriental e Ocidental, situados principalmente na região subsariana, albergam um complexo mosaico de grupos étnicos, religiosos e linguísticos e uma população predominantemente jovem. Embora a região tenha recursos humanos e naturais consideráveis, os problemas de pobreza, corrupção e falta de oportunidades de educação e emprego para os jovens resultam em frustração e instabilidade social. Esta situação é facilmente explorada por grupos criminosos e jihadistas locais e transnacionais. Embora tenha havido graves violações da liberdade religiosa cometidas por grupos armados jihadistas, os governos locais e, em menor medida, membros de outras religiões, tomaram medidas positivas para combater a discriminação religiosa e promover o diálogo inter-religioso. A Igreja Católica, além disso, tornou-se um importante elemento político que participa nos esforços de resolução de conflitos.

O jihadismo na região

Em muitos países, os ataques de grupos armados são frequentemente arbitrários, orientados para o lucro, enraizados em ciclos de violência intercomunitária e indiferentes à identidade religiosa das suas vítimas, atacando tanto muçulmanos como cristãos. Cada vez mais, no entanto, como os relatórios de país indicam, vários países estão a ser profundamente afectados pelo extremismo islamita, predominantemente nas regiões da África

Ocidental e do Corno de África. Durante o período em análise, vários grupos jihadistas continuaram activos, incluindo: Boko Haram, Daesh, Jamaat Nusrat al-Islam wal Muslimeen (JNIM) e Al-Shabaab.

O Boko Haram levou a cabo ataques principalmente em torno do Lago Chade, que faz fronteira com a Nigéria, o Chade, o Níger e os Camarões. O grupo terrorista foi responsável por atrocidades cometidas contra as forças de segurança e civis, incluindo assassinios, raptos e pilhagens e a queima de aldeias inteiras. O Boko Haram expandiu as suas actividades no norte dos Camarões, num caso matando 18 civis e ferindo 11 que se abrigavam num campo de deslocados na região do Extremo Norte.²³ No Níger, os terroristas visaram os Cristãos, forçando-os a abandonar a área ou a enfrentar a morte (ver relatório do país). Alguns países da região do Lago Chade enviaram uma Força Multinacional Conjunta para combater o Boko Haram, mas a organização terrorista tem-se revelado resistente.

Outros importantes grupos extremistas armados que actuam nesta região são afiliados do grupo islâmico transnacional Daesh e da JNIM, uma coligação de entidades extremistas islamitas individuais, incluindo a transnacional Al-Qaeda, conhecida localmente como Al-Qaeda no Magrebe Islâmico (AQIM). No Mali e no Níger, os militantes do Daesh actuam sob o título de Estado Islâmico no Grande Sara (ISGS). Tanto os grupos da JNIM como

do ISGS, empenhados em derrubar o Estado e em implementar a lei islâmica, realizam emboscadas e ataques contra soldados e civis, e até mesmo contra as forças de manutenção da paz no caso do Mali.²⁴ A compreensão da violência jihadista torna-se mais complexa em resultado da sua interligação com a violência intercomunitária, onde grupos étnicos, por exemplo no Mali, foram acusados de acolher jihadistas e foram atacados por esse motivo (ver relatório do país).

O grupo terrorista Daesh estabeleceu-se recentemente na República Democrática do Congo, reivindicando o seu primeiro ataque em Beni em 2019, onde declarou que o país era o Estado Islâmico da Província da África Central (ISCAP).²⁵ Grupos armados islâmicos locais também se comprometeram a fazer uma aliança com o Daesh no norte de Moçambique. Como indica o relatório de país moçambicano, nos últimos anos tem-se assistido a um aumento dos ataques nesta área desde o surgimento das milícias locais no final de 2017. Os jihadistas cometeram actos selvagens de violência matando soldados, decapitando dezenas de civis em várias ocasiões, muitas vezes homens e rapazes que se recusam a juntar-se às suas fileiras, raptando mulheres e crianças, e pilhando e queimando aldeias.

No Corno de África, o Al-Shabaab aterrorizou a população na Somália, matando civis e soldados, e atacando edifícios e hotéis do Governo. De particular destaque foi o brutal assassinato do presidente da Câmara de Mogadíscio por uma mulher-bomba do Al-Shabaab, em 2019.²⁶ Militantes também apreenderam cristãos acusados de proselitismo e raptaram crianças para resgate ou recrutamento como crianças-soldados. A falta de liberdade religiosa no país forçou os Cristãos a prestar culto em segredo por temerem, se fossem identificados, poder ser raptados ou mortos. O Al-Shabaab também levou a cabo ataques terroristas na fronteira entre o Quênia e a Somália, procurando identificar e matar não muçulmanos.²⁷

Para além dos grupos jihadistas acima mencionados, as autoridades do Mali, do Níger, da República Democrática do Congo e de Moçambique relataram a presença de grupos armados locais de menor dimensão. Estes militantes têm frequentemente ligações a bandos criminosos e a motivação é tanto os lucros gerados pela exploração ilegal de recursos como o extremismo islâmico. Por exemplo, na República Democrática do Congo, estão activos cerca de 134 grupos armados diferentes, incluindo as Forças Democráticas Aliadas (ADF). Estes militantes islamitas atacam alvos principalmente na província de Kivu, onde elementos estatais e não estatais competem pelos chamados “minerais de sangue”, os despojos de minerais preciosos e a extracção de metais pesados.²⁸ Em Moçambique, a insurreição local Ahlu-Sunnah Wa-Jama (ASWJ), no norte da província de Cabo Delgado, ameaça investimentos internacionais de biliões de dólares em projectos de gás natural. A ASWJ prometeu fidelidade ao Daesh em 2019, declarando a sua intenção de estabelecer um “califado” no país.²⁹

Discriminação com base na religião

Para além das questões dominantes relacionadas com o extremismo islamita, no período em análise, os relatórios dos países revelaram casos de discriminação, bem como de perseguição de grupos religiosos.

Foram registados incidentes de discriminação no Senegal, Maláui e Libéria com a negação do direito das mulheres muçulmanas a usar o véu nas escolas ou locais de trabalho (ver relatórios dos países). Contudo, houve também casos em que as autoridades tomaram medidas para responder a preocupações. Na África do Sul, por exemplo, o horário escolar foi adaptado para acomodar a celebração do Eid e as mulheres muçulmanas são agora autorizadas a usar o véu nas forças armadas.³⁰

Foram registadas tendências mais preocupantes em termos de perseguição, incluindo ataques de elementos estatais e não estatais visando locais de culto e líderes religiosos. Foram relatados incidentes no Quênia, Maláui, África do Sul, Níger, Etiópia e Sudão (ver relatórios dos países). No Sudão, as autoridades confiscaram propriedades da Igreja e as forças de segurança entraram nas mesquitas durante os protestos, violando a santidade do local de culto.³¹

Embora menos frequentes, foram registados casos de perseguição violenta, nomeadamente retaliação por muçulmanos contra convertidos cristãos no Jibuti, Libéria e Uganda. Estes incidentes têm sido particularmente graves no Uganda, onde multidões espancaram e mataram as vítimas por causa da sua conversão.³²

A Igreja Católica como elemento político

Durante o período em análise, em vários países a Igreja Católica tem desempenhado um importante papel diplomático e pastoral na arena política. Os bispos têm intervindo publicamente, fazendo declarações aos meios de comunicação social ou ao Governo relativamente a processos eleitorais, criticando publicamente a corrupção e denunciando a violência por parte das forças de segurança, manifestantes e grupos extremistas armados. Mais importante, contudo, em alguns países a Igreja tem desempenhado um papel activo na observação eleitoral, mediação e resolução de conflitos.

Nos Camarões, na República Democrática do Congo e no Burundi (ver relatórios dos países), a Igreja Católica apoiou processos democráticos, enviando milhares de observadores para prevenir a intimidação eleitoral e a fraude. A Igreja encontrou irregularidades nos três casos, questionando mesmo os resultados eleitorais na República Democrática do Congo, onde, embora em última instância o líder da oposição tenha sido declarado vencedor, a Igreja afirmou que o processo eleitoral foi prejudicado por fraude e que o vencedor foi o candidato Martin Fayulu e não Felix Tshisekedi.³³

O papel mais activo que a Igreja Católica tem desempenhado politicamente tem sido o seu encorajamento, apoio e mediação nas conversações de paz. No caso da guerra civil de 2013-2020 no Sudão do Sul, o Conselho Sudanês de Igrejas apelou consistentemente ao perdão e reconciliação ao longo de todo o processo, servindo ao mesmo tempo como centro de coordenação dos eventos de construção da paz. A comunidade católica de Santo Egídio mediou acordos de cessar-fogo bem-sucedidos em duas ocasiões.³⁴ Finalmente, em Abril de 2019, o Papa Francisco convidou os líderes beligerantes do Sudão do Sul para um retiro de dois dias na sua residência a fim de dialogar. O encontro, que fez manchetes globais com uma fotografia do Papa ajoelhado para beijar os pés do presidente Kiir, deu um grande impulso ao reinício e à conclusão bem-sucedida do processo de paz.³⁵ Demonstrando o papel positivo da religião no campo da negociação e da construção da paz, ambas as partes em conflito agradeceram à Igreja local e ao Papa pelo seu envolvimento.

Também nos Camarões, a Igreja Católica continuou a desempenhar um papel de mediação significativo na guerra civil camaronesa que eclodiu em 2016 entre as comunidades francófona e anglófona. As conversações de paz que tiveram lugar em Julho de 2020 ocorreram na casa do Arcebispo de Yaoundé.³⁶ Até à data, segundo a Human Rights Watch, a violência ceifou a vida de mais de 3.500 pessoas.³⁷ Uma vez que as hostilidades não estão ainda resolvidas, a hierarquia católica continua a condenar a violência e apela ao diálogo entre as partes.

Sinal de coexistência positiva entre grupos religiosos

Apesar do número de incidentes perturbadores registados em toda a região, há países em que existem boas relações inter-religiosas e esforços para promover a tolerância religiosa. No Burundi, por exemplo, a Igreja Católica convidou e acolheu 47 líderes religiosos de um vasto leque de confissões a participar num encontro para reforçar a capacidade de todas as comunidades religiosas empenhadas na resolução de conflitos e na coexistência pacífica.³⁸ Além disso, como exemplo de coexistência pacífica, apesar da presença perturbadora de jihadistas no Quênia, os líderes católicos recolheram donativos para muçulmanos durante a época natalícia e os líderes muçulmanos fizeram o mesmo para os cristãos durante as suas celebrações religiosas, como o Eid.³⁹

O impacto da COVID-19 na liberdade religiosa

Como resultado de regulamentos de distanciamento social impostos para conter a propagação do vírus COVID-19, na maioria dos países da região os locais de culto permaneceram fechados durante vários meses, incluindo durante a Semana Santa para os Cristãos e durante o Ramadão para os Muçulmanos.

Esta medida foi recebida com protestos em alguns países. Nas Comores e no Níger, os fiéis reuniram-se em

mesquitas para protestar contra o encerramento, uma vez que até então nenhum caso tinha sido reportado. Em Moçambique e no Gabão, surgiram tensões quando o Governo prolongou o encerramento dos locais de culto apesar da reabertura de mercados, escolas e hotéis (ver relatórios dos países).

Na Libéria, Guiné-Bissau e Zâmbia, houve casos em que líderes religiosos decidiram manter igrejas e mesquitas fechadas, apesar da permissão do Governo para reabrir. Os relatórios de país do Mali e do Senegal indicam que as mesquitas reabriram para as celebrações do Ramadão, mas a liderança da Igreja decidiu não reabrir locais de culto devido ao elevado número de casos registados de COVID-19.

Situações que requerem especial atenção

Tal como revelado nos relatórios de país, grupos jihadistas consolidaram ainda mais a sua presença, com a instável região do Sahel a tornar-se um refúgio para o Daesh e grupos armados afiliados na Al-Qaeda. O impacto desta presença fundamentalista torna-se mais complexo pela violência intercomunitária e pelos conflitos étnico-políticos com consequências preocupantes para os grupos religiosos. Especificamente, a afiliação religiosa dos crenes é frequentemente utilizada como um marcador para os classificar como pertencentes a um ou outro grupo específico no conflito, tornando-os assim vulneráveis a ataques, ainda que a religião em si não seja a principal razão para a violência.

As missões militares multinacionais destacadas na África Ocidental não tiveram sucesso na luta contra o Boko Haram, que prometeu fidelidade ao Daesh em 2015.⁴⁰ Além disso, os jihadistas também asseguraram e estabeleceram uma presença noutras áreas: o Daesh declarou seis alegadas “províncias do califado” em África⁴¹ e intensificou os seus ataques na região norte de Moçambique ao longo dos últimos dois anos.⁴² Do mesmo modo, a Somália testemunhou ataques violentos do Al-Shabaab e resta saber até que ponto as circunstâncias se deteriorarão com o fim da missão da AMISOM, em Dezembro de 2020.⁴³

Finalmente, ocorreu uma evolução positiva durante o período em análise, com a mudança de regime no Sudão. A queda de Omar Al-Bashir, seguida das medidas do Governo de transição que procuram promover a coexistência religiosa, em claro contraste com o anterior regime islamita, deu início a uma nova era de liberdade religiosa no país. Uma destas medidas foi um pedido de desculpas público do ministro dos Assuntos Religiosos e das Doações, Nasredin Mufreh, aos Cristãos sudaneses “pela opressão e pelos danos infligidos aos vossos corpos, pela destruição dos vossos templos, pelo roubo dos vossos bens, e pela prisão e perseguição injusta dos vossos servos e confisco dos edifícios da Igreja”.



CASO DE ESTUDO

Moçambique: um ciclo descontrolado de violência

No início de Novembro de 2020, quinze rapazes e cinco adultos foram decapitados com catanas por insurgentes do Daesh durante um rito de iniciação para rapazes adolescentes. Após o ataque na pequena aldeia agrícola, a 24 de Março, no distrito de Muidumbe, os jihadistas levaram os corpos das vítimas para um campo de futebol na aldeia de Muatide.⁴⁵ Mais tarde, mais 30 jovens e adultos do mesmo distrito foram decapitados por jihadistas num ataque semelhante e os seus corpos foram também trazidos para Muatide “numa horrível exibição destinada a criar medo na comunidade local”.⁴⁶

Estes massacres seguiram-se a um ataque em massa anterior, em Abril de 2020, no qual cerca de 52 homens foram mortos na aldeia de Xitaxi, no distrito de Muidumbe, depois de se recusarem a juntar-se às fileiras dos jihadistas.⁴⁷ Numa declaração à emissora pública TVM, o porta-voz da polícia, Orlando Mudumane, explicou: “Os criminosos tentaram recrutar jovens para se juntarem às suas fileiras, mas houve resistência. Isto provocou a raiva dos criminosos, que mataram 52 jovens de maneira indiscriminada, cruel e diabólica”.⁴⁸

Estes exemplos evidenciam uma tendência crescente de extrema violência e assassinato na província de Cabo Delgado, no norte de Moçambique, na qual se calcula que nos últimos três anos o grupo fundamentalista Ahlu Sunnah Wa-Jama (localmente conhecido como Al-Shabaab), filiado no Daesh, matou mais de 2.500 civis e deslocou mais de 570 mil pessoas.⁴⁹

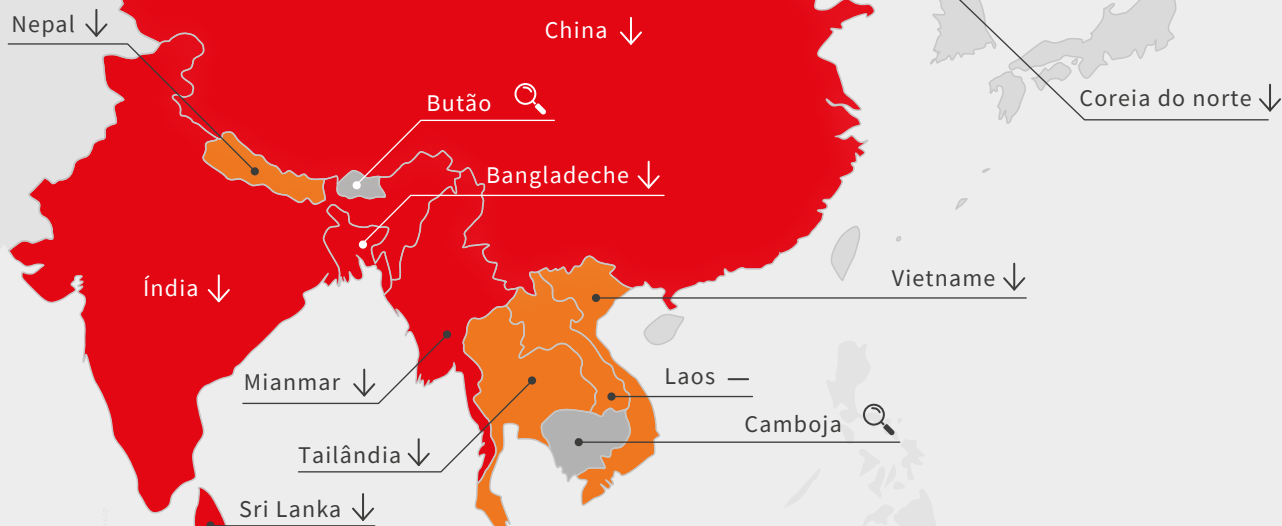
A ascensão do extremismo islamita no norte de Moçambique é um fenómeno complexo e de múltiplas causas. Os factores que permitem a rápida disseminação e capacidade de recrutamento das redes jihadistas incluem: pobreza e corrupção; estruturas estatais fracas; falta de educação e oportunidades de emprego; a chegada de redes criminosas transnacionais que beneficiam do comércio ilícito de madeira, pedras preciosas, ouro ou drogas; frustração da população local perante a sua exclusão dos lucros minerais; queixas geradas por acções repressivas cometidas pelas forças de segurança; falta de direitos à terra; e influências fundamentalistas de países como a Arábia Saudita e a Somália. Estas raízes, estimulando a ascensão de grupos como o Al-Shabaab, reflectem um padrão e uma dinâmica semelhantes de radicalização islamita e de violência extrema observada em regiões como a Bacia do Lago Chade, o Sahel e a Somália.

Apesar do facto de todos os elementos reconhecerem a necessidade de dar prioridade a respostas às raízes socioeconómicas do conflito, a reacção até agora tem sido profundamente militarizada, contribuindo para uma nova espiral de violência. Para Luis Fernando Lisboa, antigo Bispo católico de Pemba, a capital de Cabo Delgado, a única resposta sustentável para combater o extremismo violento na província é a justiça social.

CASO DE ESTUDO

Sobreviventes do massacre de Muidumbe, que fugiram 300 km a pé para chegar a um campo de refugiados em Pemba, onde são assistidos pela Cáritas. Moçambique, Cabo Delgado, Dezembro de 2020.





ANÁLISE REGIONAL

Ásia Continental

A Ásia Continental inclui a Ásia Oriental, a Península Coreana, o Sudeste Asiático continental e o subcontinente indiano, bem como as grandes ilhas – Japão, Taiwan e Sri Lanka – nas proximidades das costas da Ásia. Por um lado, esta região altamente populosa e estratégica contém países como a China, Coreia do Norte e Mianmar, que actualmente estão a viver algumas das piores violações da liberdade religiosa do mundo. Por outro lado, vários países, particularmente o Japão, Taiwan e a Coreia do Sul, ostentam protecções robustas e estáveis da liberdade religiosa com firme apoio constitucional e cultural.

Vários países da Ásia Continental continuam a ser governados por ditaduras marxistas de partido único. O maior deles, a China, com uma população de 1,4 mil milhões de pessoas, destaca-se de forma duvidosa por ter afinado um dos motores de controlo religioso mais difundidos e eficazes do Estado actualmente em funcionamento em qualquer parte do mundo. De acordo com o último relatório do Pew Research Center sobre restrições religiosas globais, divulgado em Novembro de 2020, a China obtém uma pontuação de 9,3 em 10 no Índice Pew de Restrições Governamentais, a pontuação mais alta do estudo.⁵⁰ Combinando a vigilância de massas, um sistema de crédito social que escrutina e sanciona o comportamento individual

e a repressão brutal de grupos religiosos e étnicos suspeitos de deslealdade, o Partido Comunista Chinês (PCC) está numa classe própria quando se trata da asfixia da liberdade religiosa. Além disso, tal como revelado no relatório de país, a situação tornou-se apenas mais brutal desde que Xi Jinping se tornou presidente da China em 2013, tal como demonstrado pela detenção em massa de mais de um milhão de uigures maioritariamente muçulmanos na província de Xinjiang e a sua sujeição a programas de „desradicalização” coerciva desde 2017.⁵¹

Outros regimes na Ásia Continental com ideologias e mecanismos de controlo religioso semelhantes ao estilo marxista são a Coreia do Norte, o Vietname e o Laos. Como os relatórios de país demonstram, a Coreia do Norte pratica uma política de extermínio da religião que é ainda mais severa do que a do PCC. O Vietname e o Laos, por outro lado, continuam a implementar reformas modestas e graduais que dão às comunidades religiosas registadas junto do Estado uma liberdade um pouco maior para possuir bens e prosseguir actividades religiosas. Os grupos não registados, contudo, especialmente budistas independentes no Vietname e protestantes evangélicos no Laos, continuam a enfrentar graves perseguições e discriminação, sobretudo a nível local.

A par das restrições religiosas impostas „de cima para baixo” pelas ditaduras marxistas, um grave desafio à liberdade religiosa na Ásia Continental vem de movimentos „de baixo para cima” do nacionalismo étnico-religioso. Enquanto o controlo religioso metódico patrocinado pelo Estado só é geralmente possível em contextos autocráticos como a China e a Coreia do Norte governadas pelos comunistas, o fogo do nacionalismo étnico-religioso tende a arder de forma mais destrutiva nos lugares onde goza do oxigénio da contestação democrática e da mobilização popular. Na Ásia Continental, os contextos democráticos ou semi-democráticos que favorecem a ascensão do nacionalismo religioso maioritário incluem a Índia e o Nepal de maioria hindu, e o Sri Lanka, Mianmar e a Tailândia de maioria budista e, de uma forma mais branda, o Butão (ver relatórios dos países).

Com uma população de quase 1,4 mil milhões de habitantes, a Índia é simultaneamente a maior democracia do mundo e o país com o maior e mais virulento movimento de nacionalismo religioso do mundo. Desde a década de 90, a política eleitoral da Índia tornou-se mais competitiva e um número crescente de indianos viu-se atraído pela mensagem nacionalista hindu de que a cultura e identidade nacional da Índia são essencialmente hindus. O Partido Bharatiya Janata (BJP), partido político hindu-nacionalista indiano, ganhou maiorias absolutas em eleições parlamentares consecutivas em 2014 e 2019. Estimulado por estas vitórias, o BJP duplicou a sua agenda cultural-nacionalista de forma a minar a liberdade religiosa e outras liberdades civis básicas e, muitas vezes a níveis mais locais, visou muçulmanos e cristãos em questões como o abate de vacas e a conversão religiosa.⁵² O resultado, segundo o estudo do Pew Research Center de Novembro de 2020 sobre as Restrições Religiosas Globais, é que „a Índia teve os níveis mais elevados de hostilidades sociais, não apenas entre os países mais populosos, mas entre todos os 198 países do estudo”, obtendo uma pontuação de 9,6 em 10 no Índice Pew de Hostilidades Sociais (SHI).⁵³ Sugerindo que o nacionalismo religioso exclusivista está a tornar-se um padrão na Ásia Continental, a maioria hindu do Nepal adoptou recentemente uma Constituição e um Código Penal que proíbem o proselitismo e marginalizam as comunidades e organizações não hindus.⁵⁴

Além disso, inúmeros países de maioria budista, particularmente o Sri Lanka, Mianmar e a Tailândia, testemunharam a ascendência de líderes e organizações étnico-religiosas extremistas que exprimem um ódio semelhante contra as minorias (ver relatórios dos países). Estes incluem o Movimento 969 e a Fundação Buda Dhamma Parahita em Mianmar e o Bodu Bala Sena no Sri Lanka. Estes grupos incentivaram ataques mais intensos às minorias muçulmanas tanto em Mianmar como no Sri Lanka. De longe, o mais flagrante é o genocídio multifásico

contra os Muçulmanos rohingya no estado de Rakhine, em Mianmar, em 2016-2017.⁵⁵ Os Cristãos e os Hindus também sofreram ataques direccionados no estado de Kachin.⁵⁶ Entretanto, no Sri Lanka, como indica o relatório de país, vitórias decisivas do Partido Podujana nas eleições presidenciais e parlamentares de 2019 e 2020 significaram que um partido político alinhado com o nacionalismo budista cingalês e hostil às minorias religiosas consolidou o seu domínio sobre o poder neste país insular.

Outra ameaça à liberdade religiosa na Ásia Continental é o extremismo islamita transnacional. De longe o pior acto de violência religiosa cometido contra a comunidade cristã na Ásia Continental nos últimos anos foi o ataque suicida islamita-terrorista que matou 267 pessoas e feriu cerca de 500 no Sri Lanka no Domingo de Páscoa, 21 de Abril de 2019, no qual três igrejas e três hotéis em Colombo foram o alvo.⁵⁷ O aumento constante da retórica e violência anti-muçulmana por parte dos extremistas budistas no Sri Lanka, desde o fim da guerra civil em 2009, parece ter desempenhado um papel na radicalização dos responsáveis pelo ataque.⁵⁸ Por sua vez, o próprio ataque terrorista islamita desempenhou um papel poderoso no fomento do nacionalismo budista extremista, abrindo caminho para as vitórias eleitorais maciças dos nacionalistas budistas cingaleses em finais de 2019 e meados de 2020.⁵⁹

Os recentes acontecimentos no Sri Lanka ilustram como as principais ameaças à liberdade religiosa na Ásia Continental – governação autocrática religiosa, nacionalismo e extremismo islamita – não só são perigosas em si mesmas, mas também se amplificam mutuamente num ciclo destrutivo. Também na China, o ataque aos Uigures combina um forte elemento de nacionalismo étnico-han-chinês e um desejo de contra-atacar após uma série de ataques terroristas dos radicais uigure contra a etnia chinesa em Xinjiang entre 2009 e 2016.⁶⁰ Como o autoritarismo, o nacionalismo étnico e religioso, e o jihadismo revelam fortes sinais de que continuarão a crescer, além de se reforçarem mutuamente em toda a Ásia Continental, este ciclo vicioso é susceptível de se tornar mais vicioso nos próximos anos, com consequências desastrosas para a liberdade religiosa.

Uma janela para a alma: A ameaça “Sharp Eyes” da China à liberdade religiosa

Nenhum regime na história teve mais sucesso em tornar realidade o romance distópico de George Orwell *1984* do que a República Popular da China. De facto, o aparelho de repressão construído pelo Partido Comunista Chinês (PCC) nos últimos anos é de tal forma aperfeiçoado, difundido e tecnologicamente sofisticado que faz com que o “Big Brother” pareça amador.

Embora introduzido pela primeira vez na província chinesa de Xinjiang como meio de policiamento da sua população muçulmana uigure, elementos do Estado-polícia do PCC estão a ser rapidamente introduzidos em todo país de 1,4 mil milhões de habitantes. Um aspecto, a “Sharp Eyes” [visão aguçada], é a proliferação de câmaras de segurança e scanners de dados altamente sofisticados. Ao contrário das câmaras tradicionais de CCTV, os novos dispositivos conseguem dar à polícia imagens de alta resolução de rostos individuais. Em Urumqi, capital regional de Xinjiang, a polícia instalou mais de 18 mil câmaras de reconhecimento facial que abrangem cerca de 3.500 complexos residenciais ⁶¹ da cidade e prevê-se que o país como um todo tenha instalado cerca de 626 milhões de câmaras de segurança montadas em áreas públicas e privadas até ao final de 2020. ⁶² Entretanto, os scanners instalados em todo o país nos principais pontos de controlo de peões recolhem dados de smartphones sem o conhecimento dos que passam por eles.

Ao utilizar aplicações especiais nos seus smartphones, a polícia pode carregar os vastos dados que recolhe para plataformas analíticas partilhadas, tais como a Plataforma Integrada de Operações Conjuntas actualmente em funcionamento em Xinjiang. ⁶³ As plataformas recolhem e cruzam a informação, assinalando os indivíduos que se encontram com conhecidos “descontentes”, que utilizam aplicações que empregam encriptação, como o WhatsApp, ou que se dedicam a um grau invulgarmente elevado de actividade religiosa.

De facto, o impacto na liberdade religiosa já está a ser sentido. Os grupos religiosos, vistos como um desafio directo a um sistema ateu ciumento, são e serão cada vez mais vigiados. A violação mais flagrante da liberdade religiosa é a cometida contra os muçulmanos uigure no estado de Xinjiang. No âmbito de um programa chamado “Campanha Dura Contra o Terrorismo Violento”, aproximadamente um milhão ⁶⁴ de pessoas numa população total de 13 milhões de muçulmanos turcos ⁶⁵ estão presas em “campos de reeducação” e sujeitas a “detenção arbitrária em massa, tortura e maus-tratos”. ⁶⁶ Aqueles que estão no exterior são expostos a uma

recolha forçada de dados biométricos, rastreio através de câmaras omnipresentes com reconhecimento facial activado por inteligência artificial, e *software* que regista, traduz e transcreve mensagens de voz – ferramentas que permitem uma repressão governamental direccionada. Tal como indicado num relatório da *Human Rights Watch* de 2018: “Lá dentro, as pessoas são punidas por praticarem a religião pacificamente; cá fora, as restrições religiosas do Governo são tão rigorosas que este ilegalizou efectivamente o Islão”. ⁶⁷

As tecnologias de vigilância destinada à repressão visam também os Cristãos. Os relatórios indicam que no final de 2020, “mais de 200 câmaras de reconhecimento facial foram instaladas em igrejas e templos num condado da província de Jiangxi”: 50 nas igrejas registadas *Three-Self* e quase 50 câmaras em 16 locais de culto budistas e taoístas. ⁶⁸ As igrejas que recusaram o sistema de vigilância, tais como a Igreja de São, uma das maiores igrejas domésticas não registadas em Pequim, foram encerradas. ⁶⁹

Outro elemento do estado de vigilância da China é um sistema de “crédito social”. Embora não exista actualmente um sistema único integrado de crédito social a nível nacional, vários municípios importantes (incluindo Pequim) instituíram esquemas através dos quais os indivíduos acumulam pontos de reputação com base nos seus comportamentos “bons” e “maus”. ⁷⁰ Os maus comportamentos podem incluir visitas a casas de culto com demasiada frequência ou não ajudar a polícia a identificar dissidentes religiosos, tais como membros do Falun Gong. As baixas pontuações de crédito social podem impossibilitar os indivíduos de comprar bilhetes de comboio ou de avião, ou garantir lugares para os seus filhos em escolas desejáveis. O PCC aparentemente aspira a impor um sistema integrado de crédito social em todo o país.

O conceito de crédito social foi alargado para incluir a hierarquia religiosa e os seus membros. A 9 de Fevereiro de 2021, a Administração Estatal para os Assuntos Religiosos lançou uma base de dados, aplicável a todos os grupos religiosos, denominada Medidas Administrativas para Pessoal Religioso, que contém informações sobre o clero, monges, sacerdotes e bispos. O sistema “registrará ‘recompensas’, ‘castigos’ recebidos, incluindo ‘a revogação’ do seu ministério e ‘outras informações’”. ⁷¹ Estes líderes religiosos “terão a obrigação de “apoiar a liderança do Partido Comunista Chinês, apoiar o sistema socialista”, “resistir a actividades religiosas ilegais e ao extremismo religioso e resistir à infiltração de forças estrangeiras que usam a religião”. ⁷²



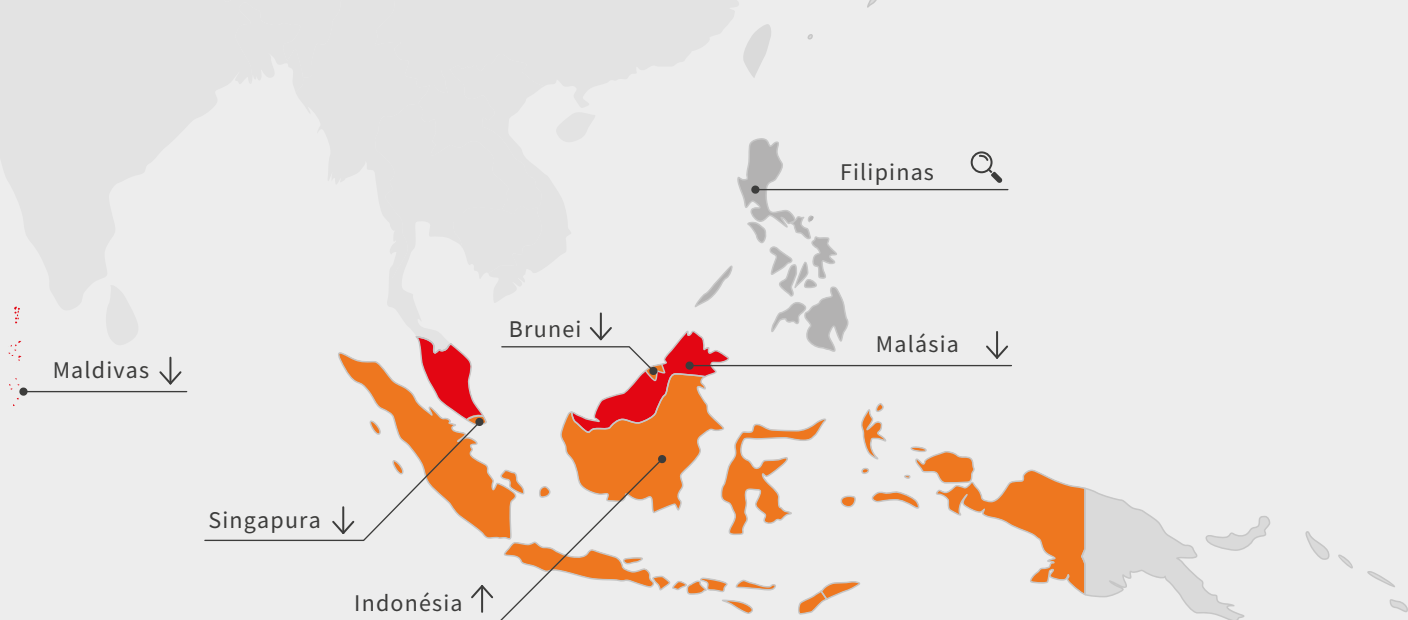
©GILLES SABRIÉ/The New York Times/Redux

Um vídeo que apresenta o software de reconhecimento facial em uso na sede da empresa de inteligência artificial Megvii em Pequim, China.

Samuel Brownback, o embaixador dos EUA para a Liberdade Religiosa Internacional, advertiu que os métodos chineses representam “o futuro da opressão religiosa”, acrescentando que, em última instância, as minorias religiosas “serão oprimidas por um sistema onde não poderão viver e trabalhar na sociedade e continuar a praticar a sua fé”.⁷³

Três características deste Leviatã de alta tecnologia da China são particularmente preocupantes: (1) a tecnologia em rápido desenvolvimento significa que é inevitável que o sistema se torne ainda mais sofisticado e abrangente; (2) a China exporta activamente elementos do seu estado de vigilância para outros países, tais como os seus vizinhos na Ásia Central;⁷⁴ e (3) o sistema é concebido tanto para recompensar o “bom” comportamento, como para punir o “mau” comportamento.

De todas as características acima mencionadas, porém, possivelmente a terceira é a mais perigosa, uma vez que cria fortes incentivos aos cidadãos chineses para cooperarem com o Estado-polícia do regime, e mesmo para o adorarem, tal como a personagem fictícia de Orwell, Winston Smith, acabou por adorar o Big Brother. Talvez a única coisa pior do que uma ditadura odiada seja aquela que goza de aceitação generalizada, legitimidade e mesmo afecto. Como afirmou Mark Warner, vice-presidente democrata da comissão de informações do Senado dos EUA: “Os líderes do partido comunista estão a desenvolver um modelo de governação tecnológica que ... faria Orwell corar”.⁷⁵



ANÁLISE REGIONAL

Ásia Marítima

A Ásia Marítima consiste na Península Malaia, Arquipélago Malaio, Austrália, Nova Zelândia e os inúmeros pequenos países insulares da Região do Indo-Pacífico. Um contributo significativo para o conflito e instabilidade neste território estratégico é a perseguição religiosa e, de longe, o motor mais importante desta perseguição é o islamismo militante, quer actuando em aliança com uma potência estatal, quer através de elementos e movimentos não estatais.

Embora evidente em toda a região, os países da Ásia Marítima que exibem a mais extrema repressão religiosa por causa da ideologia islamita são a Malásia e as Maldivas (ver relatórios dos países). Embora o Islamismo militante raramente assuma uma forma violenta na Malásia, tanto o Governo federal como os Governos estaduais impõem uma ortodoxia islâmica rígida através de um sistema de regulação religiosa que está entre os mais abrangentes do mundo. Enquanto democracia eleitoral, a Malásia pratica uma noção de maioria étnico-religiosa que restringe radicalmente as liberdades religiosas básicas da maioria muçulmana malaia, bem como das minorias étnicas sobretudo budistas, hindus, chinesas-cristãs e indianas. Os membros da maioria muçulmana malaia não têm essencialmente liberdade religiosa, uma vez que o Governo define e impõe coercivamente o tipo de Islão em que devem acreditar e praticar – uma escola específica do Islão sunita –, o que torna extremamente difícil a conversão para fora desta forma de Islão. Ao mesmo tempo, o Governo impõe implacavelmente uma variedade de restrições às minorias religiosas e étnicas do país.

Os não muçulmanos não podem referir-se a Deus como „Alá” nas suas publicações,⁷⁶ e o proselitismo realizado por não muçulmanos e dirigido aos muçulmanos malaio é estritamente proibido e punível por lei. O colapso de um Governo reformador de curta duração e o regresso à governação de linha dura em Fevereiro de 2020 reduziu qualquer perspectiva de melhoria das condições de liberdade religiosa do país. No meio deste clima, o antigo primeiro-ministro malaio Mahathir Mohamad escreveu no Twitter em Outubro de 2020 apelando aos Muçulmanos de todo o mundo que „matem milhões de franceses” para vingar a publicação de caricaturas do Profeta Maomé na revista francesa *Charlie Hebdo*.⁷⁷

O pequeno arquipélago das Maldivas, localizado a sul da Índia no Oceano Índico, está nas mãos tanto da ortodoxia islâmica imposta pelo Estado como do extremismo islâmico não estatal. Um dos países mais repressivos do mundo a nível religioso, as Maldivas obrigam formalmente a que os cidadãos do país adiram ao Islão sunita e proíbem qualquer expressão pública de fé não muçulmana, mesmo por parte de quem visita o país. Como revela o relatório do país, embora as Maldivas tenham dado alguns passos em direcção à democracia e ao Estado de direito desde o fim de uma ditadura de 30 anos em 2008, não conseguiram, em grande medida, travar um perigoso aumento do extremismo jihadista nos últimos anos. Os islamitas trabalharam para fazer recuar as reformas democráticas e conseguiram mesmo pressionar o Governo a encerrar a ONG de direitos humanos mais influente das Maldivas no final de 2019.⁷⁸

As terríveis consequências do Islamismo para a liberdade religiosa são também visíveis em vários outros países da Ásia Marítima. Na Indonésia, de longe o país mais populoso da região e a maior nação muçulmana do mundo, os islamitas militantes associados a grupos como a Frente para a Defesa do Islão, contrários à ideologia pancasila oficial da Indonésia de tolerância religiosa, continuaram a trabalhar com alguns funcionários do governo local para fechar casas de culto geridas por comunidades religiosas minoritárias. Mais importante ainda, uniram forças com elites empresariais e políticas⁷⁹ para derrubar o governador de Jacarta, Basuki Tjahaja Purnama, conhecido pela alcunha „Ahok”, em 2017. Após sofrer uma derrota eleitoral e cumprir uma pena de dois anos por blasfêmia, Ahok foi libertado apenas em Janeiro de 2019.⁸⁰ Também nas Filipinas, país de maioria católica, o Islamismo não estatal está a alimentar a militância violenta de Abu Sayyaf na grande ilha de Mindanau de maioria muçulmana. Entretanto, o pequeno sultanato do Brunei Darussalam também tomou medidas durante o período abrangido por este relatório para implementar uma ideologia islâmica mais intransigente. Em Abril de 2019, o Brunei implementou um Código Penal da *Sharia*⁸¹ que criminaliza a difamação do Profeta Maomé, a apostasia e mesmo o proselitismo por não muçulmanos entre outros não muçulmanos, e prescreve punições como o chicoteamento e a morte por apedrejamento (ver relatórios dos países).

Pelo menos em alguns aspectos importantes, contudo, a Indonésia afasta-se do padrão de aprofundamento da islamização e radicalização que prevalece hoje em dia em muitos países de maioria muçulmana, seja na Ásia Marítima, na Ásia Continental ou em qualquer outro lugar. As manifestações de actividade islamita na Indonésia têm sido acompanhadas, especialmente nos últimos três anos, por uma série de tendências legais, políticas e religiosas positivas. Por exemplo, uma decisão amplamente aclamada pelo Tribunal Constitucional em 2017 alargou as protecções da liberdade religiosa e os recursos estatais às tradições espirituais autóctones fora das seis religiões oficialmente reconhecidas do país.⁸² Além disso, como o relatório do país indica, apesar da onda de mobilização islamita que derrubou Ahok, não conseguiu impedir a eleição do presidente moderado Joko Widodo nas eleições de Abril de 2019, na Indonésia. De facto, a manifestação do poder islamita no caso Ahok levou os líderes políticos e religiosos indonésios a reforçar as tradições políticas e culturais de tolerância religiosa do país. Por exemplo, o Nahdlatul Ulama, o maior movimento da sociedade civil do país e a maior organização muçulmana do mundo com cerca de 90 milhões de membros, está a prosseguir uma campanha nacional e global para recontextualizar elementos da ortodoxia islâmica que encorajaram o extremismo jihadista e a intolerância religiosa em relação aos não muçulmanos. O Nahdlatul

Ulama recebeu mesmo o secretário de Estado norte-americano Mike Pompeo, em Jacarta, no final de Outubro de 2020, para expressar o seu compromisso comum para com a liberdade religiosa e os direitos humanos inalienáveis.⁸³

É igualmente encorajador que muitos dos países da Ásia Marítima se encontrem entre os mais livres e pacíficos do mundo em termos religiosos. Estes incluem os grandes países insulares da Austrália e Nova Zelândia; os países maioritariamente cristãos da Papua Nova Guiné e Timor-Leste; e os microestados do Pacífico, Vanuatu, Samoa, Kiribati, Tonga, Micronésia, Ilhas Marshall, Palau, Tuvalu, Nauru, Ilhas Fiji e Ilhas Salomão (ver relatórios dos países). Apesar disto, estes países não têm estado isentos de sérios desafios, sendo o mais flagrante o ataque terrorista cometido por um australiano branco-supremacista em duas mesquitas durante as orações de sexta-feira em Christchurch, Nova Zelândia, em Março de 2019, que matou 51 pessoas e feriu 40.⁸⁴ Além disso, na Austrália, Papua Nova Guiné, Timor-Leste e Ilhas Marshall, os relatórios de país revelam discriminação contra as minorias muçulmanas. A Austrália, em particular, enfrenta críticas contínuas, tanto pela sua falta de abertura a indivíduos de toda a Ásia que procuram refúgio contra a perseguição religiosa, como pela sua incapacidade de proporcionar instalações adequadas aos requerentes de asilo.⁸⁵

Nacionalismo étnico-religioso: manipular a procura de uma identidade comum

INFORMAÇÃO DE FUNDO

Juntamente com o totalitarismo comunista e o islamismo extremista, o nacionalismo religioso está entre as maiores ameaças à liberdade religiosa e à coexistência religiosa pacífica no nosso mundo de hoje. As minorias religiosas em inúmeros países – como a Índia, o Sri Lanka, o Paquistão, Mianmar, a Malásia, o Butão e o Nepal, entre outros – enfrentam cada vez mais uma grave marginalização e perseguição activa por parte de muitos dos seus próprios concidadãos, no meio de movimentos populistas de maioritarismo religioso em ascensão (ver relatórios dos países).

Num mundo cada vez mais moldado por uma cultura consumista global espiritualmente vazia, muitas pessoas estão sedentas de formas mais ricas e profundas de identidade e comunidade. O nacionalismo étnico-religioso é uma tentativa de proporcionar formas robustas de pertença num mundo sempre em transição. Este tipo de nacionalismo propõe que a identidade individual deriva em parte e é elevada pela pertença a uma grande nação definida por uma confluência única de religião, raça, língua e território. Estes movimentos parecem estar a ter o seu maior crescimento na Ásia. Como os relatórios dos países indicam, os movimentos nacionalistas étnico-religiosos estão a florescer em Mianmar e no Sri Lanka, bem como principalmente na Malásia malaia-muçulmana e no Bangladeche bengali-muçulmano.

O Partido Bharatiya Janata (BJP), partido do primeiro-ministro Narendra Modi que voltou ao poder com uma vitória esmagadora nas eleições parlamentares de 2019, estabeleceu um apelo renovado a um movimento de décadas de nacionalismo hindu. Este é o maior movimento de nacionalismo religioso do mundo e está centrado numa identidade essencialmente étnico-religiosa que goza do seu mais fervoroso apoio na conservadora “região das vacas” do centro e norte da Índia. Tal como em muitos países com fortes movimentos de nacionalismo religioso, o baluarte institucional do nacionalismo hindu é uma rede de elementos não estatais que goza de crescente impacto e influência entre a população indiana. Num forte indicador do seu crescente apelo de massas, o BJP com a sua filosofia hindu, que promove a criação de um poderoso estado hindu, ganhou quase 40% dos votos em 2019. ⁸⁶

Se a tendência acelerada para o nacionalismo étnico-religioso virulento não for travada ou abrandada,

as consequências catastróficas são inevitáveis. Os muitos países asiáticos (mas também outros governos populistas do mundo) que estão sob o domínio do nacionalismo étnico-religioso estão a viver uma combinação de recuos democráticos e uma crescente repressão religiosa. Por exemplo, tal como indicado nos relatórios de país, democracias como a Índia, Mianmar e o Sri Lanka, que foram as mais profundamente moldadas pelo nacionalismo étnico-religioso, estão cada vez mais a tornar-se regimes autocráticos-democráticos “híbridos”, combinando eleições regulares com severas restrições aos direitos constitucionais básicos, tais como a liberdade religiosa. O Paquistão é outro exemplo. Há muito tempo nas mãos de uma identidade religiosa-nacionalista armada, e durante algum tempo firmemente dentro da órbita da China, o Paquistão é um caso exemplar de uma “autocracia eleitoral” de maioria religiosa.

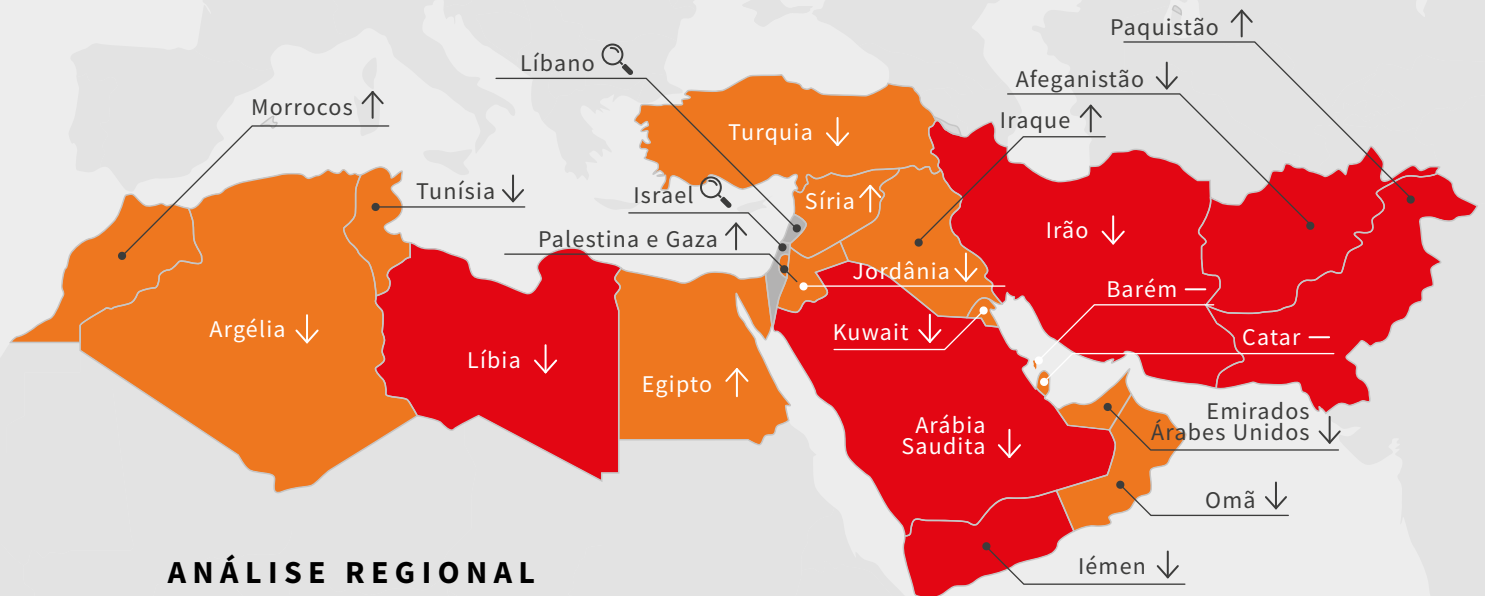
O que podemos estar agora a testemunhar é o que o estudioso do Sul da Ásia Farahnaz Ispahani denomina de “paquistãoização” da Ásia,⁸⁷ na qual as identidades maioritárias exclusivistas unem forças com Estados cada vez mais autoritários para tornar permanente a visão de que as minorias religiosas são constituídas por cidadãos de segunda classe, se não mesmo privando-as ou destruindo-as por completo. O que permanece incerto é quantos mais países irão decidir que este tipo de regime representa um modelo político atractivo e viável. Mas o que é claro é que uma combinação de nacionalismo étnico-religioso e governação autoritária é profundamente incompatível com uma liberdade religiosa robusta para todos os cidadãos, independentemente do credo, casta ou raça.

Um protesto em Calcutá, Índia, a 18 de Janeiro de 2020, contra a Lei de Alteração da Cidadania, que foi aprovada no Parlamento indiano em Dezembro de 2019.

© Avishek Das/SOPA Images via ZUMA Wire



**STOP DIVIDING
INDIA ON
RELIGIOUS
LINES**



ANÁLISE REGIONAL

Médio Oriente e Norte de África

Oliver Maksan

A região do Médio Oriente e Norte de África, Afeganistão e Paquistão, que se estende desde o Irão no sudoeste asiático até Marrocos no noroeste de África,⁸⁸ é uma região transcontinental que alberga mais de 6% da população mundial,⁸⁹ abrangendo uma variedade de grupos culturais e étnicos. Local de nascimento das grandes religiões monoteístas mundiais, o Judaísmo, o Cristianismo e o Islão, estes países onde a religião e a política estão frequentemente entrelaçadas incluem mais de 20% dos Muçulmanos do mundo⁹⁰ e 60% das reservas mundiais de petróleo⁹¹ e, portanto, são uma região de forte influência política e religiosa global.

Vários países nesta área sofreram mudanças políticas e sociais positivas durante o período em análise, mas deixaram de promover e proteger os direitos humanos. O ambiente jurídico e social demonstra relutância em mudar, uma vez que as leis e práticas discriminatórias, principalmente contra os não muçulmanos, continuam.

Na melhor das hipóteses, a liberdade de culto é garantida, mas não a plena liberdade religiosa. Como demonstram os relatórios de país, a perseguição sistemática das minorias religiosas é limitada a apenas alguns países, como a Arábia Saudita, o Irão e o Paquistão, mas na maioria dos países a conversão do Islão é proibida por lei ou efectivamente proibida como consequência de fortes pressões sociais. O proselitismo em muitos destes países é ilegal. As leis contra a blasfémia são utilizadas para silenciar grupos religiosos minoritários, como os Cristãos, bem como os ateus e os críticos do Islão. A tolerância social para com os Cristãos continua a ser baixa e, como

inúmeros incidentes no Alto Egípto atestam, a violência pode irromper a qualquer momento.⁹²

Apesar dos enormes esforços de doadores internacionais estatais e não estatais (principalmente cristãos), o número de Cristãos no Iraque provavelmente nunca recuperará do golpe dado pelos jihadistas do Daesh em 2014. A mesma tragédia enfrenta a Síria, onde dos 10% originais em 2011, apenas 2% da população cristã permanece hoje, de acordo com o Núncio Apostólico.⁹³

Como as circunstâncias económicas e políticas que levaram à Primavera Árabe não foram substancialmente abordadas, a instabilidade política continuará e ocasionalmente reacender-se-á, aumentando as inseguranças das minorias religiosas.

No período em análise, podem ser identificadas várias tendências principais.

Daesh enfraquecido, mas não destruído

Os crimes hediondos cometidos por grupos jihadistas como o Daesh ocorreram em menor número, pelo menos em grande escala, e parecem ter atingido o seu auge antes do período em análise. Embora o fanatismo islamita armado continue a ser uma grande preocupação militar, por exemplo na Líbia e em partes da Síria, a derrota territorial do Daesh na Síria e no Iraque e a morte do seu autoproclamado califa Abu Bakr al Baghdadi pelas forças especiais dos EUA em 2019⁹⁴ não puseram fim à organização terrorista enquanto tal.⁹⁵ Como evidenciado

nos relatórios de país, tendo deslocado parcialmente forças para África (principalmente a África Subsariana) e Ásia, o Daesh permanece relativamente adormecido na região do Médio Oriente e do Norte de África, apenas aterrorizando esporadicamente muçulmanos e não muçulmanos. O fim da sua expansão territorial pôs fim ao terror directo e sem paralelo que a organização exerceu sobre as pessoas de todos os quadrantes durante o seu período de poder.

Introspecção muçulmana

A brutalidade do Daesh, exibida de forma profissional nas redes sociais, e de outros grupos extremistas resultou numa profunda autocrítica no seio da comunidade muçulmana. Por exemplo, o secretário-geral da Liga Mundial Muçulmana, Mohammad bin Abdulkarim Al-Issa, quando questionado em 2019 sobre o que estimula a islamofobia no mundo, disse simplesmente: “Nós, os Muçulmanos”.⁹⁶ O presidente Sisi do Egipto também apelou repetidamente a uma verdadeira reforma do Islão.⁹⁷ Infelizmente, os discursos reformistas de líderes como Sisi estão manchados com o seu próprio historial sombrio em termos de direitos humanos. A abordagem de cima para baixo também limita estes esforços porque são vistos como politicamente motivados e, como tal, carecem de credibilidade entre os adeptos do Islão político.

A fenda dentro do Islão sunita aprofunda-se

É cada vez mais evidente um fosso maior nos países de maioria sunita do Islão no que diz respeito ao apoio à Irmandade Muçulmana, ou à falta dele. A destituição do poder de Mohammed Morsi e da Irmandade Muçulmana no Egipto, em 2013, em grande parte financiada pela Arábia Saudita e pelos Emirados Árabes Unidos,⁹⁸ marcou o início desta divisão. Este movimento contra a Irmandade Muçulmana partilha o interesse de conter e acabar por eliminar a dimensão selectivamente política do Islão. O movimento a favor da Irmandade Muçulmana é representado pelos patronos regionais da Turquia e do Catar. A Turquia em especial mudou a sua posição relativamente ao papel político do Islão. Como revela o relatório do país, o presidente Erdogan, com a sua política externa neo-otomana, põe de lado o laicismo de Ataturk e procura posicionar a Turquia como uma potência sunita. Isto resultou em intervenções militares na Líbia, na Síria e na guerra entre a Arménia e o Azerbaijão, onde Erdogan alinha, quando oportuno, com jihadistas e mercenários.⁹⁹ A transformação da Hagia Sophia de museu em mesquita é o exemplo mais revelador e simbólico da natureza mutável do Estado turco, onde o Islão ganha destaque. Tal como os relatórios de país revelam, ao mesmo tempo, em muitos outros países maioritariamente muçulmanos, existe uma tendência oposta, com as autoridades a procurarem estabelecer laços mais estreitos com as minorias.

Gestos governamentais para com as minorias religiosas

Alguns governos empreenderam esforços para demonstrar publicamente uma sensibilidade renovada em relação às minorias religiosas e a necessidade de manter o pluralismo religioso. No Iraque, o Governo deu passos em frente ao nomear cristãos para altos cargos públicos e ao designar o Natal como feriado público nacional.¹⁰⁰ No Egipto, as autorizações para construir igrejas, implementadas no final de 2020, deram aos Cristãos uma nova confiança.¹⁰¹ Os Emirados Árabes Unidos demonstraram o seu apoio financiando a reconstrução no Iraque de locais de património cristão destruídos pelo Daesh.¹⁰² Embora estes grandes gestos tenham sido seguidos por acções mais tímidas, incutiram entre as populações não muçulmanas a esperança de um maior reconhecimento do seu lugar na sociedade. A primeira Missa pública celebrada na Península da Arábia, em 2019, pelo Papa Francisco é um exemplo importante desta mudança.¹⁰³

Tendências pós-sectoriais

Como indicam os relatórios de país do Iraque e do Líbano, os protestos de 2019 e 2020 revelaram que as populações da região procuram cada vez mais uma boa governação não sectária. Um indicador significativo foram as manifestações sunitas, xiitas e cristãs de 2019-2020 no Iraque, unidas contra um Governo disfuncional. Na sequência destas manifestações, o primeiro-ministro xiita Mustafa Al Khadimi fez discursos públicos à comunidade cristã. Khadimi visitou as planícies de Nínive (onde as milícias shabak têm aterrorizado os Cristãos) e apelou publicamente aos Cristãos para permanecerem na sua terra natal ou a ela regressarem, declarando: “Os Cristãos representam uma das componentes mais autênticas do Iraque e entristece-nos vê-los a deixar o país”.¹⁰⁴ Em Janeiro de 2021, foi criada uma comissão nacional para a restituição dos bens cristãos.¹⁰⁵

Os protestos anti-governamentais no Líbano em 2019-2020, que uniram cidadãos de todos os credos, foram vistos por muitos como uma revolta contra o sistema sectário corrupto do país.¹⁰⁶ O impasse político que continua a persistir, mesmo depois da explosão de Beirute em Agosto de 2020 e dos subsequentes apelos internacionais à implementação de reformas, revela quão profundamente enraizado está o sectarismo.

Diálogo católico-muçulmano melhorado

O Papa Francisco dedicou esforços significativos para melhorar a relação da Igreja Católica com o mundo árabe, na sua maioria muçulmana sunita. O arrepio que se seguiu ao discurso de Regensburg de 2006 do Papa Bento XVI – interpretado como uma crítica ao Islão como sendo inerentemente violento – foi sentido ao longo da duração do pontificado deste.¹⁰⁷ A suspensão do diálogo institucionalizado entre Roma e a Universidade Al-Azhar surgiu após um apelo do Papa Bento XVI em 2011 para a protecção dos Cristãos no Egipto.¹⁰⁸ Um novo capítulo

foi aberto quando o Papa Francisco assumiu o cargo em 2013. O Papa forjou uma relação pessoal com o Grande Imã da Universidade Al-Azhar do Egito, Ahmed Al-Tayeb, culminando na declaração de Abu Dhabi, assinada em Fevereiro de 2019, intitulada “Fraternidade Humana para a Paz Mundial e a Vida em Comum”. O documento, embora apenas um primeiro passo, é um marco no diálogo católico-muçulmano e apela “todos os interessados a deixarem de utilizar as religiões para incitar ao ódio, violência, extremismo e fanatismo cego e a absterem-se de utilizar o nome de Deus para justificar actos de homicídio, exílio, terrorismo e opressão”.¹⁰⁹ A visita antecipada do Papa Francisco ao Iraque em 2021 – a sua primeira a um país de maioria xiita – irá, assim o esperamos, aprofundar o diálogo inter-religioso e ajudar a realçar a situação terrível dos Cristãos e outras minorias no Iraque e não só.

Surgimento de uma coligação sunita-israelita

A inimizade histórica entre as potências regionais sunitas e xiitas foi ainda mais enraizada com o advento de uma aliança anti-iraniana em 2020, que incluía estados sunitas como a Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos e o estado judaico de Israel, por um lado, e representantes iranianos na Síria, Iraque, Líbano e Líbano, por outro lado.¹¹⁰ O facto de o estado judaico de Israel se ter associado abertamente a esta aliança, com o primeiro-ministro israelita Netanyahu inclusive a visitar a Arábia Saudita,¹¹¹ é impressionante e constitui uma mudança significativa numa política com décadas de existência. Os Acordos de Abraão,¹¹² mediados pela administração Trump entre Israel e os Estados muçulmanos, incluindo os Emirados Árabes Unidos, Barém, Sudão e Marrocos, são uma consequência e não a causa dessa evolução. O discurso e o ressentimento anti-israelitas e anti-judeus nos países membros da aliança poderão, concebivelmente, diminuir. Por outro lado, a nova aliança poderá exacerbar um discurso anti-semita já acrimonioso na República Islâmica do Irão e junto dos seus aliados regionais.

Paquistão: vislumbres de esperança numa paisagem sombria

A liberdade religiosa nesta república islâmica sofreu mudanças importantes. Apesar das muitas e terríveis violações deste direito e do aumento de casos de blasfémia, o período em análise foi marcado por alguns sucessos jurídicos na anulação de decisões dos tribunais inferiores a favor da liberdade para aqueles acusados de blasfémia,¹¹³ incluindo algumas notáveis minorias não muçulmanas como no caso de Asia Bibi. A acção executiva e judicial do Governo federal teve um impacto positivo nas províncias e vice-versa. Esta dinâmica é encorajadora se puder ser sustentada.

Estudantes muçulmanos a rezar na Mesquita da Universidade de Yogyakarta, Indonésia, Março de 2014.

©ACN/Wolnik



Existe um único Islão? Factos sobre os ramos do Islão

A noção de um “mundo árabe” como sinónimo para todos os países com maioria muçulmana pode levar à confusão. O Islão, tal como outras religiões, tem ramos diferentes. Os dois ramos principais são o Sunismo (70% dos Muçulmanos) ¹¹⁴ – derivado da sunna (tradição), que reconhece os quatro Califas Justamente Guiados ¹¹⁵ como sucessores legítimos de Maomé – e o Xiismo ¹¹⁶ – uma contracção da expressão *Shī‘atu ‘Alī* (os seguidores de Ali, sobrinho e genro de Maomé), e que os xiitas acreditam ser o seu sucessor natural e designado. A Arábia Saudita e o Irão, respectivamente, encabeçam cada ramo. E seguem um calendário lunar, chamado Hijrī, que começa no ano 622.

Pode parecer óbvio que os Muçulmanos são aqueles que seguem os ensinamentos do Islão, que consideram Maomé como o Mensageiro de Deus a quem a mensagem divina foi revelada e compilada no Alcorão ¹¹⁷ em língua árabe. Contudo, nem todos os Muçulmanos conseguem ler em árabe e o ensino é adaptado. Embora o Islão tenha nascido na Península da Arábia e a mensagem de Alá seja considerada como tendo sido revelada em língua árabe, a maioria dos Muçulmanos não fala árabe como língua materna e, por isso, não são considerados como povos árabes. Os primeiros cinco países com as maiores populações muçulmanas não são países árabes (os muçulmanos na Indonésia, Índia, Paquistão, Bangladeche e Nigéria constituem 864 milhões, ou seja, aproximadamente 48% da população muçulmana total mundial estimada em 1.800 milhões). ¹¹⁸

No Islão sunita existem quatro escolas de Direito Islâmico ¹²⁰ (maliquismo, ¹²¹ hanafismo, ¹²² hambalismo ¹²³ e xafeísmo) e diferentes correntes no Xiismo (principalmente os 12 imãs, ¹²⁴ os alauítas ¹²⁵ [alevitas na Turquia]). Existem outros ramos como ahmadis, ¹²⁶ drusos, ¹²⁷ ibadis ¹²⁸ ou abordagens como o sufismo, ¹²⁹ que são mais ou menos aceites pelo Islão dominante.

As principais organizações pan-islâmicas são a Organização dos Países Islâmicos ¹³⁰ com sede em Jeddah e composta por 57 países; ¹³¹ a ICESCO composta por 54 países e com sede em Rabat; a Liga Mundial Muçulmana, ¹³² uma ONG pan-islâmica com sede em Meca; e a Liga dos Estados Árabes.

O “mundo árabe” é um termo que se refere a países onde o árabe é a língua principal/oficial. A Liga dos Estados Árabes conta com 22 membros ¹³⁴ e todos eles se consideram “países árabes”.

Embora o termo “árabes” ¹³⁵ descreva originalmente os habitantes da Península da Arábia, hoje em dia tende a representar pessoas que vivem em países árabes, falam a língua árabe e partilham uma cultura árabe. Embora exista uma vontade muito forte de homogeneização dentro destes países, algumas minorias linguísticas, religiosas e culturais conseguiram permanecer no território. Algumas delas opõem-se a ser chamadas “árabes”. Estas comunidades incluem os berberes, os núbios, os coptas, os “fenícios”, os curdos, que reivindicam origens ou antecedentes linguísticos, culturais e/ou religiosos não árabes.

Algumas das minorias religiosas, principalmente Cristãos e Judeus que quase desapareceram destes países, são populações autóctones. ¹³⁶ Yazidis, Bahá’ís ou outras minorias muçulmanas gozam de diferentes níveis de liberdade dentro dos países muçulmanos.

Paquistão: violência sexual e conversão forçada

A 30 de Novembro de 2020, uma mulher cristã de 24 anos foi morta no Paquistão depois de recusar os avanços de um homem muçulmano. Sonia Bibi estava a caminho do trabalho quando foi alegadamente baleada na cabeça numa paragem de autocarro em Rawalpindi. A polícia lançou uma caça ao homem para encontrar o alegado assassino, Muhammad Shehzad.¹³⁷

O pai de Sonia, Allah Rakha Masih, disse que nos últimos quatro ou cinco meses Shehzad tinha seguido e assediado Sonia e continuou a fazê-lo depois de ela se ter recusado a casar com ele. Shehzad foi acusado de ameaçar matá-la se ela resistisse às suas exigências e alegadamente pressionou-a a converter-se. Os pais de Shehzad foram inclusive a casa da família de Sonia Bibi para convencer os pais dela a deixá-lo casar com ela, mas em vão. Masih disse que a família era cristã há gerações, acrescentando que a sua filha „era uma verdadeira cristã e forte na sua fé e foi morta por seguir a sua fé cristã”.¹³⁸

O Movimento pela Solidariedade e Paz calcula que todos os anos, no Paquistão, até 1.000 jovens cristãos e hindus, e jovens com idades entre os 12 e os 25 anos

são raptadas por homens muçulmanos.¹³⁹ A nossa investigação, que sugere que os Cristãos constituem 70% destes casos, descobriu que „é provável que [a escala do problema] seja muito maior, uma vez que alguns dos casos nunca são relatados e não progridem através da aplicação da lei e dos sistemas legais”.¹⁴⁰ Muitas das raparigas são vítimas de violação, prostituição forçada, tráfico de seres humanos e violência doméstica.

Embora existam casos em que as famílias conseguem libertar as raparigas através dos tribunais, muitas vezes os tribunais decidem a favor do raptor. Isto aconteceu no caso de Maira Shahbaz, uma rapariga de 14 anos cujo casamento com Mohamad Nakash Tariq foi confirmado pelo Supremo Tribunal de Lahore em Agosto de 2020, apesar das provas que demonstram que a rapariga é menor de idade.

Em Novembro de 2020, o primeiro-ministro do Paquistão, Imran Khan, ordenou uma investigação sobre a conversão forçada de mulheres e raparigas das comunidades religiosas minoritárias do país.

Sonia Bibi, 24 anos, foi morta a tiro na paragem de autocarro da Colónia Fazaia em Rawalpindi, perto da capital, Islamabad, a 30 de Novembro de 2020.

©ACN/Sajid Christopher



ANÁLISE REGIONAL

Países da OSCE

Ellen Kryger Fantini, J.D.

A região da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) é frequentemente dividida através das expressões a “leste de Viena” e a “oeste de Viena”. Também tem sido descrita como “de Vancouver a Vladivostok”, o que denota não só a distribuição geográfica dos estados participantes, mas também o vasto leque de etnias, religiões e estruturas políticas.

A região é composta por 57 países e mais de mil milhões de pessoas, dos EUA, Canadá, Europa e Rússia ao Báltico, Balcãs, antiga Europa Oriental soviética, Ásia Central e Cáucaso. Os estados participantes incluem alguns dos países mais poderosos ou influentes do mundo: os EUA, a Rússia, a Alemanha, a França, o Reino Unido e a Turquia. Outros países da região estão entre os mais pobres ou menos poderosos, incluindo o Tajiquistão, o Quirguistão e o Usbequistão.

Embora todos os países da região tenham alguma forma de protecção constitucional da liberdade religiosa, a aplicação efectiva destas protecções e o respeito delas por parte da sociedade variam muito.

Pandemia da COVID-19

Em 2020 observou-se um fenómeno extraordinário relacionado com as regulamentações pandémicas da COVID-19 e o seu impacto na liberdade religiosa em toda a região da OSCE. Muitos países na Europa, bem como os EUA e o Canadá, impuseram medidas para proibir ou restringir severamente o culto público, incluindo durante a Semana Santa, o Yom Kippur e o Ramadão. Nos EUA, o Juiz do Supremo Tribunal Samuel Alito declarou que a pandemia tinha conduzido a limites à liberdade “anteriormente inimagináveis”, particularmente à liberdade religiosa: “nunca antes tínhamos visto restrições tão duras, extensas e prolongadas como as experimentadas durante a maior parte de 2020”.¹⁴¹

Em alguns casos, estas restrições às práticas religiosas foram vistas como desiguais e, portanto, discriminatórias. Apesar do aumento da regulamentação das actividades de culto, foram permitidos outros encontros, incluindo comícios políticos, manifestações públicas e a reabertura de empresas de retalho. Um

exemplo foi a directiva do governador Sisolak do Nevada que limitava a frequência dos cultos religiosos a um máximo de 50 pessoas (independentemente da dimensão da igreja e das medidas de distanciamento social), enquanto os estabelecimentos de retalho, os restaurantes e os casinos eram autorizados a reabrir a 50% da sua capacidade.¹⁴²

Mais preocupante, porém, foi o crescente mal-estar de que muitos governos ocidentais pareciam estar a classificar a prática religiosa como inferior à liberdade de expressão numa “hierarquia de direitos”. Nos EUA, o líder da maioria do Senado, Mitch McConnell, constatou que os legisladores de vários estados e grandes cidades proibiam ou limitavam duramente os serviços religiosos, ao mesmo tempo que permitiam protestos públicos, afirmando: “a liberdade de expressão, reunião e religião ‘têm o mesmo estatuto constitucional’ e por isso devem ser tratadas da mesma forma”.¹⁴³ Inúmeros processos foram instaurados nos EUA em nome de comunidades religiosas que alegavam que as restrições sanitárias impunham “encargos injustos sobre a religião *não sentidos* pelas entidades seculares”.¹⁴⁴

No início de Junho de 2020, enquanto Madrid e Barcelona ainda estavam sob restrições COVID-19 que limitavam os locais de culto a 30% de capacidade e os funerais em espaços fechados a um máximo de 10 pessoas, milhares puderam reunir-se em marchas anti-racismo autorizadas.¹⁴⁵

Na província canadiana do Quebeque, os bispos católicos solicitaram que as restrições impostas à ocupação nas igrejas fossem pelo menos iguais às impostas a outros espaços interiores, tais como teatros e salas de concertos. O Arcebispo do Quebeque e primaz do Canadá também expressou a sua frustração pela falta de tratamento equitativo das comunidades de fé (ver relatório do país).

Em muitos países da região da OSCE foram impostos decretos que restringiam o culto público ignorando a objecção das comunidades religiosas. Em Novembro de 2020, os líderes religiosos da Inglaterra enviaram uma carta conjunta ao Governo na qual “discordam fortemente da decisão de suspender o culto público”.¹⁴⁶ O Arcebispo de Westminster e presidente da Conferência Episcopal Católica de Inglaterra e País de Gales disse que “ainda não tinha visto quaisquer provas” para justificar a proibição do culto.¹⁴⁷ O presidente do Conselho Consultivo Nacional de Mesquitas e Imãs disse que a proibição da oração comunitária nos locais de culto era “desanimadora” e que a comunidade muçulmana estava a procurar “uma oração comunitária limitada nas mesquitas, que são efectivamente indivíduos que rezam em uníssono na sequência de medidas de distanciamento social”.¹⁴⁸ Constatou que a “diferença fundamental entre as mesquitas e alguns outros locais de culto é que as mesquitas são, antes de mais, utilizadas para a oração comunitária”.¹⁴⁹

Na Grécia, o Santo Sínodo da Igreja Ortodoxa disse que “não aceita” uma restrição de uma semana aos cultos presenciais e ordenou aos sacerdotes que ignorassem as ordens de encerramento do Governo em Janeiro de 2021 para permitir que os fiéis assistissem aos cultos na festa da Epifania.¹⁵⁰ E em Chipre, o Bispo de Morfou Neophytos realizou uma Missa pública para celebrar o Domingo de Ramos, em violação dos regulamentos governamentais (ver relatório do país).

A liberdade religiosa em toda a região

Nos restantes países da OSCE, os relatórios de país revelaram um amplo espectro de violações da liberdade religiosa, desde graves violações dos direitos humanos e da liberdade religiosa até à discriminação contra grupos religiosos específicos.

Na Ásia Central, o Turquemenistão permaneceu entre os piores violadores da liberdade religiosa no mundo e, durante o período abrangido por este relatório, não mostrou sinais de melhoria. Durante o mesmo período, contudo, o seu vizinho Usbequistão deu muitos passos no sentido de uma maior protecção da liberdade religiosa, o que levou o Departamento de Estado norte-americano a elevá-lo de um “País Particularmente Preocupante” para a sua “Lista de Observação Especial”.¹⁵¹ A revista *The Economist* nomeou o Usbequistão o seu “País do Ano” de 2019 porque “nenhum outro país foi tão longe” em termos de reformas.¹⁵² Outros países desta região, embora ainda classificados como tendo níveis médios a muito graves de violações da liberdade religiosa, deram alguns sinais de esperança de melhoria no futuro.

Nas antigas repúblicas soviéticas da Ásia Central, as autoridades continuaram preocupadas com o que consideram ser um crescimento do “Islão não tradicional”. Como indicam os relatórios de país do Usbequistão, Cazaquistão e Tajiquistão, isto resultou em regulamentações mais rigorosas destinadas a impedir a expansão de formas mais extremas de Islão e consequente jihadismo. Alguns grupos de direitos civis, contudo, expressaram preocupação pelo facto de o pretexto do jihadismo ser um meio para o Estado continuar a controlar as formas de Islão que não fazem parte da corrente dominante.

No Cáucaso, o reacender do conflito histórico entre o Azerbaijão e a Arménia no final de 2020 diminuiu a estabilidade geral da região e provocou novas alianças. O Azerbaijão contou com o apoio da Turquia na guerra¹⁵³ e, apenas um cessar-fogo com a Rússia, conseguiu travar a sua escalada.

Na Turquia, que se estende pelo sudeste da Europa, Médio Oriente e Ásia Central, o relatório do país revelou sinais ameaçadores para a liberdade religiosa. Durante o período em análise foram observadas provas de crescentes tensões sociais e político-religiosas,

incluindo: a decisão política de reconverter a Hagia Sophia e a Igreja Bizantina em Chora em mesquitas;¹⁵⁴ ataques e retórica anti-cristãos; e uma falta de direitos ou reconhecimento das minorias religiosas, bem como de ateus e agnósticos. Observou-se a influência da Turquia na diminuição da liberdade religiosa em todas as três regiões vizinhas. A Albânia, a Bósnia-Herzegovina, o Kosovo e o Azerbaijão, além da parte norte da ilha de Chipre, suportaram o peso dos interesses expansionistas da Turquia (ver relatórios dos países).

A liberdade religiosa na Rússia ainda está sob pressão de leis e políticas demasiado amplas que visam as minorias religiosas “não tradicionais” em nome do combate ao “extremismo”. Como o relatório do país demonstrou, na aplicação dessas leis ocorreram violações, incluindo a criminalização de actividades missionárias e orações colectivas (também em casas particulares), vigilância generalizada de grupos e indivíduos e punições incluindo multas ou penas de prisão. Alguns grupos religiosos, tais como as Testemunhas de Jeová, ainda são considerados “organizações extremistas” e sujeitos a processos judiciais fechados ao escrutínio. Foi constatada discriminação contra protestantes (incluindo Baptistas, Luteranos e Pentecostais), a Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, a Igreja Ortodoxa Reformada Ucraniana e certas comunidades muçulmanas.

Na Ucrânia, especificamente no território russo ocupado da Crimeia, bem como nos territórios de Lugansk e Donetsk, grupos religiosos incluindo a Igreja Ortodoxa da Ucrânia, a Igreja Católica Grega Ucraniana, Protestantes e Testemunhas de Jeová continuaram a sofrer abusos muito graves dos direitos humanos e da liberdade religiosa. As violações incluíram detenção e encarceramento, confisco de bens, violência física e a proibição de encontros e serviços religiosos, bem como da posse ou divulgação de literatura religiosa (ver relatório do país).

Na península balcânica do sudeste da Europa, os relatórios de país revelaram que, enquanto alguns estados permaneceram estáveis ou registaram melhorias, noutros como a Bósnia-Herzegovina os direitos fundamentais, incluindo a liberdade religiosa, permaneceram precários devido a profundas fracturas sociais, tensões étnicas e religiosas, e instabilidade política. No Kosovo, uma tendência crescente de influência política e religiosa fundamentalista, bem como o apoio financeiro de Estados muçulmanos estrangeiros como a Arábia Saudita e a Turquia,¹⁵⁵ combinados com o estatuto autoproclamado do país como “protector do Islão nos Balcãs”, ameaça converter a sociedade muçulmana tolerante e orientada para a Europa num paraíso para o extremismo.

Embora a maioria dos países tenha permanecido estável em geral, o ressurgimento ou aumento do anti-semitismo é uma tendência preocupante em alguns

estados da Europa Ocidental, bem como nos EUA e Canadá. Além disso, muitos destes países sofreram ataques de alto nível e vandalismo em locais de culto, incluindo contra igrejas, sinagogas e mesquitas. Vários governos promulgaram, ou consideraram promulgar, legislação para abordar directamente o “extremismo religioso” ou o “separatismo” (ver relatórios dos países).

No seu discurso à OSCE em Dezembro de 2020, o Arcebispo Paul R. Gallagher expressou a “grande preocupação da Santa Sé com o número crescente de ataques terroristas, crimes de ódio e outras manifestações de intolerância contra pessoas, locais de culto, cemitérios e locais religiosos em toda a área da OSCE e não só”.¹⁵⁶ “O facto de muitos destes actos de violência terem sido cometidos contra crentes quando estes se reúnem para rezar nos seus locais de culto torna-os particularmente odiosos: paraísos de paz e serenidade rapidamente se tornam câmaras de execução, pois crianças indefesas, mulheres e homens perdem a vida simplesmente por se reunirem para praticar a sua religião”,¹⁵⁷ disse Gallagher.

Tal como registado em vários relatórios, em muitos países da União Europeia e no Canadá, novas normas culturais consagradas como lei (por exemplo, leis de incitação ao ódio, remoção de símbolos ou sinais religiosos públicos e legislação sobre igualdade), e a obrigação legal de cumprir estas leis, estão a entrar em profundo conflito com o direito à liberdade religiosa e de consciência.

“Perseguição educada”: a perseguição disfarçada de progresso

Ellen Kryger-Fantini, J.D.

Numa homilia de Abril de 2016, o Papa Francisco declarou que existem dois tipos de perseguição cristã. A primeira é a violência explícita contra os Cristãos, como os atentados bombistas contra a igreja no Domingo de Páscoa, no Sri Lanka, em 2019. A segunda é o que o Papa Francisco referiu como “perseguição educada, disfarçada de cultura, de modernidade, de progresso”. A mensagem, disse ele, é: “E se não fazes isto, serás punido: perderás o trabalho e muitas outras coisas ou serás posto de lado”.¹⁵⁸

O primeiro tipo de perseguição, violenta e cometida contra crentes de muitos credos, está bem documentado neste relatório e noutros locais. O segundo, a “perseguição educada”, também aplicada a muitos grupos religiosos em países em desenvolvimento e desenvolvidos, inclui interferência nas liberdades de consciência, expressão e associação, recusa de acesso a certos empregos e programas educativos, e à justiça e serviços jurídicos, muitas vezes em nome de direitos “novos” ou divergentes. Em 2018, o Arcebispo Paul Gallagher, secretário para as relações com os estados do Vaticano, expressou preocupação sobre “uma interpretação radicalmente individualista de certos direitos e a afirmação de ‘novos direitos’”.¹⁵⁹

Por exemplo, em vários países da região da OSCE, o direito à objecção de consciência por motivos religiosos para profissionais de saúde e farmacêuticos já não está significativamente protegido por lei. Em Outubro de 2019, foi apresentada ao Papa Francisco uma declaração multiconfessional contra a eutanásia e o suicídio assistido por médicos, assinada por representantes católicos, ortodoxos, muçulmanos e judeus. O objectivo da declaração era “apresentar as posições das confissões religiosas monoteístas relativamente aos ‘valores e práticas relevantes para o paciente moribundo’”, e afirmar que “nenhum prestador de cuidados de saúde deve ser coagido ou pressionado a assistir directa ou indirectamente à morte deliberada e intencional de um paciente por suicídio assistido ou qualquer forma de eutanásia, especialmente quando é contra as crenças religiosas do prestador”, e como tal, a objecção de consciência “deve ser respeitada”.¹⁶⁰

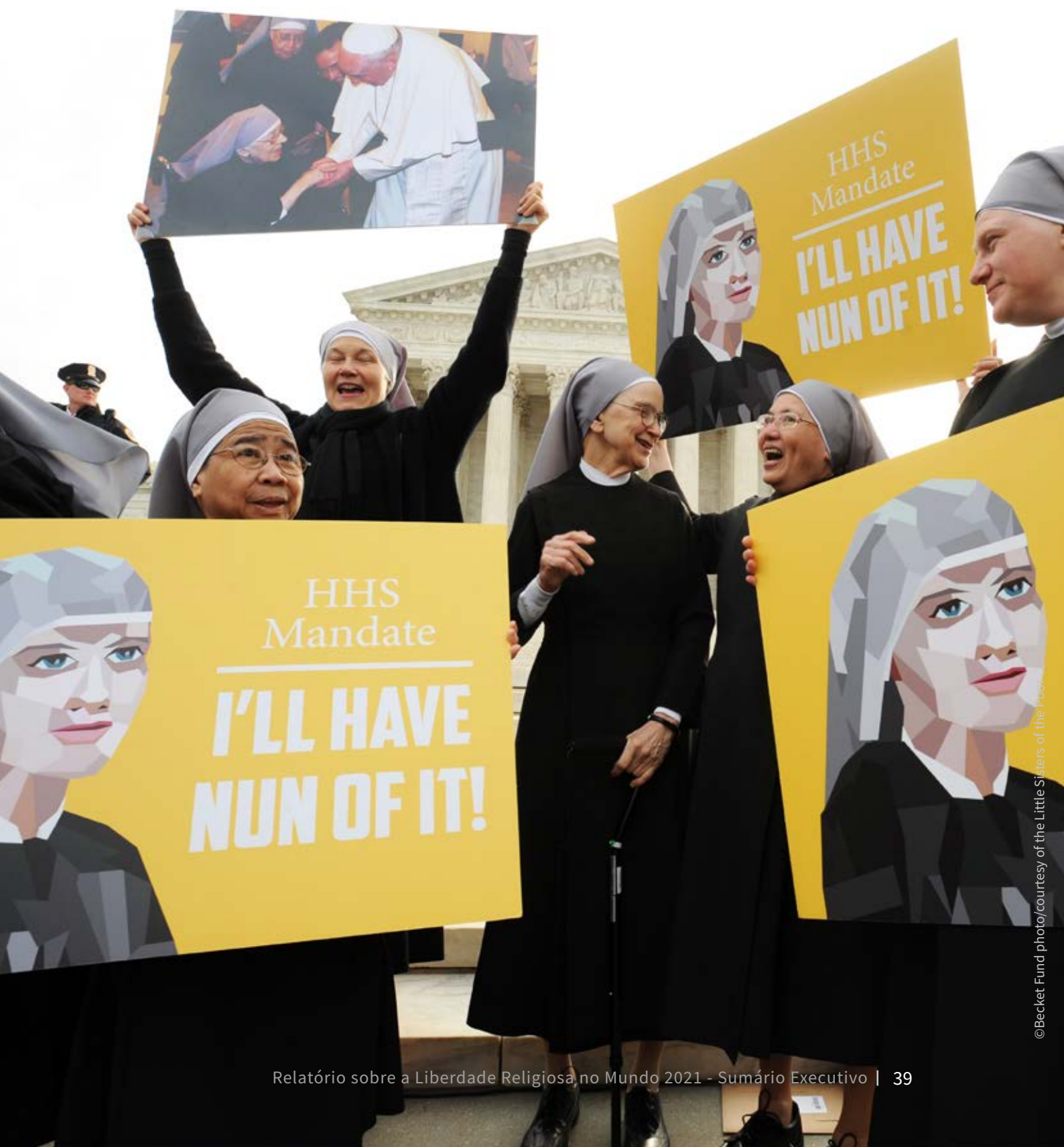
As disposições relativas ao direito dos grupos religiosos a gerirem as suas próprias escolas de acordo com o seu próprio ethos estão também em perigo em vários países.¹⁶¹ Além disso, os licenciados de determinadas universidades confessionais vêm cada vez mais recusado o acesso a certas profissões.¹⁶² Pais de diversas religiões continuam a protestar contra as políticas que exigem que os seus filhos aprendam determinadas disciplinas, tais como a educação sexual, que entram em conflito com os princípios das suas religiões.¹⁶³

Talvez um dos desenvolvimentos legais mais preocupantes, no entanto, se refira à “igualdade” ou legislação sobre crimes de ódio. Estas leis criminalizam actos que poderiam ser representados como contribuindo para “incitar ao ódio”. Por exemplo, a expressão de crenças consistentes com a religião e o ensino moral de várias religiões, incluindo o Judaísmo, o Islão e o Cristianismo, mesmo em contextos privados, poderia ser considerada como “incitando ao ódio”.¹⁶⁴ Alargar a definição de “ódio” constituiria uma séria ameaça ao exercício significativo do direito fundamental à liberdade religiosa, juntamente com a liberdade de expressão.

A incapacidade de compreender o papel adequado da religião e o alcance da sua prática para o indivíduo na praça pública “continua a alimentar sentimentos e manifestações de intolerância e discriminação contra os Cristãos, o que poderia muito bem ser denominado “o último preconceito aceitável” em muitas sociedades”, disse o Arcebispo Gallagher.¹⁶⁵

Como afirma o Papa Francisco, esta abordagem reducionista à compreensão da liberdade religiosa procura consignar as religiões à “silenciosa obscuridade da consciência do indivíduo ou relegá-las para os recintos fechados das igrejas, sinagogas ou mesquitas”. Isto representa uma interpretação radical do significado de “laicidade” por parte de um governo, cujo dever é manter o espaço público aberto a todas as religiões e a nenhuma em específico.

Protestos de uma ordem religiosa católica, as Irmãs Pobres, que servem os doentes e os moribundos, contra a cobertura obrigatória de serviços de contraceção (incluindo medicamentos que induzem o aborto) no seguro de saúde fornecido pelo empregador.



©Becket Fund photo/courtesy of the Little Sisters of the Poor



ANÁLISE REGIONAL

América Latina e Caraíbas

Paulina Eyzaguirre

As regiões da América Latina e das Caraíbas são constituídas por 33 países com uma população estimada em mais de 657 milhões e com uma idade média de 31 anos.¹⁶⁶ Estes países partilham heranças históricas e culturais semelhantes e pouco menos de 60% da população identifica-se como católica.¹⁶⁷ A democracia predomina na maior parte da região e metade dos países (17) tiveram eleições entre 2018 e 2020. Vários países da América Latina, no entanto, estão mergulhados em crises sociopolíticas agravadas pela violência, ausência do Estado de direito, tráfico de droga, corrupção e, para piorar a situação, a pandemia da COVID-19. Por conseguinte, a região continua a ser uma fonte significativa de migrantes que procuram uma vida melhor, principalmente nos EUA.

A predominância do Cristianismo na América Latina e nas Caraíbas não é garantia de que a liberdade religiosa seja respeitada. Durante o período em análise, grupos religiosos afro-brasileiros relataram incidentes de intolerância religiosa, enquanto na Argentina

a comunidade judaica era alvo de intolerância e perseguição (ver relatórios dos países). A maioria cristã, contudo, continua a ser o grupo religioso mais afectado por crimes de ódio sob a forma de ataques contra líderes religiosos,¹⁶⁸ locais de culto, cemitérios, monumentos e imagens religiosas. Estes ataques derivam da defesa que o Cristianismo¹⁶⁹ faz dos oprimidos, bem como de expressões públicas de oposição, ou de crítica, a acções de elementos estatais e não estatais.

Hostilidade para com as organizações religiosas

Tal como revelado nos relatórios de país, as maiores violações da liberdade religiosa ocorreram em países com registos questionáveis de respeito pelos direitos humanos e pela democracia, incluindo Cuba, Nicarágua e Venezuela. Estes governos expressaram hostilidade e agressão para com as Igrejas cristãs, católicas e não católicas, quando os líderes religiosos denunciaram a corrupção e as políticas sociais e políticas entendidas

como prejudiciais para o bem comum. Concretamente, a hostilidade por parte do Estado foi evidenciada através do uso da força, incluindo: perturbação de celebrações religiosas; intimidação dos fiéis com envio de polícias beligerantes em torno de igrejas e procissões, apesar da notória ausência de protecção policial quando multidões atacaram e vandalizaram locais de culto; ameaças aos líderes religiosos e fiéis; cancelamento de vistos para os colaboradores estrangeiros da Igreja nacional; e processos de registo opacos para grupos religiosos.

A ausência do Estado de direito, e o consequente impacto na liberdade religiosa, foi mais evidente no México, onde foi cometida violência contra civis por bandos criminosos devido a questões relacionadas com o crime organizado, incluindo: tráfico de droga, tráfico de seres humanos, disputas de terras, corrupção, extorsão e represálias. As lesões e a morte foram infligidas não só às vítimas destes crimes, mas também àqueles que, inspirados pelas suas crenças religiosas, procuraram proteger os direitos humanos das pessoas oprimidas. Como indicado no relatório do México, continuou a ocorrer o rapto e assassinio de sacerdotes, que foram mortos por desempenharem as suas responsabilidades pastorais, por procurarem proteger as suas comunidades, ou por se pronunciarem contra as acções do crime organizado. Por exemplo, no estado de Chiapas, a Igreja Católica relatou ameaças de morte por telefone contra um sacerdote, os seus familiares e a sua congregação por membros suspeitos do grupo de tráfico, o Cartel de Jalisco Nueva Generación, que exigiu que a Igreja os reconhecesse como senhores do território em troca da manutenção da paz.¹⁷⁰

Durante o período em análise, oito sacerdotes foram assassinados em cinco países: Honduras, Nicarágua, El Salvador, México e Peru. As investigações estão ainda em curso (ver relatórios dos países).

Aumento dos ataques contra locais de culto, imagens religiosas e símbolos

Foram relatados ataques contra locais de culto, monumentos e símbolos religiosos na Argentina, Brasil, Colômbia, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua e Venezuela (ver relatórios dos países). A motivação dos atacantes era sobretudo ideológica, mas um importante denominador comum era a atitude dos governos, que, na maioria dos casos, optaram por deixar que os ataques ocorressem durante manifestações públicas e depois optaram por não processar os agressores.¹⁷¹ Graffiti em edifícios, viaturas e monumentos incluíam slogans a favor do aborto, casamento homossexual, orgulho *gay*, bem como a denúncia da violência contra as mulheres e do abuso sexual clerical.¹⁷²

Aceleração da secularização

Em vários países houve um debate crescente sobre o papel do laicismo, sobre o que significa um Estado secular e sobre o espaço dado à liberdade religiosa

na esfera pública. Neste discurso social, certos grupos apresentaram o direito à liberdade religiosa como oposto à natureza secular do Estado. Isto foi contrariado por argumentos de que a secularização não retirava aos governos a obrigação de garantir o direito do indivíduo a ter fé, ou não, e de organizar a sua vida pública de acordo com as suas crenças.

A voz autorizada da Igreja Católica foi de certa forma silenciada nestes debates por causa dos seus crimes de abuso sexual, bem como da sua resposta hesitante e tardia ao reconhecimento e ressarcimento dos abusos.

Migração

Mais de 4,8 milhões de migrantes fugiram da Venezuela desde o início da crise política e económica em 2015.¹⁷³ Da mesma forma, embora não tão extrema, as caravanas de migrantes deixaram cada vez mais crises comparáveis em países como a Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicarágua e Haiti (ver relatórios dos países). O México sofreu deslocações internas significativas à medida que os aldeões fugiam da violência do crime organizado. Os países vizinhos foram também desafiados a integrar os migrantes com diferentes religiões no que era anteriormente uma sociedade mais ou menos homogénea. Como revela o relatório de país para o Chile, por exemplo, o número de grupos religiosos do Haiti introduzidos com a chegada dos migrantes duplicou em poucos anos.¹⁷⁴

Pandemia da COVID-19

A pandemia da COVID-19 teve um impacto significativo na região. Os relatórios dos países indicam que as restrições impostas às populações foram geralmente respeitadas, com os líderes religiosos a cooperarem com os governos para persuadirem os fiéis a seguir as medidas. De facto, em alguns casos, as autoridades religiosas foram frequentemente vistas como mais duras do que as autoridades sanitárias e foram criticadas por isso. O caso do Uruguai é digno de referência porque, em vez de imporem unilateralmente restrições, as autoridades contactaram com as várias comunidades religiosas para coordenar uma abordagem unificada.¹⁷⁵ As comunidades religiosas também contribuíram para o esforço de contenção da pandemia, disponibilizando instalações de saúde como hospitais e clínicas, e edifícios para fornecer abrigo e refeições aos sem-abrigo.

Aspectos positivos

Em seis países – Brasil, Chile, Costa Rica, Honduras, Jamaica e Colômbia –, o direito à liberdade religiosa recebeu protecções adicionais das decisões dos tribunais superiores (ver relatórios dos países). Reconhecendo o papel positivo da fé em tempos de crise, em vários países, incluindo muitos nas Caraíbas, os eventos religiosos tradicionais populares foram mantidos, embora com algumas restrições devido à pandemia.



CASO DE ESTUDO

Chile: a queima de igrejas

A 19 de Outubro de 2020, duas igrejas foram saqueadas e queimadas em Santiago, a Igreja de São Francisco Borja e a Igreja de Asunción. Um grupo de manifestantes encapuçados gritou: “Deixem-na cair, deixem-na cair”, enquanto a cúpula da Igreja de Asunción, conhecida como a “paróquia dos artistas”, foi consumida pelo fogo.¹⁷⁶

Os ataques contra as igrejas históricas ocorreram no aniversário de um ano de protestos anti-governamentais generalizados. Conhecidas como *Estallido Social*, as manifestações eclodiram inicialmente a 7 de Outubro de 2019 com estudantes que se opunham a um aumento das tarifas do metro de Santiago. Os protestos, contudo, depressa se transformaram numa crítica mais ampla das preocupações sociais e económicas.¹⁷⁷ No seu auge, mais de um milhão de pessoas saíram à rua.¹⁷⁸

Inicialmente pacíficos, os confrontos degeneraram em violência com motins e actos de vandalismo generalizados visando as infra-estruturas governamentais, nomeadamente a destruição das estações de metro em Santiago. Registaram-se 30 mortos e mais de 3.000 feridos na agitação. A 19 de Outubro de 2019, o presidente do Chile, Sebastián Piñera, anunciou o estado de emergência, destacando os militares para toda a capital.¹⁷⁹

O descontentamento social inicial durou mais de três meses, diminuindo mais tarde para protestos esporádicos em todo o Chile. Foi durante estas manifestações, entre Outubro de 2019 e Outubro de 2020, que foram reportados relatos de pilhagens e destruição de igrejas. No final, 59 igrejas, das quais 53 católicas e seis evangélicas, foram vandalizadas e danificadas em oito cidades de todo o país.¹⁸⁰

A violência incluiu fogo posto, pilhagem, profanação do Santíssimo Sacramento, interrupção dos cultos religiosos e danos nas portas e portões das igrejas. Houve incidentes em que bancos de igreja e estátuas religiosas foram utilizados para construir barricadas e pedras foram atiradas através de vitrais.¹⁸¹

Embora as autoridades chilenas tenham condenado os actos, apesar dos apelos da Igreja para uma investigação, pois em alguns casos os agressores eram conhecidos,¹⁸² não foi aberto um inquérito oficial abrangente.¹⁸³

Manifestantes atearam fogo ao púlpito da Igreja de São Francisco de Borja um ano após o início dos protestos anti-governamentais em Santiago, Chile, a 18 de Outubro de 2020.

©Picture Alliance/AP Photo/Esteban Felix

CASO DE ESTUDO

COVID-19: o impacto na liberdade religiosa em todo o mundo

Maria Lozano

“A necessidade de travar a propagação do vírus também teve implicações para uma série de liberdades fundamentais, incluindo a liberdade religiosa, restringindo o culto público e as actividades educativas e caritativas das comunidades religiosas. Deve reconhecer-se, contudo, que a religião é um aspecto fundamental da pessoa humana e da sociedade, e que não pode ser eliminada. Mesmo quando procuramos formas de proteger vidas humanas da propagação do vírus, não podemos considerar a dimensão espiritual e moral da pessoa humana como menos importante do que a saúde física.”¹⁸⁴

Papa Francisco

Nenhum acontecimento na história moderna afectou a vida da população mundial de forma tão significativa e universal como a pandemia da COVID-19. Sem distinção de raça, cor ou credo, a pandemia rasgou o tecido da saúde pública e alterou as práticas tradicionais na economia global, bem como a governação, muitas vezes com profundas implicações para os direitos humanos, incluindo o da liberdade religiosa. O impacto da doença não só revelou fragilidades sociais subjacentes, mas em muitas áreas do mundo exacerbou as fragilidades existentes resultantes da pobreza, da corrupção e de estruturas estatais vulneráveis.

Vários governos africanos, esmagados pelos desafios colocados pela pandemia em fúria, reafectaram forças militares e de segurança para apoiar as necessidades de saúde da população em geral.¹⁸⁵ Particularmente nos primeiros meses, grupos terroristas e jihadistas aproveitaram o facto de o Governo estar focado na pandemia para aumentar os seus ataques violentos e consolidar os ganhos territoriais.¹⁸⁶ A pandemia foi também utilizada por grupos extremistas para recrutar novos membros. Inúmeras publicações de propaganda da Al-Qaeda, Daesh e Boko Haram¹⁸⁷ na Internet descreveram a COVID-19 como um castigo de Deus para o “Ocidente decadente”, prometeram imunidade contra o vírus e asseguraram um lugar no paraíso para os jihadistas.¹⁸⁸ Através da região do Sahel,¹⁸⁹ do Mali ao Burkina Faso,¹⁹⁰ do Níger à Nigéria, bem como na região de Cabo Delgado no norte de Moçambique, os islamitas reagruparam, rearmaram e reforçaram as estruturas e alianças existentes ou criaram novas estruturas.

Os estados também tiraram partido da confusão. Regimes particularmente autoritários, como por exemplo a China, utilizaram a epidemia para colocar maiores restri-

ções à prática religiosa e encerraram sites que transmitiam serviços religiosos.¹⁹¹

A pandemia da COVID-19 resultou não só numa crise de saúde global, mas também numa recessão económica mundial. O medo e a incerteza acerca da infecção e a frustração perante os repetidos períodos de confinamento, desencadearam agitação social que provocou ataques acrimoniosos, especialmente na comunicação social, a bodes expiatórios, fossem eles raciais ou religiosos. As teorias da conspiração proliferaram *online*, alegando que os Judeus causaram o surto.¹⁹² Na Índia foram lançadas alegações contra minorias muçulmanas,¹⁹³ enquanto em vários países, como a China,¹⁹⁴ o Níger,¹⁹⁵ a Turquia¹⁹⁶ e o Egipto, a pandemia foi imputada aos Cristãos.¹⁹⁷ Os preconceitos sociais pré-existentes contra as comunidades religiosas também levaram a uma discriminação crescente através da recusa de acesso a ajuda alimentar e médica. Por exemplo, no Paquistão, as instituições de caridade muçulmanas “recusaram ajuda alimentar e kits de emergência aos Cristãos e membros de comunidades minoritárias”.¹⁹⁸

Por outro lado, a pandemia inspirou exemplos positivos em que os grupos religiosos se apoiaram uns aos outros. Nos Camarões, milhares de muçulmanos juntaram-se aos Cristãos nas orações do dia de Natal para pedir a Deus o fim da pandemia e a paz.¹⁹⁹ No Bangladesh, onde devido ao medo da infecção os grupos religiosos minoritários não puderam disponibilizar os ritos funerários aos membros da família, uma instituição de caridade islâmica enterrou não só muçulmanos mas também hindus e cristãos, vítimas da COVID-19.²⁰⁰ Em Chipre, onde as restrições fronteiriças impediram cristãos e muçulmanos de visitar os respectivos locais religiosos, vários muçulmanos cipriotas turcos rezaram no Túmulo do Apóstolo Barnabé, o Patrono de Chipre, como um gesto de boa vontade e respeito para com os Cristãos, que não o puderam visitar.²⁰¹ Finalmente, num caso de resposta positiva do Estado, o Governo comunista em Cuba permitiu pela primeira vez uma emissão da Via Sacra com o Papa Francisco e as liturgias da Páscoa na televisão nacional.²⁰²

A reacção do Governo à emergência médica afectou profundamente os direitos humanos fundamentais, incluindo a liberdade de reunião e a liberdade religiosa, provocando debates sobre as implicações das decisões políticas tomadas. A dificuldade em avaliar até que ponto o direito à liberdade religiosa foi universalmente ameaçado deve-se

ao facto de cada país, e em alguns casos cada região, ter respondido de forma diferente ao acontecimento global.

É evidente que o mundo enfrentou uma emergência imprevisível e que os líderes mundiais foram chamados a tomar medidas extraordinárias, improvisando com legislação não testada à medida que a situação se deteriorava. Contudo, neste quadro, é também evidente que houve casos de abuso e ataques à liberdade religiosa, em parte devido à aplicação desproporcionada de restrições entre actividades religiosas e actividades empresariais, bem como à agressividade da polícia e das forças armadas na abordagem de violações de restrições relacionadas com práticas religiosas.

Exemplos de desproporcionalidade foram evidenciados por regulamentações comparativas em alguns estados dos EUA,²⁰³ e em Espanha,²⁰⁴ onde a participação em serviços religiosos foi muito restrita, enquanto as empresas

ou os locais de recreação foram autorizados a aceitar um maior número de participantes. Além disso, apesar dos recursos judiciais apresentados em tribunal para resolver as contradições, em alguns casos, os regulamentos não foram alterados e não foram dadas razões para as decisões (ver relatórios dos países). Em relação a exemplos de respostas agressivas de segurança, surgiram incidentes quando os limites à participação em cerimónias religiosas ou locais de culto não eram claros. A ambiguidade legal criou uma incerteza prática, resultando em reacções excessivas por parte das forças de segurança.

A pandemia da COVID-19 abriu um importante debate em todo o mundo sobre os direitos fundamentais da pessoa humana, incluindo o direito à liberdade religiosa, as implicações do excesso de alcance legislativo e a questão sobre se, em alguns casos, os governos agressivamente seculares são capazes de discernir adequadamente a importância destes direitos.

Igreja Católica dos Santos Apóstolos, Londres, Reino Unido, Novembro de 2020.



©Mazur/cbcew.org.uk (CC BY-NC-ND 2.0)

QUADRO DE CATEGORIAS

Tendências Globais da Liberdade Religiosa

Perseguição, crimes de ódio e violência desencadeada por motivos religiosos.

Discriminação, crimes de ódio e violência desencadeada por motivos religiosos.

↑ Melhorou desde 2018
 ↓ Piorou desde 2018
 — Sem alteração desde 2018

Nome do país	Categoria/tendência	Motivo da perseguição/discriminação
Afganistão	↓	Extremismo Islamita
Bangladeche	↓	Governo Autoritário
Burquina Faso	↓	Extremismo Islamita
Camarões	↓	Extremismo Islamita
Chade	↓	Extremismo Islamita
China	↓	Governo Autoritário
Comores	↓	Governo Autoritário e Extremismo Islamita
República Democrática do Congo	↓	Extremismo Islamita
Eritreia	↓	Governo Autoritário
Índia	↓	Nacionalismo étnico-religioso
Irão	↓	Governo Autoritário
Coreia do Norte	↓	Governo Autoritário
Líbia	↓	Governo Autoritário e Extremismo Islamita
Malásia	↓	Governo Autoritário e Extremismo Islamita
Máldivas	↓	Governo Autoritário e Extremismo Islamita
Mali	↓	Extremismo Islamita
Moçambique	↓	Extremismo Islamita
Mianmar	↓	Governo Autoritário
Níger	↓	Extremismo Islamita
Nigéria	↓	Extremismo Islamita
Paquistão	↑	Governo Autoritário e Nacionalismo étnico-religioso
Arábia Saudita	↓	Governo Autoritário
Somália	↓	Extremismo Islamita
Sri Lanka	↓	Nacionalismo étnico-religioso
Turquemenistão	↓	Governo Autoritário
Iémen	↓	Governo Autoritário e Extremismo Islamita
Argélia	↓	Governo Autoritário
Azerbaijão	↓	Governo Autoritário
Barém	—	Governo Autoritário
Brunei	↓	Governo Autoritário
Cuba	↑	Governo Autoritário
Jibuti	↓	Governo Autoritário
Egipto	↑	Governo Autoritário e Extremismo Islamita
Etiópia	↓	Governo Autoritário e Extremismo Islamita
Indonésia	↑	Extremismo Islamita
Iraque	↑	Extremismo Islamita
Jordânia	↓	Governo Autoritário e Extremismo Islamita
Cazaquistão	—	Governo Autoritário
Kowait	↓	Governo Autoritário
Quirguistão	↓	Governo Autoritário
Laos	—	Governo Autoritário

Nome do País	Categoria/tendência	Motivo da perseguição/discriminação
Madagáscar	↓	Extremismo Islamita
Mauritânia	↓	Extremismo Islamita
Maurícia	↓	Extremismo Islamita
Marrocos	↑	Governo Autoritário
Nepal	↓	Nacionalismo étnico-religioso
Nicarágua	↓	Governo Autoritário
Omã	↓	Governo Autoritário
Palestina e Gaza	↑	Governo Autoritário
Catar	—	Governo Autoritário
Singapura	↓	Governo Autoritário
Sudão	↑	Governo Autoritário
Síria	↑	Extremismo Islamita
Tajiquistão	↓	Governo Autoritário
Tanzânia	↓	Governo Autoritário e Extremismo Islamita
Tailândia	↓	Governo Autoritário
Tunísia	↓	Governo Autoritário
Turquia	↓	Governo Autoritário
Emirados Árabes Unidos	↓	Governo Autoritário
Usbequistão	↑	Governo Autoritário
Venezuela	↓	Governo Autoritário
Vietname	↓	Governo Autoritário

Países "sob observação": Países onde foram observados novos factores de preocupação emergentes, com o potencial de causar uma ruptura fundamental na liberdade religiosa. Estes incluem medidas legais contra aspectos da liberdade religiosa, aumento de casos de crimes de ódio e violência ocasional motivada por motivos religiosos.

ÁFRICA ORIENTAL E OCIDENTAL	AMÉRICA LATINA E CARAÍBAS	MÉDIO ORIENTE E NORTE DE ÁFRICA
República Centro-Africana		Israel
Gâmbia	Chile	Líbano
Guiné Conacri	Guatemala	
Costa do Marfim	Haiti	PAÍSES DA OSCE
Quênia	Honduras	Bielorrússia
Libéria	México	Rússia
Ruanda	ÁSIA CONTINENTAL	Ucrânia
África do Sul	Butão	
Sudão do Sul	Camboja	
Togo	ÁSIA MARÍTIMA	
Uganda	Filipinas	



Todos os outros países são não classificados.

NOTAS EXPLICATIVAS

Período em análise: Julho de 2018 a Novembro de 2020 (inclusive). Para ler os relatórios de cada país, consultar www.religion-freedom-report.org. Ao avaliar a escala de opressão dos grupos religiosos, o Comité Editorial e os Editores Regionais consideraram os factores descritos na secção Metodologia e Definições. A AIS reconhece que a natureza qualitativa da classificação significa que existe necessariamente um elemento subjectivo nesta análise.

LIBERDADE RELIGIOSA EM 196 PAÍSES DO MUNDO

LIBERDADE RELIGIOSA EM 196 PAÍSES DO MUNDO

EM **62 PAÍSES** HÁ VIOLAÇÃO DA LIBERDADE RELIGIOSA (31,6%)



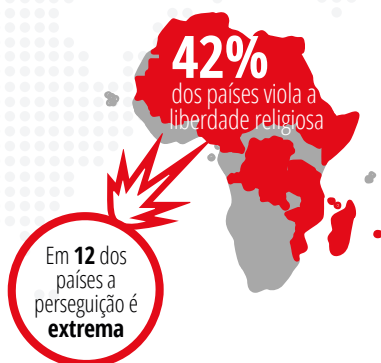
1 em cada 3 países no mundo não respeita a liberdade religiosa

67% da população mundial - **5.200 milhões** - vive em países* com graves violações à liberdade religiosa

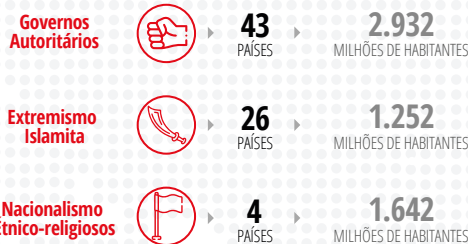


* Em muitos deles, as minorias religiosas são as mais atacadas.

VIOLAÇÕES EM 23 DE 54 PAÍSES AFRICANOS



QUEM ATACA A LIBERDADE RELIGIOSA?*

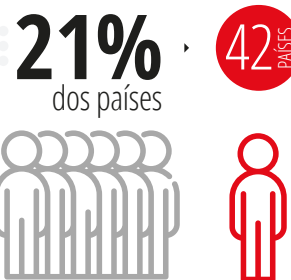


* Alguns países estão incluídos em dois grupos



Em **30 países** cometeram-se **assassinios por causa da fé** desde meados de 2018

Mudar de religião ou abandonar a própria religião implica **graves** consequências legais e/ou sociais em



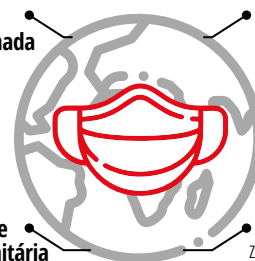
O **JIHADISMO** ASPIRA A CONVERTER-SE NUM "CALIFADO" TRANSCONTINENTAL



IMPACTO DA COVID-19 NA LIBERDADE RELIGIOSA

limitação desproporcionada da prática e do culto

estigmatização religiosa como causadora da pandemia



recusa de ajuda humanitária a minorias

mais jihadismo em zonas sem controlo estatal e recrutamento através da internet

Países com Violações Significativas da **Liberdade Religiosa**

Cuba ↑

Nicarágua ↓

Venezuela ↓

AMÉRICA LATINA

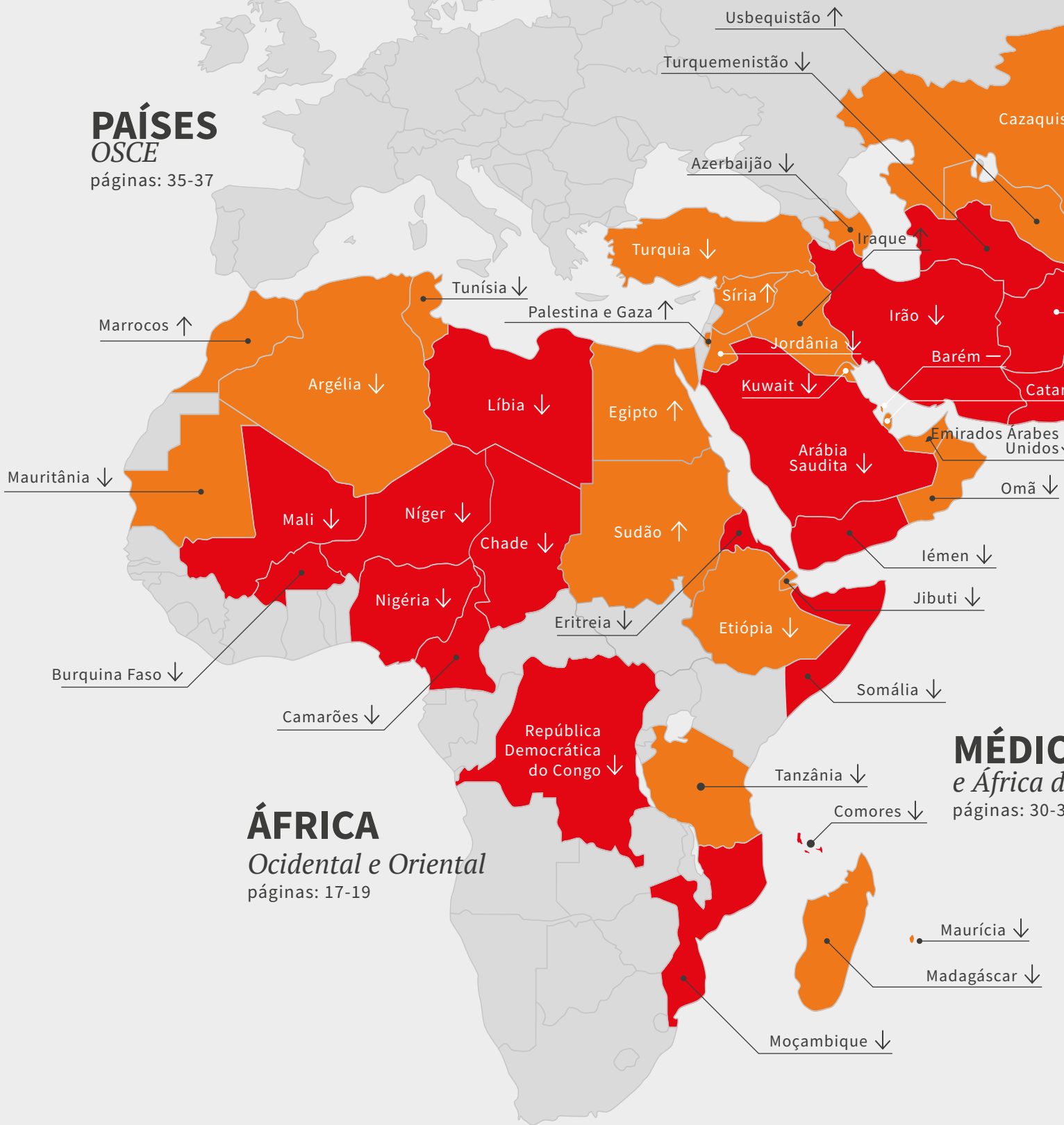
e Caraíbas

páginas: 40-41



PAÍSES OSCE

páginas: 35-37



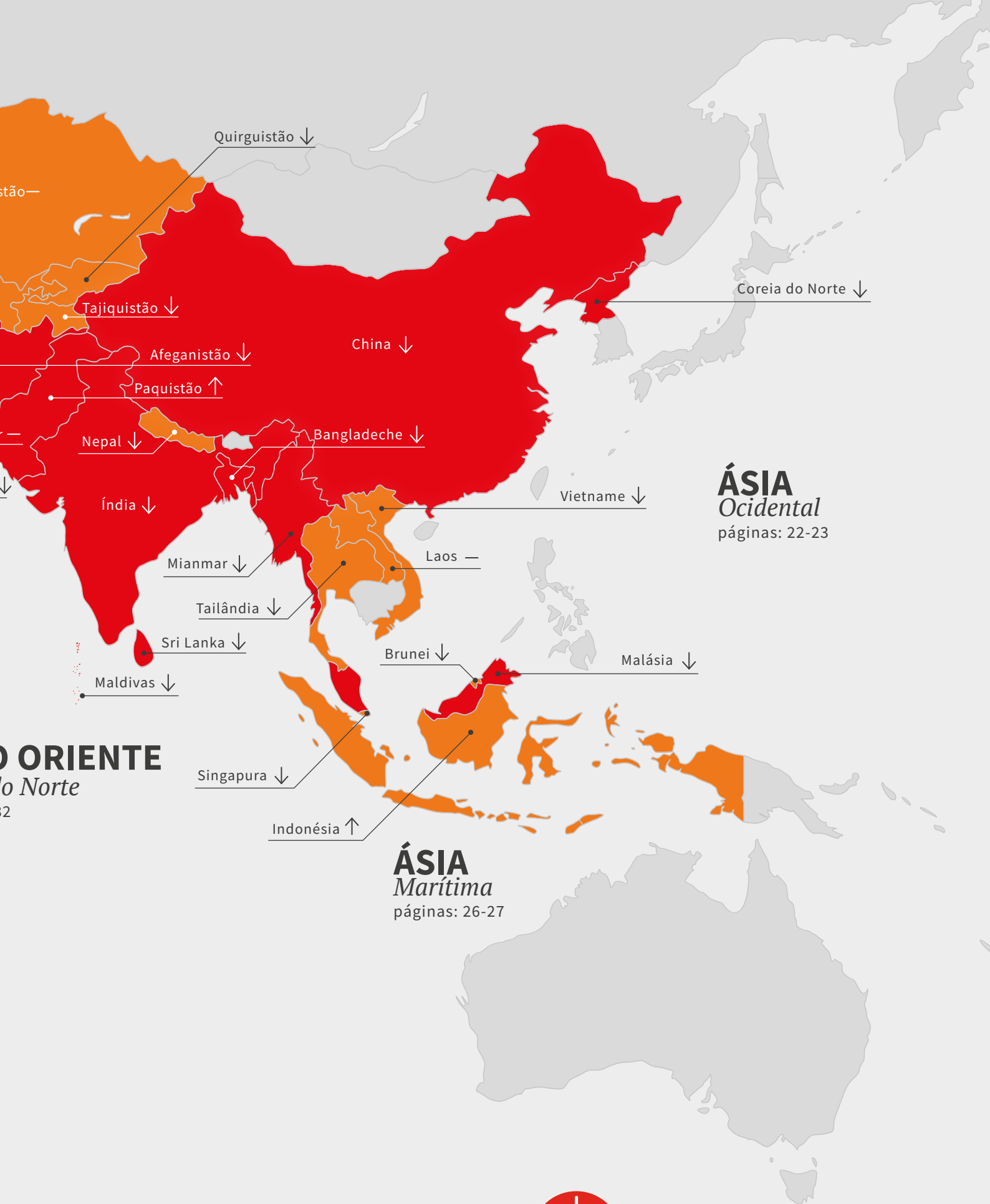
ÁFRICA Ocidental e Oriental

páginas: 17-19

MÉDIO e África do Sul

páginas: 30-33

	Perseguição, crimes de ódio e violência desencadeada por motivos religiosos.
	Discriminação, crimes de ódio e violência desencadeada por motivos religiosos.
↑	Melhorou desde 2018
↓	Piorou desde 2018
—	Sem alterações desde 2018



Quirguistão ↓

Coreia do Norte ↓

Tajiquistão ↓

China ↓

Afeganistão ↓

Paquistão ↑

Nepal ↓

Bangladeche ↓

Índia ↓

Vietname ↓

Mianmar ↓

Laos —

Tailândia ↓

Sri Lanka ↓

Brunei ↓

Malásia ↓

Maldivas ↓

Singapura ↓

Indonésia ↑

ÁSIA
Ocidental
páginas: 22-23

ÁSIA
Marítima
páginas: 26-27

ORIENTE
do Norte
2



Fundação AIS

ACN PORTUGAL

www.fundacao-ais.pt

FONTES

- 1 "Meeting for Religious Liberty, Address of the Holy Father", 26th September 2015; http://www.vatican.va/content/francesco/en/speeches/2015/september/documents/papa-francesco_20150926_usa-liberta-religiosa.html
- 2 "Religious Freedom, the Path to Peace", Message of His Holiness Pope Benedict XVI for the Celebration of The World Day Of Peace, 1st January 2011; http://www.vatican.va/content/benedict-xvi/en/messages/peace/documents/hf_ben-xvi_mes_20101208_xliv-world-day-peace.html
- 3 "Guide on Article 9 of the European Convention on Human Rights", atualizado a 31 de Agosto de 2020, https://www.echr.coe.int/Documents/Guide_Art_9_ENG.pdf
- 4 Ibid.
- 5 "Universal Declaration of Human Rights", Nações Unidas, 1948, <https://www.un.org/en/universal-declaration-human-rights/>
- 6 "Religion: why faith is becoming more and more popular", The Guardian, 27th August 2018; <https://www.theguardian.com/news/2018/aug/27/religion-why-is-faith-growing-and-what-happens-next>
- 7 "How transnational jihadist groups are exploiting local conflict dynamics in Western Africa", Danish Institute for International Studies, 10 de Maio de 2020, <https://www.diiis.dk/en/research/how-transnational-jihadist-groups-are-exploiting-local-conflict-dynamics-in-western-africa>
- 8 "Threat from African Militant Islamist Groups Expanding, Diversifying", Africa Center for Strategic Studies, 18 de Janeiro de 2020, <https://africacenter.org/spotlight/threat-from-african-militant-islamist-groups-expanding-diversifying/>
- 9 "Threat from African Militant Islamist Groups Expanding, Diversifying", Africa Center for Strategic Studies, 18 de Janeiro de 2020, <https://africacenter.org/spotlight/threat-from-african-militant-islamist-groups-expanding-diversifying/>
- 10 Ibid.
- 11 T. Bowker, "Civilians reel as violence spins out of control in Mozambique", Al Jazeera, 11 de Novembro de 2020, <https://www.aljazeera.com/news/2020/11/11/we-want-the-war-to-stop-attacks-spread-in-mozambique> (acedido a 20 de Novembro de 2020).
- 12 "How transnational jihadist groups are exploiting local conflict dynamics in Western Africa", Danish Institute for International Studies, 10 de Maio de 2020, <https://www.diiis.dk/en/research/how-transnational-jihadist-groups-are-exploiting-local-conflict-dynamics-in-western-africa>
- 13 "In Africa's Sahel, 'places where Christians and Muslims live alongside one another are next target' for Islamist terror", ACN News, 27 de Fevereiro de 2020, <https://www.churchinneed.org/in-africas-sahel-places-where-christians-and-muslims-live-alongside-one-another-are-next-target-for-islamist-terror/>
- 14 "Nigeria's Katsina school abduction: Boko Haram says it took the students", BBC News, 15 de Dezembro de 2020, <https://www.bbc.com/news/world-africa-55295701>
- 15 "Nigeria school abduction: Hundreds of girls released by gunmen", BBC News, 3 de Março de 2021, <https://www.bbc.com/news/world-africa-56249626>
- 16 "Gunmen Attack School, Abduct Students, Others in Niger", Live TV News, 17 de Fevereiro de 2020, <https://www.channelstv.com/2021/02/17/gunmen-attack-niger-school-kill-one-student-abduct-others/>
- 17 "Hundreds of schoolgirls abducted in Nigeria, government official says", CNN, 17 de Fevereiro de 2021, <https://edition.cnn.com/2021/02/26/africa/schoolgirls-abducted-nigeria-intl/index.html>
- 18 "Nigeria school abduction: Hundreds of girls released by gunmen", op., cit.
- 19 "Nigeria's school abductions: Why children are being targeted", BBC News, 2 de Março de 2021, <https://www.bbc.com/news/world-africa-56212645>
- 20 Ibid.
- 21 "More Nigerian Schoolgirls Kidnapped while a Christian Pastor Pleads for His Life", Family Research Council, 1 de Março de 2021, <https://frcblog.com/2021/03/more-nigerian-schoolgirls-kidnapped-while-christian-pastor-pleads-his-life/>
- 22 Ibid.
- 23 "UNHCR outraged by attack on camp hosting displaced people in Cameroon, at least 18 people killed", briefing do ACNUR, 4 de Agosto de 2020, <https://www.unhcr.org/news/briefing/2020/8/5f291a704/unhcr-outraged-attack-camp-hosting-displaced-people-cameroon-18-people.html>
- 24 "20 peacekeepers wounded in Mali attack: UN", EWN, 10 de Fevereiro de 2021, <https://ewn.co.za/2021/02/10/20-peacekeepers-wounded-in-mali-attack-un>
- 25 "Islamic State claims its first Congo attack", Reuters, 18 de Abril de 2019, <https://www.reuters.com/article/us-congo-security-idUSKCN1RU2KD> (acedido a 2 de Janeiro de 2020).
- 26 "Mayor of Mogadishu dies as result of al-Shabaab attack", The Guardian, 1 de Agosto de 2019, <https://www.theguardian.com/world/2019/aug/01/mayor-of-mogadishu-dies-as-result-of-al-shabaab-attack-somalia>
- 27 "Kenya Looks to Secure Border as Al-Shabab Launches Deadly Attacks", VOA News, 16 de Janeiro de 2020, <https://www.voanews.com/africa/kenya-looks-secure-border-al-shabab-launches-deadly-attacks>
- 28 "Kivu, Africa's Great Lakes battleground", News24, 6 de Outubro de 2018, <https://www.news24.com/news24/africa/news/kivu-africas-great-lakes-battleground-20181005>
- 29 "U.S. counterterrorism chief says Mozambique militants are Islamic State affiliate", Reuters, 9 de Dezembro de 2020, <https://jp.reuters.com/article/ozatp-us-mozambique-insurgency-usa-idAFKBN28J0QL-OZATP>
- 30 Nonkululeko Njilo, "Muslim army major at centre of hijab case wins interim relief", Times Live, 7 de Agosto de 2019, <https://www.timeslive.co.za/news/south-africa/2019-08-07-muslim-army-major-at-centre-of-hijab-case-wins-interim-relief/> (acedido a 23 de Outubro de 2020).
- 31 "Sudan's clerics voice outrage at violation of mosques", Rádio Dabanga, 17 de Fevereiro de 2019, <https://www.dabangasudan.org/en/all-news/article/sudan-s-clerics-voice-outrage-at-violation-of-mosques> (acedido a 9 de Novembro de 2020).
- 32 "Christian man in Uganda loses family to attack on home", International Christian Concern, 3 de Outubro de 2019, <https://www.persecution.org/2019/10/03/christian-man-uganda-loses-family-attack-home/> (acedido a 6 de Novembro de 2020).
- 33 "Islamic State Stepping Up Attacks in Mozambique", VOA News, 26 de Fevereiro de 2020, <https://www.voanews.com/extremism-watch/islamic-state-stepping-up-attacks-mozambique>
- 34 Linda Bordoni, "South Sudan leaders: 'How can we not bring peace if the Pope pushes us to do so?'", Vatican News, 14 de Janeiro de 2020, <https://www.vaticannews.va/en/world/news/2020-01/south-sudan-rome-declaration-pope-saint-egidio.html> (acedido a 10 de Novembro de 2020).
- 35 Philip Pulella, "Pope kisses feet of South Sudan leaders, urging them to keep the peace", Reuters, 11 de Abril de 2019, <https://www.reuters.com/article/us-pope-southsudan-idUSKCN1RN27G> (acedido a 11 de Novembro de 2020).
- 36 "Peace talks between the government and separatists in the bishop's residence: the Church promotes dialogue and reconciliation", Agenzia Fides, 20 de Julho de 2020, http://www.fides.org/en/news/68392-AFRICA_CAMEROON_Peace_talks_between_government_and_separatists_in_the_bishop_s_residence_the_Church_promotes_dialogue_and_reconciliation (acedido a 27 de Outubro de 2020).
- 37 "Cameroon: Survivors of Military Assault Await Justice", Human Rights Watch, 26 de Fevereiro de 2021, <https://www.hrw.org/news/2021/02/26/cameroon-survivors-military-assault-await-justice>
- 38 Gabinete para a Liberdade Religiosa Internacional, Burundi", 2018 International Religious Freedom Report, Departamento de Estado Norte-Americano, <https://www.state.gov/reports/2018-report-on-international-religious-freedom/burundi/> (acedido a 20 de Outubro de 2020).
- 39 "Kenya Catholics seek donations for Muslims during Christmas season", CatholicPhilly, 17 de Dezembro de 2019, <https://catholicphilly.com/2019/12/news/world-news/kenya-catholics-seek-donations-for-muslims-during-christmas-season/>
- 40 "Nigeria's Boko Haram pledges allegiance to Islamic State", BBC News, 7 de Março de 2015, <https://www.bbc.com/news/world-africa-31784538>
- 41 "Outlasting the Caliphate: The Evolution of the Islamic State Threat in Africa", Combatting Terrorism Center, Dezembro de 2020, <https://ctc.usma.edu/outlasting-the-caliphate-the-evolution-of-the-islamic-state-threat-in-africa/>
- 42 "Regional conflicts add to Somalia's security concerns", Institute for Security Studies, 17 de Dezembro de 2020, <https://reliefweb.int/report/somalia/regional-conflicts-add-somalia-s-security-concerns>
- 43 "Why now? Dismay as US considers troop pullout from Somalia", AP News, 26 de Novembro de 2020, <https://apnews.com/article/islamic-state-group-elections-africa-somalia-kenya-6fad3fe2b14858274daf34a29a78dbe7>
- 44 "Christmas message: minister apologises to Sudan's Christians for their suffering", Rádio Dabanga, 26 de Dezembro de 2019, <https://www.dabangasudan.org/en/all-news/article/christmas-message-minister-apologises-to-sudan-s-christians-for-their-suffering> (acedido a 9 de Novembro de 2020).
- 45 "By the Numbers: Cabo Delgado, de Outubro de 2017-de Novembro de 2020", 10 de Novembro de 2020, Armed Conflict Location & Event Data Project (ACLED);

<https://acleddata.com/2020/11/10/cabo-ligado-weekly-2-8-november-2020/>

46 “With Village Beheadings, Islamic State Intensifies Attacks in Mozambique”, The New York Times, 11 de Novembro de 2020. <https://www.nytimes.com/2020/11/11/world/middleeast/Mozambique-ISIS-beheading.html>

47 “Mozambique villagers ‘massacred’ by Islamists”, BBC News, 22 de Abril de 2020, <https://www.bbc.com/news/world-africa-52381507> (acedido a 12 de Janeiro de 2020).

48 “Dozens killed in Mozambique for refusing to join terrorists”, DW News, 22 de Abril de 2020, <https://www.dw.com/en/dozens-killed-in-mozambique-for-refusing-to-join-terrorists/a-53211140>

49 “Mozambique Insurgents Attack in Total’s LNG Concession Area”, Bloomberg News, 2 de Janeiro de 2021, <https://www.bloomberg.com/news/articles/2021-01-02/mozambique-insurgents-attack-within-total-s-lng-concession-area>

50 “In 2018, Government Restrictions on Religion Reach Highest Level Globally in More Than a Decade”, Pew Research Center, 10 de Novembro de 2020, <https://www.pewforum.org/2020/11/10/in-2018-government-restrictions-on-religion-reach-highest-level-globally-in-more-than-a-decade/>

51 “China’s Repression of Uyghurs in Xinjiang”, Council on Foreign Relations, 1 de Março de 2021, <https://www.cfr.org/Informação de Fundo/chinas-repression-uyghurs-xinjiang>

52 “India: Vigilante ‘cow protection’ groups attack minorities”, Human Rights Watch, 18 de Fevereiro de 2019. <https://www.hrw.org/news/2019/02/18/india-vigilante-cow-protection-groups-attack-minorities>

53 “Government restrictions on religion around the world reached new record in 2018”, Pew Research Center, 10 de Novembro de 2020, <https://www.pewresearch.org/fact-tank/2020/11/10/government-restrictions-on-religion-around-the-world-reached-new-record-in-2018/>

54 “Nepalese party wants to refound the Hindu state. Concern for Christians”, AsiaNews, 28 de Fevereiro de 2019, <http://www.asianews.it/news-en/Nepalese-party-wants-to-refound-the-Hindu-state.-Concern-for-Christians-46377.html>

55 “Genocide Against the Burmese Rohingya”, Audiência do House Committee on Foreign Affairs sobre “Genocide Against Burmese Rohingya”, reliefweb, 16 de Julho de 2020, <https://reliefweb.int/report/myanmar/genocide-against-burmese-rohingya>

56 “Burmese military bombs village and kills seven civilians”, Christian Solidarity Worldwide (CSW), 9 de Abril de 2020, <https://www.csw.org.uk/2020/04/09/press/4614/article.htm>

57 “Sri Lanka attacks: What we know about the Easter bombings”, BBC News, 28 de Abril de 2019, <https://www.bbc.com/news/world-asia-48010697> (acedido a 30 de Outubro de 2020).

58 “Buddhist Militancy Rises Again in Sri Lanka”, Alan Keenan, International Crisis Group, 7 de Março de 2018, <https://www.crisisgroup.org/asia/south-asia/sri-lanka/buddhist-militancy-rises-again-sri-lanka>

59 “Buddhist nationalists claim victory in Sri Lankan election”, AP News, 27 de Novembro de 2019, <https://apnews.com/article/bf051a4b2673484f8460131a-7500b0ec>

60 “Five dead after ‘terror attack,’ explosion in China’s Xinjiang”, Radio Free Asia, 29 de Dezembro de 2016, <https://www.refworld.org/docid/58f9ca3013.html>

61 Paul Mozur e Aaron Krolik, “A Surveillance Net Blankets China’s Cities, Giving Police Vast Powers”, The New York Times, 17 de Dezembro de 2019, <https://www.nytimes.com/2019/12/17/technology/china-surveillance.html> (acedido a 8 de Janeiro de 2021).

62 “China’s Smart Cities Development”, Relatório de Investigação preparado em nome da U.S.-China Economic and Security Review Commission, SOSi, de Janeiro de 2020, https://www.uscc.gov/sites/default/files/China_Smart_Cities_Development.pdf

63 Kenneth Roth and Maya Wang, “Data Leviathan: China’s Burgeoning Surveillance State”, Human Rights Watch, 16 de Agosto de 2019, <https://www.hrw.org/news/2019/08/16/data-leviathan-chinas-burgeoning-surveillance-state> (acedido a 8 de Janeiro de 2021).

64 “Night Images Reveal Many New Detention Sites in China’s Xinjiang Region”, Chris Buckley and Austin Ramzy, The New York Times, 24 de Setembro de 2020, <https://www.nytimes.com/2020/09/24/world/asia/china-muslims-xinjiang-detention.html>

65 “We must keep up pressure on China over abuse of Turkic Muslims”, Ellen Pearson, The Age, 20 de Julho de 2019, <https://www.theage.com.au/world/asia/we-must-keep-up-pressure-on-china-over-abuse-of-turkic-muslims-20190719-p528w8.html> (acedido a 8 de Janeiro de 2021).

66 “Eradicating Ideological Viruses, China’s Campaign of Repression Against Xinjiang’s Muslims”, Human Rights Watch, 9 de Setembro de 2018; <https://www.hrw.org/report/2018/09/09/eradicating-ideological-viruses/chinas-campaign-repression-against-xinjiangs> (acedido a 8 de Janeiro de 2021).

67 Ibid.

68 “Facial Recognition Cameras Installed in State-Run Religious Venues”, Yang Luguang, Bitter Winter, 24 de Outubro de 2020, <https://bitterwinter.org/facial-recognition-cameras-installed-in-state-run-religious-venues> (acedido a 8 de Janeiro de 2021).

69 “China: Draft Regulations Limit Sharing Religious Information Online”, CSW, 13 de Setembro de 2018, <https://www.csw.org.uk/2018/09/13/press/4069/article.htm>

70 Ibid.

71 “The ‘Big Brother’ of religions: Beijing’s new database”, Wang Zhicheng, AsiaNews, 10 de Fevereiro de 2021, <http://www.asianews.it/news-en/The-‘Big-Brother’-of-religions:-Beijing%E2%80%99s-new-database-52311.html> (acedido a 8 de Janeiro de 2021).

72 Ibid

73 “China’s use of technology for religious oppression a ‘threat to all of us,’ warns Brownback”, The Christian Post, 25 de Agosto de 2020, <https://www.christianpost.com/news/chinas-use-of-technology-for-religious-oppression-a-threat-to-all-of-us-warns-brownback.html> (acedido a 8 de Janeiro de 2021).

74 Bradley Jardine, “China’s Surveillance State Has Eyes on Central Asia”, Foreign Policy, 15 de Novembro de 2019, <https://foreignpolicy.com/2019/11/15/huawei-xinjiang-kazakhstan-uzbekistan-china-surveillance-state-eyes-central-asia/> (acedido a 8 de Janeiro de 2021)

75 James Kyng e Nian Liu, “From AI to facial recognition: how China is setting the rules in new tech”, Financial Times, 7 de Outubro de 2020, <https://www.ft.com/content/188d86df-6e82-47eb-a134-2e1e45c777b6> (acedido a 8 de Janeiro de 2021).

76 “Freedom of religion after the Catholic Herald”, Kairos Research Center, de Setembro de 2014, <http://www.krisispraxis.com/wp-content/uploads/2014/09/Freedom-of-Religion-after-the-Catholic-Herald.pdf> (acedido a 19 de Outubro de 2020).

77 “Muslims ‘have the right to kill millions of French people’, Malaysia’s former PM says after church terror attack in Nice - as Scott Morrison slams ‘abhorrent’ comments”, Daily Mail, 29 de Outubro de 2020, <https://www.dailymail.co.uk/news/article-8893671/Muslims-right-kill-millions-French-people-Malaysias-former-PM-says.html>

78 “Maldives: NGO closure shows repression hasn’t gone away”, Amnistia Internacional, 5 de Novembro de 2019, <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2019/11/maldives-ngo-closure-shows-repression-hasnt-gone-away/>

79 “Why hundreds of thousands of Muslims rallied against the Jakarta governor”, The Conversation, 9 de Novembro de 2016; <https://theconversation.com/why-hundreds-of-thousands-of-muslims-rallied-against-the-jakarta-governor-68351>

80 “Ahok: Former Jakarta governor released early from prison”, BBC News, 24 de Janeiro de 2019, <https://www.bbc.com/news/world-asia-46982779>

81 “Brunei | Enforcement of Syariah Laws in Brunei Darussalam”, ZICO Law, 7 de Junho de 2019, <https://www.zicolaw.com/resources/alerts/brunei-enforcement-of-syariah-laws-in-brunei-darussalam/>

82 “Indonesian court rules in favor of religious freedom”, Christian Science Monitor, 7 de Novembro de 2017, <https://www.csmonitor.com/World/Asia-Pacific/2017/11/07/Indonesian-court-rules-in-favor-of-religious-freedom>

83 “Pompeo Says China ‘Gravest Threat to Future of Religious Freedom’”, VOA, 29 de Outubro de 2020, <https://www.voanews.com/east-asia-pacific/pompeo-says-china-gravest-threat-future-religious-freedom>

84 “Christchurch shootings leave 50 people dead after attacks on mosques, as it happened”, ABC News, 15 de Março de 2019, <https://www.abc.net.au/news/2019-03-15/christchurch-shooting-multiple-fatalities-mosque-new-zealand/10904416>

85 “Australia’s offshore detention is unlawful, says international criminal court prosecutor”, The Guardian, 15 de Fevereiro de 2020, <https://www.theguardian.com/australia-news/2020/feb/15/australias-offshore-detention-is-unlawful-says-international-criminal-court-prosecutor>

86 “India election results 2019: Narendra Modi secures landslide win”, BBC News, 23 de Maio de 2019, <https://www.bbc.com/news/world-asia-india-48347081>

87 Dr. Farahnaz Ispahani, “Referring to concerns about the ‘Pakistaniization’ of the region of South Asia”, Religious Freedom Institute, 18 de Julho de 2019, <https://twitter.com/RFInstitute/status/1151639626442035201>

88 “Cultural Diversity In Mena Countries”, Researchomatic, <https://www.researchomatic.com/cultural-diversity-in-mena-countries-181087.html#buytopicstep>

89 “MENA Countries 2021”, World Population Review, <https://worldpopulationreview.com/country-rankings/mena-countries>

90 “What Percent of Muslims live in Arab countries?”, Answers, https://www.answers.com/Q/What_Percent_of_Muslims_live_in_Arab_countries

91 “Middle East and North Africa (MENA)”, Investopedia, <https://www.investopedia.com/terms/m/middle-east-and-north-africa-mena.asp>

- 92 "Copts persuaded to drop charges against mob who attacked their church", World Watch Monitor, 30 de Maio de 2018, <https://www.worldwatchmonitor.org/2018/05/copts-persuaded-to-drop-charges-against-mob-who-attacked-their-church/>
- 93 "Cardinal Zenari: Christians represent only 2% of the Syrian population", Agenzia Fides, 28 de Janeiro de 2019, http://www.fides.org/en/news/65459-ASIA_SYRIA_Cardinal_Zenari_Christians_represent_only_2_of_the_Syrian_population
- 94 "Abu Bakr al-Baghdadi: IS leader 'dead after US raid' in Syria", BBC News, 28 de Outubro de 2019, <https://www.bbc.com/news/world-us-canada-50200339>
- 95 "Suspected ISIS attack targets Kakai Kurds near Iraq-Iran border, Lawk Ghafuri", Rudaw, 14 de Junho de 2020, <https://www.rudaw.net/english/middleeast/iraq/kaki-kurds-isis-attack14062020> (acedido a 27 de Setembro de 2020).
- 96 Oliver Maksan, "Zwischen den Mühlsteinen", Die Tagespost, 25 de Dezembro de 2019, <https://www.die-tagespost.de/aktuelles/forum/forumweihnachten2019/Zwischen-den-Muehlsteinen;art4962,204010> (acedido a 7 de Janeiro de 2021)
- 97 "Egyptian President Sisi Calls for Reform of Islam", Institute for Contemporary Affairs, 15 de Fevereiro de 2015; <https://jcpa.org/article/sisi-calls-for-reform-of-islam/>
- 98 "Why Saudi Arabia is taking a risk by backing the Egyptian coup", The Guardian, 20 de Agosto de 2013, <https://www.theguardian.com/commentisfree/2013/aug/20/saudi-arabia-coup-egypt>
- 99 "France accuses Turkey of sending Syrian jihadists to Nagorno-Karabakh", Reuters, 1 de Outubro de 2020, <https://www.reuters.com/article/us-armenia-azerbaijan-putin-macron-idUSKBN26L3SB>
- 100 "Iraqi parliament formally declares Christmas a national holiday", Crux, 18 de Dezembro de 2020, <https://cruxnow.com/church-in-the-middle-east/2020/12/iraqi-parliament-formally-declares-christmas-a-national-holiday/>
- 101 "Egypt's Sisi opens mega-mosque and Middle East's largest cathedral in New Capital", Reuters, 6 de Janeiro de 2019, <https://www.reuters.com/article/us-egypt-religion-idUSKCN1P00L9>
- 102 "UAE to rebuild Iraqi churches destroyed by Daesh", Gulf News, 10 de Outubro de 2019, <https://gulfnews.com/uae/uae-to-rebuild-iraqi-churches-destroyed-by-daesh-1.67042805>
- 103 "Pope Francis's mass in the United Arab Emirates was historic — and complicated", Vox, 5 de Fevereiro de 2019, <https://www.vox.com/2019/2/5/18211956/pope-francis-mass-united-arab-emirates-arab>
- 104 "New Prime Minister al Kadhimi visits Mosul and the Nineveh Plain: "Christians, one of the most authentic members of the Country", Agenzia Fides, 12 de Junho de 2020, http://www.fides.org/en/news/68118-ASIA_IRAQ_New_Prime_Minister_al_Kadhimi_visits_Mosul_and_the_Nineveh_Plain_Christians_one_of_the_most_authentic_members_of_the_Country
- 105 "ASIA/IRAQ - Shiite leader Muqtada al Sadr creates a Committee for the return of illegal expropriations from Christian property owners", Agenzia Fides, 4 de Janeiro de 2021, http://www.fides.org/en/news/69329-ASIA_IRAQ_Shiite_leader_Muqtada_al_Sadr_creates_a_Committee_for_the_return_of_illegal_expropriations_from_Christian_property_owners (acedido a 8 de Janeiro de 2021)
- 106 Sune Haugbolle, "Lebanon has suffered from sectarianism too long", Foreign policy, 1 de Novembro de 2019, <https://foreignpolicy.com/2019/11/01/lebanon-has-suffered-from-sectarianism-for-too-long/> (acedido a 7 de Janeiro de 2021)
- 107 David Gibson, Religion News Service, 10 de Setembro de 2014, https://www.washingtonpost.com/national/religion/regensburg-redux-was-pope-benedict-xvi-right-about-islam-analysis/2014/09/10/d14f0080-391c-11e4-a023-1d61f7f31a05_story.html (acedido a 10 de Janeiro de 2021)
- 108 "Vatican to restart stalled talks with Egypt's Al-Azhar University", Catholic News Service, 4 de Dezembro de 2013, <https://ecumenism.net/2013/12/vatican-to-restart-stalled-talks-with-egypts-al-azhar-university.htm>
- 109 "A Document On Human Fraternity For World Peace And Living Together", Libreria Editrice Vaticana, 4 de Fevereiro de 2019, http://www.vatican.va/content/francesco/en/travels/2019/outside/documents/papa-francesco_20190204_documento-fratellanza-umana.html
- 110 "Israel in talks with Saudi, UAE, Bahrain for defense alliance against Iran", Jerusalem Post, 1 de Março de 2021, <https://www.jpost.com/middle-east/israel-saudi-arabia-uae-bahrain-talking-defense-alliance-660588>
- 111 Lahav Harkov, Netanyahu and Mossad chief may have visited Saudi Arabia alongside Pompeo, Jerusalem Post, 23 de Novembro de 2020, <https://www.jpost.com/israel-news/netanyahu-mossad-chief-may-have-visited-saudi-arabia-alongside-pompeo-649959> (acedido a 7 de Janeiro de 2021)
- 112 "Iran and the Palestinians Lose Out in the Abraham Accords", The Atlantic, 16 de Setembro de 2020, <https://www.theatlantic.com/ideas/archive/2020/09/winners-losers/616364/>
- 113 "Pakistan blasphemy case: Asia Bibi freed from jail", BBC News, 8 de Novembro de 2018, <https://www.bbc.com/news/world-asia-46130189>
- 114 "Sunni Islam", Britannica, <https://www.britannica.com/topic/Sunni> (acedido a 5 de Janeiro de 2021); Frederick Mathewson Denny, "Sunni Islam", Oxford Bibliographies, 19 de Maio de 2017, <https://www.oxfordbibliographies.com/view/document/obo-9780195390155/obo-9780195390155-0084.xml?rskey=YdPc-N1&result=1&q=sunni#firstMatch>
- 115 Asma Afsaruddin, "Caliph Islamic title", Britannica, <https://www.britannica.com/topic/caliph> (acedido a 5 de Janeiro de 2021); James E. Sowerwine, "Caliph and Caliphate", Oxford Bibliographies, 10 de Maio de 2017, <https://www.oxfordbibliographies.com/view/document/obo-9780195390155/obo-9780195390155-0013.xml?rskey=4mGh8q&result=2&q=caliph#firstMatch>
- 116 Andrew J. Newman, "Shi'i Islam", Britannica, <https://www.britannica.com/topic/Shi> (acedido a 5 de Janeiro de 2021); Andrew A. Newman, "Shi'i Islam", Oxford Bibliographies, 19 de Maio de 2017, <https://www.oxfordbibliographies.com/view/document/obo-9780195390155/obo-9780195390155-0076.xml?rskey=9io4Tv&result=3&q=shia#firstMatch>
- 117 Andrew Rippin, "Qur'an", Oxford Bibliographies, 29 de Setembro de 2014, <https://www.oxfordbibliographies.com/view/document/obo-9780195390155/obo-9780195390155-0066.xml?rskey=lgo84R&result=1&q=quran#firstMatch>
- 118 Todd M. Johnson e Brian J. Grim, eds., World Religion Database, Leiden/Boston, Brill, 2021.
- 119 Allan Christelow, "Islamic Law", Oxford Bibliographies, 27 de Fevereiro de 2019, <https://www.oxfordbibliographies.com/view/document/obo-9780199846733/obo-9780199846733-0042.xml?rskey=W6Jhpq&result=2&q=maliki#firstMatch>
- 120 "Mālikī Islamic law", <https://www.britannica.com/topic/Maliki-school>; Delfina Serrano, "Mālikis", Oxford Bibliographies, 30 de Julho de 2014, <https://www.oxfordbibliographies.com/view/document/obo-9780195390155/obo-9780195390155-0220.xml?rskey=W6Jhpq&result=1&q=maliki#firstMatch>
- 121 "Hanafi school Islamic law", <https://www.britannica.com/topic/Hanafiyah>; Christie S. Warren, "The Hanafi School", Oxford Bibliographies, 28 de Maio de 2013, <https://www.oxfordbibliographies.com/view/document/obo-9780195390155/obo-9780195390155-0082.xml?rskey=g5KiQW&result=1&q=hanafi#firstMatch>
- 122 Ahmed El Shamsy, "Hanbali school Islamic law", <https://www.britannica.com/topic/Hanabilah>; Livnat Holtzman, "Hanbalis", Oxford Bibliographies, 10 de Março de 2015, <https://www.oxfordbibliographies.com/view/document/obo-9780195390155/obo-9780195390155-0210.xml?rskey=0JDVGZ&result=1&q=hanbali#firstMatch>
- 123 "Shāfi'ī Islamic law", <https://www.britannica.com/topic/Shafiyah>; Ahmed el Shamsy, "Shafis", Oxford Bibliographies, 19 de Maio de 2017, <https://www.oxfordbibliographies.com/view/document/obo-9780195390155/obo-9780195390155-0148.xml?rskey=YcG2oV&result=2&q=shafii#firstMatch>
- 124 Andrew A. Newman, "Twelver Shi'a", Oxford Bibliographies, 25 de Maio de 2011, <https://www.oxfordbibliographies.com/view/document/obo-9780195390155/obo-9780195390155-0077.xml>
- 125 Stephan Prochazka, Alawis, Oxford Bibliographies, 28 de Maio de 2013, <https://www.oxfordbibliographies.com/view/document/obo-9780195390155/obo-9780195390155-0175.xml?rskey=VqwGma&result=2&q=alevis#firstMatch>
- 126 Yohanan Friedmann, "The Ahmadiyah Movement", Oxford Bibliographies, 19 de Maio de 2017, <https://www.oxfordbibliographies.com/view/document/obo-9780195390155/obo-9780195390155-0004.xml?rskey=cgg1qh&result=1&q=ahmadis#firstMatch>
- 127 Hussam Timani, "Druze", Oxford Bibliographies, 24 de Julho de 2018, <https://www.oxfordbibliographies.com/view/document/obo-9780195390155/obo-9780195390155-0104.xml?rskey=YORTby&result=2&q=druzes#firstMatch>
- 128 Martin Custers, "Ibadīya", Oxford Bibliographies, 24 de Julho de 2018, <https://www.oxfordbibliographies.com/view/document/obo-9780195390155/obo-9780195390155-0112.xml?rskey=3taibq&result=1&q=ibadis#firstMatch>
- 129 Marcia Hermansen, "Sufism", Oxford Bibliographies, 19 de Maio de 2017, <https://www.oxfordbibliographies.com/view/document/obo-9780195390155/obo-9780195390155-0081.xml?rskey=t4PZYn&result=1&q=sufism - firstMatch>
- 130 <https://www.oic-oci.org/home/?lan=en>; "Organization of the Islamic Cooperation Islamic organization", Britannica, <https://www.britannica.com/topic/Organization-of-the-Islamic-Cooperation>
- 131 <https://www.oic-oci.org/states/?lan=en>
- 132 <https://www.icesco.org/en/>; "ICESCO", Kaiicid Dialogue Centre, <https://www.kaicid.org/who-we-are/our-partners/icesco>
- 133 <https://themwl.org/en>
- 134 "The Arab League", Council on Foreign Relations, <https://www.cfr.org/Informação/de-Fundo/arab-league>
- 135 "Arab people", Britannica, <https://www.britannica.com/topic/Arab>

136 Ver os relatórios AIS de país sobre o Egípto, Líbano, Síria e Iraque.

137 John Pontifex, “Pakistan Christian woman murdered for refusing to convert and marry”, ACN News, 4 de Dezembro de 2020, <https://acnuk.org/news/pakistan-christian-woman-murdered-for-refusing-to-convert-and-marry/>

138 Nasir Sayeed, “Muslim man shoots Christian woman dead for refusing to marry him”, CLAAS, 7 de Dezembro de 2020, <https://www.claas.org.uk/2020/12/07/muslim-man-shoots-christian-woman-dead-for-refusing-to-marry-him/>

139 “Christian aid group applauds investigation into forced conversions, marriages in Pakistan”, Catholic News Agency, 3 de Dezembro de 2020, <https://www.catholicnewsagency.com/news/christian-aid-group-applauds-investigation-into-forced-conversions-marriages-in-pakistan-35078>

140 “Forced Marriages & Forced Conversions in the Christian Community of Pakistan”, Movement for Solidarity and Peace, Abril de 2014, https://d3n8a8pro-7vhwmx.cloudfront.net/msp/pages/162/attachments/original/1396724215/MSP_Report_-_Forced_Marriages_and_Conversions_of_Christian_Women_in_Pakistan.pdf?1396724215

141 “U.S. Justice Alito says pandemic has led to ‘unimaginable’ curbs on liberty”, Reuters, 13 de Novembro de 2020, <https://www.reuters.com/article/us-health-coronavirus-usa-supremecourt-idUSKBN27TOLD>

142 “Nevada to Loosen Cap on Conventions, Concerts and Churches”, Associated Press, 29 de Setembro de 2020, <https://www.usnews.com/news/best-states/nevada/articles/2020-09-29/nevada-to-loosen-cap-on-conventions-concerts-and-churches>

143 Niels Lesniewski, “McConnell blasts Bowser for restricting church services but allowing protests”, Roll Call, 9 de Junho de 2020, <https://www.rollcall.com/2020/06/09/mcconnell-blasts-bowser-for-restricting-church-services-while-allowing-protests-during-covid-19-pandemic/>

144 “Covid-19 and Religious Liberty”, Becket Law, <https://www.becketlaw.org/covid-19-religious-worship/>

145 “Spain: Authorities ease COVID-19 restrictions in Madrid and Barcelona from June 8 /update 29”, GardaWorld, 6 de Junho de 2020, <https://www.garda.com/crisis24/news-alerts/348531/spain-authorities-ease-covid-19-restrictions-in-madrid-and-barcelona-from-june-8-update-29>; Pablo Linde, “Coronavirus deescalation plan: Everything you need to know about the changes in Spain on Monday”, El País, 17 de Maio de 2020, https://english.elpais.com/spanish_news/2020-05-17/coronavirus-deescalation-plan-everything-you-need-to-know-about-the-changes-in-spain-on-monday.html

146 Carta das Comunidades Religiosas ao Primeiro Ministro, 3 de Novembro de 2020, <https://www.churchofengland.org/news-and-media/news-and-statements/archbishops-join-interfaith-call-pm-allow-public-worship>

147 “Catholic bishops fight for public Masses as England prepares for second lockdown”, Catholic News Agency, 2 de Novembro de 2020, <https://www.catholicnewsagency.com/news/bishops-fight-for-public-masses-as-england-prepares-for-second-lockdown-28946>

148 “Catholic church leader criticises Covid worship restrictions in England”, The Guardian, 1 de Novembro de 2020, <https://www.theguardian.com/world/2020/nov/01/catholic-church-leader-criticises-covid-worship-restrictions-england>

149 Ibid.

150 Jesse O’Neill, “Greek Orthodox Church Tells Priests to Defy Lockdown Measures”, New York Post, 4 de Janeiro de 2021, <https://nypost.com/2021/01/04/greek-orthodox-church-tells-priests-to-defy-lockdown-measures/>

151 “Uzbekistan”, 2020 Annual Report, Comissão Americana da Liberdade Religiosa Internacional (USCIRF), <https://www.uscifr.gov/sites/default/files/Uzbekistan.pdf>

152 “Which nation improved the most in 2019?” The Economist, 21 de Dezembro de 2019, <https://www.economist.com/leaders/2019/12/21/which-nation-improved-the-most-in-2019>

153 “Turkey to send soldiers to Azerbaijan”, Atalayar, 17 de Novembro de 2020, <https://atalayar.com/en/content/turkey-send-soldiers-azerbaijan>

154 “After Hagia Sophia, Turkey converts historic Chora church into mosque”, The Jerusalem Post, 24 de Agosto de 2020, <https://www.jpost.com/middle-east/after-hagia-sophia-turkey-converts-historic-chora-church-in-to-mosque-639703>

155 “The influence of external actors in the Western Balkans”, Konrad-Adenauer-Stiftung, 2018, https://www.kas.de/c/document_library/get_file?uuid=194afc-48-b3bc-e3bc-d1da-02771a223f73&groupId=252038

156 Declaração da Santa Sé no 27.º Conselho Ministerial da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa, Arcebispo Paul Richard Gallagher, 3 de Dezembro de 2020, https://drive.google.com/file/d/1hWGNg5Y_SxxSn92OQo9KL_zopB4jVxo/view

157 Ibid.

158 Papa Francisco, “Two kinds of persecution”, meditação da manhã na Capela da Domus Santa Marta, 12 de Abril de 2016, http://www.vatican.va/content/francesco/en/cotidie/2016/documents/papa-francesco-cotidie_20160412_two-kinds-of-persecution.html (acedido a 25 de Janeiro de 2021).

159 Arcebispo Paul Gallagher, “Celebrating the Universal Declaration of Human Rights”, Intervenção do secretário para as relações com os estados no Conselho da Europa pela celebração do 70.º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, 10 de Setembro de 2018; <https://press.vatican.va/content/salastampa/en/bollettino/pubblico/2018/09/11/180911d.html> (acedido a 1 de Março de 2021).

160 Carol Glatz, “Joint declaration against assisted suicide presented to Pope Francis”, The Catholic Register, 3 de Novembro de 2019, <https://www.catholicregister.org/item/30612-joint-declaration-against-assisted-suicide-presented-to-pope-francis> (acedido a 1 de Março de 2021).

161 “President Biden Has Promised to Pass the Equality Act—Here’s How That Threatens Your Freedoms”, Alliance Defending Freedom, 18 de Fevereiro de 2021, <https://www.adflegal.org/blog/president-biden-has-promised-pass-equality-act-heres-how-threatens-your-freedoms> (acedido a 1 de Março de 2021).

162 “Trinity Western University Community Covenant Agreement”, Trinity Western University, https://www.twu.ca/sites/default/files/community_covenant_june_25_2019.pdf, (acedido a 21 de Abril de 2020).

163 “Ontario Teachers’ Perceptions of the Controversial Update to Sexual Health and Human Development”, Canadian Journal of Education, Canadian Society for the Study of Education, 2019, file:///C:/Users/kink560/AppData/Local/Temp/3527-Article%20Text-14239-1-10-20190324.pdf

164 “Scotland: Church leaders urge withdrawal of controversial section of Hate Crime Bill to allow ‘adequate consideration’”, Independent Catholic News, 12 de Fevereiro de 2021, <https://www.indcatholicnews.com/news/41533> (acedido a 1 de Março de 2021).

165 Arcebispo Paul Gallagher, Intervenção do Secretário para as Relações com os Estados no 25.º Conselho Ministerial da OSCE em Milão, 7 de Dezembro de 2018, <https://press.vatican.va/content/salastampa/en/bollettino/pubblico/2018/12/07/181207d.html> (acedido a 1 de Março de 2021).

166 “Latin America and the Caribbean Population”, Worldometer, <https://www.worldometers.info/world-population/latin-america-and-the-caribbean-population>

167 “Religion affiliation in Latin America as of 2018, by type”, Statista, de Novembro de 2018, <https://www.statista.com/statistics/996386/latin-america-religion-affiliation-share-type/>

168 “Christians in Latin America are numerous, but still vulnerable”, CRUX, 31 de Dezembro de 2015, <https://cruxnow.com/faith/2015/12/christians-in-latin-america-are-numerous-but-still-vulnerable/>

169 Predominantemente, mas não de forma exclusiva, a Igreja Católica.

170 “Iglesia católica denuncia amenazas del CJNG contra sacerdotes”, televisa.news, 24 de Abril de 2020, <https://noticieros.televisa.com/ultimas-noticias/amenazas-cjng-sacerdotes-iglesia-catolica-chiapas/>

171 “Feministas pintan y atacan iglesia en Colombia durante marcha del 8M”, ACI Prensa, 9 de Março de 2020, <https://www.aciprensa.com/noticias/feministas-pintan-y-atacan-iglesia-en-colombia-durante-marcha-del-8m-54264> (acedido a 7 de Março de 2021).

172 “Marcha de mujeres termina con daños a la catedral de Hermosillo”, Proyecto Punte, 9 de Março de 2020, <https://proyectopunte.com.mx/2020/03/09/marcha-de-mujeres-termina-con-danos-a-catedral-de-hermosillo-y-palacios-de-gobierno-municipal-y-del-estado/> (acedido a 7 de Março de 2021).

173 Luis Triveno e Olivia Nielsen, “It’s time to start solving Latin America’s migration crisis with creative housing solutions”, World Bank Blogs, 4 de Fevereiro de 2020, <https://blogs.worldbank.org/sustainablecities/its-time-start-solving-latin-americas-migration-crisis-creative-housing-solutions>

174 Pamela Gutiérrez, “Comunidades haitianas forman sus propias iglesias y los pastores podrían crear una nueva asociación”, El Mercurio, 7 de Janeiro de 2019, <http://www.economiaynegocios.cl/noticias/noticias.asp?id=536167> (acedido a 28 outubro 2020).

175 “Seminario 2020: Los desafíos de la libertad religiosa en el sistema interamericano de Derechos Humanos”, Libertad religiosa en el Sistema Interamericano: Uruguay. Dra. Carmen Asiaín, 24 de Setembro de 2020, <https://www.facebook.com/JuanPabloIFamilia/videos/384698952560490> (acedido a 10 de Outubro de 2020).

176 “Two churches set on fire in Chile”, UCANEWS, 19 de Outubro de 2020, <https://www.ucanews.com/news/two-churches-set-on-fire-in-chile/89936#>

177 “Amid tumult over constitution, Chile watches two churches burn”, CRUX, 19 de Outubro de 2020, <https://cruxnow.com/church-in-the-americas/2020/10/amid-tumult-over-constitution-chile-watches-two-churches-burn/>

178 “Al menos un millón de personas protestan en Santiago contra Piñera y la desigualdad social”, El País, 25 de Outubro de 2019, <https://www.elpais.com.uy/mundo/personas-protestan-santiago-chile-medio-estallido-social.html>

179 “Chile President Piner declares emergency as capital rocked by riots”, Reuters, 19 de Outubro de 2019, <https://www.reuters.com/article/uk-chile-protests-metro/chile-president-pinera-declares-emergency-as-capital-rocked-by-riots-idUKKBN1WY031?edition-redirect>

180 “CIDH culmina visita in loco a Chile y presenta sus observaciones y recomendaciones preliminares”, Organización dos Estados Americanos, 31 de Janeiro de 2020, <https://www.oas.org/es/cidh/prensa/comunicados/2020/018.asp> (acedido a 28 de Outubro de 2020).

- 181 “Valiosos vitrales, pinturas y una torre destruida: Los graves daños a las iglesias incendiadas ayer”, Tercera PM, 19 de Outubro de 2020, <https://www.latercera.com/la-tercera-pm/noticia/valiosos-vitrales-pinturas-y-una-torre-destruida-los-graves-danos-a-las-iglesias-incendiadas-ayer/NRQNVSLWNFB4RFKSNZ6V5A4YU/> (accedido a 3 de Março de 2021).
- 182 “Uno de los detenidos por incendio a iglesia en Chile es un funcionario de la Armada, reconoce la institución”, El Comercio/Agencia EFE, 19 de Outubro de 2020. <https://www.elcomercio.com/actualidad/iglesias-incendio-chile-protestas-armada.html> (accedido a 3 de Março de 2021).
- 183 “La policía se ve sobrepasada en Chile”, Deutsche Welle, 19 de Outubro de 2020, <https://www.dw.com/es/la-polic%C3%ADa-se-ve-sobrepasada-en-chile/a-55352719> (accedido a 3 de Março de 2021).
- 184 Discurso de Sua Santidade, o Papa Francisco, aos membros do Corpo Diplomático acreditado junto da Santa Sé, 8 de Fevereiro de 2021, http://www.vatican.va/content/francesco/en/speeches/2021/february/documents/papa-francesco_20210208_corpo-diplomatico.html
- 185 “Extremist Groups Stepping up Operations during the Covid-19 Outbreak in Sub-Saharan Africa”, Center for Strategic & International Studies, 1 de Maio de 2020, <https://www.csis.org/analysis/extremist-groups-stepping-operations-during-covid-19-outbreak-sub-saharan-africa>
- 186 Ibid.
- 187 Audu Bulama Bukarti, “How Is Boko Haram Responding to Covid-19?”, Tony Blair Institute for Global Change, 20 de Maio de 2020, <https://institute.global/policy/how-boko-haram-responding-covid-19> (accedido a 30 de Janeiro de 2021).
- 188 Johannes Dieterich, “Corona als ‘Strafe Gottes für dekadenten Westen’”, Der Standard, 16 de Abril de 2020, <https://www.derstandard.de/story/2000116913040/corona-als-strafe-gottes-fuer-dekadenten-westen> (accedido a 30 de Janeiro de 2021); Alice Cachia, “ISIS tells its followers to show no mercy and launch attacks during coronavirus crisis amid fears counter-terror efforts will be weakened by the outbreak”, Daily Mail, 2 de Abril de 2020, https://www.dailymail.co.uk/news/article-8180683/ISIS-tells-followers-no-mercy-launch-attacks-coronavirus-crisis.html?ito=social-twitter_mailonline (accedido a 30 de Janeiro de 2021).
- 189 Wolf Kinzel, “Mali, der Terror im Sahel und Covid-19. Das neue Bundeswehr-Mandat für die Beteiligung an MINUSMA”, Stiftung Wissenschaft und Politik, 27 de Abril de 2020, <https://www.swp-berlin.org/10.18449/2020A27/> (accedido a 30 de Janeiro de 2021).
- 190 “Burkina Faso: Entire towns and villages emptied or cut off - not because of COVID-19, but because of terrorism”, ACN International, 8 de Maio de 2020, <https://acninternational.org/burkina-faso-entire-towns-and-villages-emptied-or-cut-off-not-because-of-covid-19-but-because-of-terrorism/> (accedido a 30 de Janeiro de 2021).
- 191 Heather Zeiger, “How China’s Technocracy Uses the Pandemic to Suppress Religion”, Mind Matters News, 18 de Outubro de 2020, <https://mindmatters.ai/2020/10/how-chinas-technocracy-uses-the-pandemic-to-suppress-religion/> (accedido a 30 de Janeiro de 2021).
- 192 “Israel predicts rise in anti-Semitism, as virus-related hate is spread online”, The Times of Israel, 24 de Janeiro de 2021, <https://www.timesofisrael.com/israel-predicts-rise-in-anti-semitism-as-virus-related-hate-is-spread-online/> (accedido a 30 de Janeiro de 2021).
- 193 Sriram Lakshman, “U.S. envoy calls out COVID-19 related harassment of minorities in India”, The Hindu, 15 de Maio de 2020, <https://www.thehindu.com/news/international/us-envoy-calls-out-harassment-of-minorities-in-india-over-covid-19/article31591566.ece> (accedido a 30 de Janeiro de 2021).
- 194 Shan Ren Shen Fu, “Hebei, Christians labelled ‘spreaders’. The return of Nero”, AsiaNews, 8 de Janeiro de 2021, <http://www.asianews.it/news-en/Hebei,-Christians-labelled-%E2%80%98spreaders%E2%80%99.-The-return-of-Nero-52016.html> (accedido a 30 de Janeiro de 2021).
- 195 “Niger: Coronavirus pandemic – Is there a danger of renewed anti-Christian riots, as happened after the ‘Charlie-Hebdo’ incident?”, ACN International, 5 de Maio de 2020, <https://acninternational.org/niger-coronavirus-pandemic-is-there-a-danger-of-renewed-anti-christian-riots-as-happened-after-the-charlie-hebdo-incident/> (accedido a 30 de Janeiro de 2021).
- 196 “Attacks on Turkish Churches as Some Blame Christians for COVID-19”, Missions Box, 26 de Junho de 2020, <https://missionsbox.org/press-releases/turkish-churches-attacked-as-christians-are-blamed-for-covid-19/> (accedido a 30 de Janeiro de 2021).
- 197 Kevin Zeller, “Oppression of Egyptian Christians worsens during COVID-19 pandemic”, Mission Network News, 29 de Setembro de 2020, <https://www.mnnonline.org/news/oppression-of-egyptian-christians-worsens-during-covid-19/> (accedido a 30 de Janeiro de 2021).
- 198 Robin Gomes, “ACN reaches out to Pakistan’s Christians hit by Covid-19 crisis”, Vatican News, 17 de Maio de 2020, <https://www.vaticannews.va/en/church/news/2020-05/pakistan-covid19-lockdown-christians-discrimination-aid-acn.html> (accedido a 30 de Janeiro de 2021).
- 199 Moki Edwin Kindzeka, “Cameroon Muslims Join Christians in Christmas Prayer for Peace”, VOA News, 25 de Dezembro de 2020, <https://www.voanews.com/africa/cameroon-muslims-join-christians-christmas-prayer-peace> (accedido a 30 de Janeiro de 2021).
- 200 Stephan Uttom/Rock Rozario, “Humanity and harmony in the time of Covid-19”, UCA News, 17 de Julho de 2020, <https://www.ucanews.com/news/humanity-and-harmony-in-the-time-of-covid-19/88809> (accedido a 30 de Janeiro de 2021).
- 201 Gabinete do Religious Track of the Cyprus Peace Process, Arquivos Mensais de Junho de 2020, 11 de Junho de 2020, <http://www.religioustrack.com/2020/06/> (accedido a 30 de Janeiro de 2021).
- 202 Alina Tufani, “Cuba #Coronavirus: Gobierno concede espacio radial y televisivo a la Iglesia”, Vatican News, 1 de Abril de 2020, <https://www.vaticannews.va/es/iglesia/news/2020-04/cuba-coronavirus-gobierno-concede-espacio-radial-tele-e-iglesia.html> (accedido a 30 de Janeiro de 2021).
- 203 Richard Wolf, “Supreme Court says Nevada can impose tighter virus limits on churches than casinos”, USA Today, 24 de Julho de 2020, <https://eu.usatoday.com/story/news/politics/2020/07/24/supreme-court-nevada-covid-rules-can-favor-casinos-over-churches/5454128002> (accedido a 30 de Janeiro de 2021).
- 204 José Beltrán, “El arzobispado de Barcelona denunciará a la Generalitat por limitar a 10 personas el funeral por las víctimas del coronavirus”, Vida Nueva, 26 de Julho de 2020, <https://www.vidanuevadigital.com/2020/07/26/el-arzobispado-de-barcelona-denunciara-a-la-generalitat-por-limitar-a-diez-personas-el-funeral-por-las-victimas-del-coronavirus/> (accedido a 30 de Janeiro de 2021).

#Defenda

a Liberdade Religiosa



Saiba mais

www.acninternational.org/religiousfreedomreport





Fundação AIS

ACN PORTUGAL

Ajuda à Igreja que Sofre

A Fundação AIS é uma instituição internacional que apoia mais de 5.000 projectos pastorais em mais de 145 países por ano. Com base em três pilares – informação, oração e acção – a Fundação AIS ajuda os Cristãos onde quer que sejam perseguidos, ameaçados ou em necessidade. Fundada em 1947 como organização católica de ajuda aos refugiados de guerra, a organização foi reconhecida como Fundação pontifícia em 2011. A Fundação AIS é o secretariado português da organização internacional Aid to the Church in Need (ACN), uma fundação pontifícia com secretariados em 24 países. Tem a sua sede em Königstein, na Alemanha.

Os Nossos Secretariados no Mundo:

Alemanha

info@acn-deutschland.org
www.acn-deutschland.org

Coreia

info@acn-korea.org
www.acn-korea.org

Itália

info@acn-italia.org
www.acn-italia.org

Austrália

info@acn-australia.org
www.acn-australia.org

Eslováquia

info@acn-slovensko.org
www.acn-slovensko.org

Luxemburgo

info@acn-luxemburg.org
www.acn-luxemburg.org

Áustria

info@acn-oesterreich.org
www.acn-oesterreich.org

Espanha

info@acn-espana.org
www.acn-espana.org

Malta

info@acn-malta.org
www.acn-malta.org

Bélgica

info@acn-belgique.org
www.acn-belgique.org

Estados Unidos da América

info@acn-us.org
www.acn-us.org

México

info@acn-mexico.org
www.acn-mexico.org

Brasil

info@acn-brasil.org
www.acn-brasil.org

Filipinas

info@acn-philippines.org
www.acn-philippines.org

Polónia

info@acn-polska.org
www.acn-polska.org

Canadá

info@acn-canada.org
www.acn-canada.org

França

info@aed-france.org
www.aed-france.org

Portugal

info@acn-portugal.org
www.acn-portugal.org

Chile

info@acn-chile.org
www.acn-chile.org

Holanda

info@acn-nederland.org
www.acn-nederland.org

Reino Unido

info@acn-uk.org
www.acn-uk.org

Colômbia

info@acn-colombia.org
www.acn-colombia.org

Irlanda

info@acn-ireland.org
www.acn-ireland.org

Suíça

info@acn-schweiz.org
www.acn-schweiz.org

Ajuda à Igreja que Sofre Portugal

Rua Prof. Orlando Ribeiro,
5 D, 1600-796 Lisboa

Tel. +351 217 544 000

apoio@fundacao-ais.pt

www.fundacao-ais.pt

FUNDAÇÃO
PONTIFÍCIA

